

Diversidades

Revista Semestral | N.º 62 | Periodicidade: janeiro - junho | 2023

Região Autónoma da Madeira | Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia | Direção Regional de Educação



09-62 | Formar,
Transformar e
Valorizar



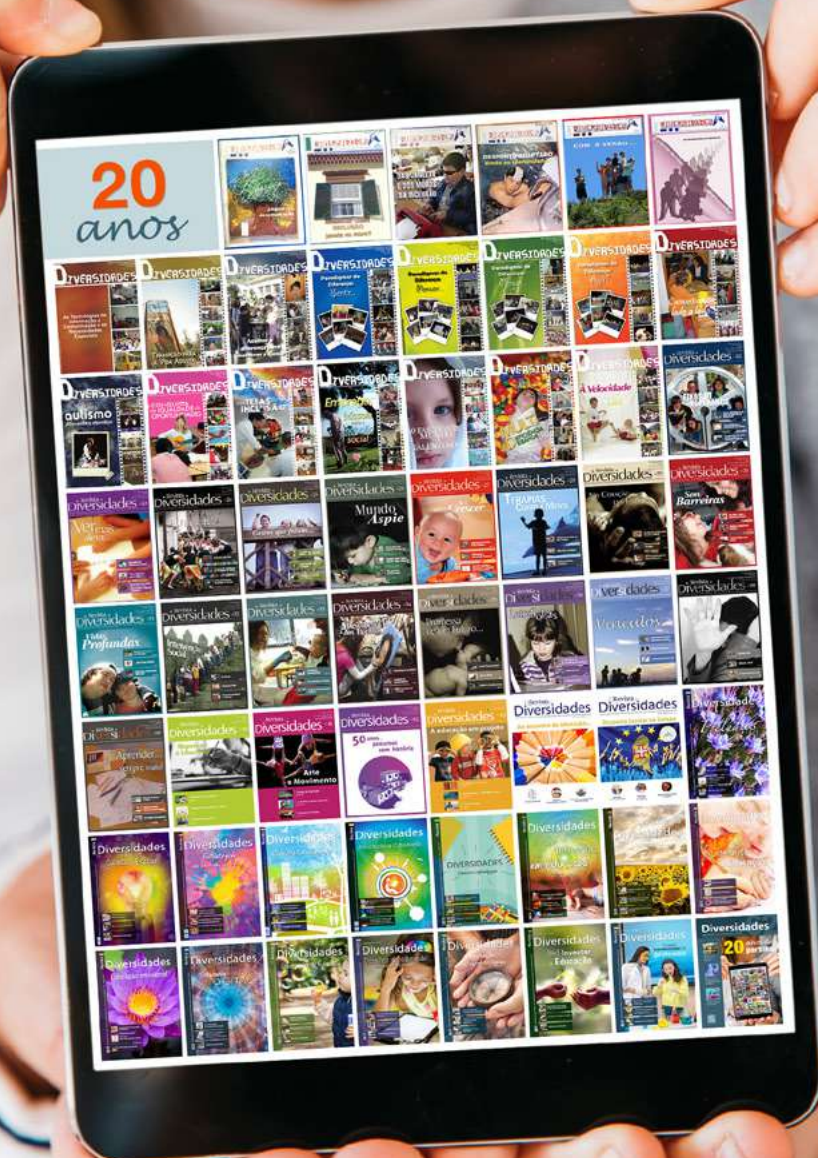
63 | 60 anos de
Educação Especial
na Região Autónoma
da Madeira



77-118 | Notícias
em Educação



20 anos de partilha





Pixabay | Victoria_Regen

Ficha Técnica

| | |
|---------------------------------|--|
| Diretor | Marco Paulo Ramos Gomes |
| Redação | Serviços da Direção Regional de Educação e colaboradores externos |
| Revisão | Divisão de Apoio Técnico |
| Sede do Editor e Redação | Rua D. João n.º 57 9054-510 Funchal Telefone: 291 705 860 |
| Proprietário | Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia - Direção Regional de Educação |
| NIPC | 671000497 |
| Email | revistadiversidades@madeira.gov.pt |
| Grafismo e Paginação | Divisão de Apoio Técnico |
| ISSN | 1646-1819 |
| N.º ERC | 127798 |
| Distribuição | Gratuita Disponível em www.madeira.gov.pt/dre |
| Foto Capa | Freepik freepik |

Estatuto Editorial

A Revista Diversidades, criada no ano 2003, é uma publicação eletrónica semestral da Direção Regional de Educação, organismo tutelado pela Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira, que tem como objetivo principal disponibilizar, ao público em geral, conhecimento atual, bem como ações e práticas realizadas no âmbito da Educação.

Esta publicação pretende fomentar o debate científico e profissional, o intercâmbio de ideias, assim como difundir as opiniões de especialistas que proporcionem melhorias ao nível das práticas educativas e formativas.

Paralelamente, pretende informar e divulgar estudos e projetos de investigação ação, desencadeando um espaço de comunicação e de debate de ideias oriundas dos diferentes organismos da sociedade.

A Revista Diversidades é divulgada no Portal da Direção Regional de Educação, disponível em <https://www.madeira.gov.pt/dre/Estrutura/DRE/Publicações>

A Revista Diversidades está registada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social com o número ISSN 1646-1819.

Editorial

Artigos

09 | Educação em Autonomia

Jorge Carvalho

14 | Integração do Digital na Educação - Plano Estratégico para a Inovação Educacional nas escolas da Região Autónoma da Madeira

Marco Gomes

20 | Proteger, Transformar e Valorizar as Escolas e Professores

António Nóvoa

24 | Para uma Escola (mais) Inclusiva - Que transformação organizacional da Escola

Fernando Elias

32 | Projeto #NarcisusMeetsPandora: Identidade, a representação de si e do outro nas redes sociais

Rui Maio, Catarina Grande, Diana Alves e Joana Cadima

38 | Práticas pedagógicas inclusivas e Desenho Universal para a Aprendizagem: um breve olhar

Clarisse Nunes

45 | Educação Inclusiva - Formar e Transformar a Escola

Luísa Martins Fernandes e Maria Rosalina Veiga

52 | Diversidade e inclusão nas escolas portuguesas: pistas para a ação

Marisa Carvalho, Helena Azevedo, Joana Cruz e Helena Fonseca

57 | O Tempo da Formação

Elsa Correia de Freitas

Testemunho

63 | 60 anos de Educação Especial na Região Autónoma da Madeira

Maria José Camacho e Glória Gonçalves

Reflexão

67 | 20 anos da Revista Diversidades

Divisão de Apoio Técnico | Direção Regional de Educação

Espaço PSI

70 | Da multidisciplinaridade ao trabalho colaborativo

Elisa Fonseca

Livros

75 | Sugestões de Glória Gonçalves

Espaço TIC

76 | Tricider | Multipli Minute | Go Congr | Educaplay

Notícias

77 | Eurodeputado por um dia

79 | Matemática e Geometria na Calçada Madeirense

81 | A Primavera Chegou...

84 | Projeto Mare Nostrum leva literacia marítima aos alunos do 8.º ano

86 | Hospital Particular da Madeira - Garantir diagnóstico precoce a alunos do 1.º ciclo

88 | Triatlo Literário / Concurso Nacional de Leitura

92 | Projeto Baú de Leitura - Exposição e Cerimónia de Entrega de Prémios

95 | Os dias que contam!

98 | Crescer Saudávelmente - II Jornadas de Educação - Saúde

100 | Encontros Regionais: Sucesso Escolar e Inovação Pedagógica

104 | Designing Inclusive Learning Environments to Support all Students

107 | A Festa das Artes na cidade do Funchal

110 | FACE - Festival Audiovisual e Cinema Escolar

113 | XXVIII Encontro Regional do Ensino Básico Recorrente do 1.º Ciclo

115 | Natureza Oculta - I Concurso Internacional de Fotografia

117 | Celebrar a Inovação e o Conhecimento - Feira Tecnológica 2023





Pexels | andrea-piacquadio



www.madeira.gov.pt/dre

A Direção Regional de Educação (DRE) tem por missão promover, desenvolver e operacionalizar as políticas educativas da Região Autónoma da Madeira de âmbito pedagógico e didático, relativas à educação pré-escolar, aos ensinos básico e secundário e à educação extraescolar, numa perspetiva inclusiva, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade das aprendizagens e potenciadora do sucesso escolar e da elevação da qualificação pessoal, social e profissional da população madeirense e porto-santense.



Editorial

Marco Gomes

Diretor Regional de Educação

A Revista Diversidades vai continuar a constituir-se como um “espaço” que valoriza objetivamente a “Educação”, que desafia a um constante exercício de reflexão sobre a escola.

A Revista Diversidades chega ao número 62, isto é, criada em 2003, chega à segunda década da sua existência. E isso exige uma comemoração... Significa que tivemos sucesso na nossa missão inicial, definida há alguns anos, num contexto muito diferente de hoje: “disponibilizar, ao público em geral, conhecimento atual, bem como ações e práticas realizadas no âmbito da Educação”, “fomentar o debate científico e profissional, o intercâmbio de ideias, e difundir as opiniões de especialistas que proporcionem melhorias ao nível das práticas educativas e formativas”.

O brinde a este aniversário faz-se com a “oferta” desta edição especialíssima, com a temática “20 anos de partilha”, contendo assuntos tão diversos quanto pertinentes sobre o processo educativo.

Começamos com um olhar sobre o Sistema Educativo Regional onde desde que foi possível “dispor de autonomia política e administrativa”, a Madeira tem vindo a progredir “de modo altamente satisfatório”, com uma evidente “marca do progresso”, onde as novas gerações têm encontrado “respostas formativas que passaram a estruturar os respetivos projetos”. O Advento do século XXI, com os diversos investimentos realizados, viu “nascer” uma nova escola, onde a todos, sem exceção, passaram a ser “asseguradas as condições para um percurso escolar marcado pelas referências de inovação e qualidade das aprendizagens” e pelo “desígnio do direito ao sucesso”, num constante desafio de “prosseguir a elevação das habilitações das novas gerações”.

Uma das formas de concretização deste desígnio tem sido através do “Plano Estratégico para a Inovação Educacional nas escolas da Região Autónoma da Madeira (RAM)”, coordenado pela Direção Regional de Educação, que se constitui um referencial estratégico de educação para a RAM que “coloca o enfoque na necessidade de implementação de medidas específicas de política educativa que permitam atingir as metas da diversificação e elevação das qualificações académicas e profissionais nomeadamente no âmbito das competências digitais

da população escolar regional”. Assim, as diferentes áreas/domínios em que este Plano se organiza e se desenvolve vai promover um Sistema Educativo Regional, cada vez mais “proativo, inovador, inclusivo, autónomo, justo e aberto, disponibilizando uma aprendizagem de qualidade e uma formação e qualificação, que preparem as crianças e jovens para responderem aos desafios do século XXI”. Convictos da urgência de “construir um novo conceito de escola”, este Plano vai repensar a forma como as novas tecnologias podem contribuir para a “atualização” do processo educativo, para envolver todos os agentes educativos num processo de reflexão sobre as suas práticas e sobre o papel e os efeitos que o digital e as novas tecnologias podem produzir na transformação dos processos de ensino e aprendizagem, no sentido de promover o sucesso educativo e a qualidade das experiências de ensino e das aprendizagens.

Assume-se e partilha-se, deste modo, a perspetiva da "necessidade e urgência de se conseguir uma transformação radical da educação formal", colocando a tónica na aprendizagem, onde são os alunos, cada vez mais, os principais protagonistas deste processo, que definem as suas próprias metas e escolhem os caminhos para as concretizar. E neste percurso, enquanto espécie de "navegantes, têm apoio e acompanhamento de "agentes da comunidade - professores ou não - para os ajudar a alcançar as competências inscritas numa bússola personalizada, ferramenta ideal para se orientarem e encontrarem sentido(s) num "mundo cada vez mais complexo, incerto e volátil".

Porém, neste contexto, parece-nos importante insistir na "velha" ideia de que o aprender não deve acontecer nem "desvinculado de conteúdo e de propósito", nem localizado fora de uma relação pedagógica, pois é através do “diálogo aventuroso” entre o professor e os alunos que se “conseguirá a aprendizagem significativa”, o aperfeiçoamento de cada aluno e, por via deles, conseguir uma cidadania esclarecida, crítica e um futuro para a humanidade.

Continua hoje, “num tempo de grandes mudanças” a ser “tão importante proteger, transformar e valorizar as escolas e os professores”, no contexto de uma educação que é, mesmo, “a junção de pessoas diferentes num mesmo espaço, é a capacidade de trabalharmos em conjunto”. É essencial assumir claramente que “não há educação fora da relação com os outros”, e que esta “não é apenas um ato individual, é uma dinâmica de aprendizagem com os outros”, em que “ninguém se educa sozinho” e que “só juntos podemos definir os caminhos de futuro para a educação”. Por isso, é tão importante “preservar as escolas como lugares de educação”.

Aí está a dimensão relacional e socializadora constitutiva da educação, pois “aprender e estudar em comum é a melhor forma de promover uma “sociedade convivial”, uma humanidade comum”, pelo que “as tendências recentes de uma “domesticação” da escola, isto é, de um regresso da educação “aos espaços domésticos”, familiares, é um retrocesso imenso numa visão humanista que se destina a educar todos com todos. Retiradas da relação com os outros, as crianças ficam impedidas de desenvolver a arte do encontro e as sociedades ficam privadas de uma das poucas instituições onde ainda se pode tentar construir uma vida em comum”.

Neste contexto, é imperioso implementar um processo de transformação organizacional da escola que garanta esta “convivialidade”, este “encontro” e esta “relação” entre todos, no profundo respeito pela “singularidade de cada um e de todos” os alunos, que concretiza a sua missão de “construir autonomia para o futuro, para um mundo desconhecido”.

Nesta escola que queremos, “a cultura e o clima de escola assumem um papel essencial” e “qualquer mudança, transformação é realizada pelas pessoas”. Neste quadro, “a capacidade de escuta de quem dirige a escola é, pois, fundamental, onde a proximidade, a emoção e o afeto têm um papel crucial”. Nesta Escola “Integradora, Inovadora, Inclusiva, Transformadora o sentido, o rumo, a direção é mais importante do que a velocidade” e valoriza-se “a importância do trabalho colaborativo e em rede por ser gerador de mudança, inovação e melhores práticas”.

Assim sendo, não é concebível, nem aceitável uma escola que “vive entrincheirada”, alicerçada em modelos fechados e impermeáveis, incapaz de responder, sobretudo, aos desafios da diversidade, da flexibilidade, da inclusão e da pertença e participação dos alunos nos contextos sociais que os rodeiam. Temos, por isso, de apostar em “modelos pedagógicos alinhados com a educação de competências para a vida, com forte participação e envolvimento efetivo dos alunos na construção do seu processo de ensino-aprendizagem”, bem como “garantir a integração de tecnologia na sala de aula e na aprendizagem dos alunos”, o que traz, nomeadamente, “o aumento do interesse, envolvimento e protagonismo que facilmente o aluno consegue” e que claro, reforça o “acesso e inserção de materiais e conteúdos complementares e ajustados ao perfil de cada aluno.”

Deste modo, todos os contributos para a “literacia digital”, bem como “da literacia visual” são centrais neste processo. Urge incentivar os jovens a adotar “uma postura crítica perante a informação que lhes é apresentada, a compreender a permanência de tudo aquilo que é publicado na Internet, assim como as consequências da partilha de dados através das redes sociais”.

Chegados ao final do primeiro quarto do século XXI, entendemos que a escola e a educação estão e continuarão em constante transformação. Diversas instituições educativas, em todos os níveis de ensino, já se deram conta da falta de sincronia da antiga metodologia de ensino com os novos tempos. A realidade apresenta-se implacável e a necessidade de um novo olhar sobre o ensino fica, cada vez mais, bem evidente.

Na procura pela transição para um modelo mais ajustado à educação do século XXI, de novas formas da escola se posicionar no ato educativo, continua-se a desenvolver uma grande pluralidade de estudos e investigações e a produzir uma grande quantidade e diversidade de dados estatísticos e relatórios ... acreditamos, porém, que a chave do sucesso está “na vontade de mudança”.

Perceber a mudança esperada nas conceções e nas práticas traduz-se em fazer diferente. Valorizar a diferença e aprender a partir dela é, necessariamente, fazer diferente.

Nesta escola que todos queremos é, então, imperioso colocar as aprendizagens no centro da vida escolar; é fundamental o professor desenvolver uma pedagogia eficaz, que valorize a diversidade e ofereça a possibilidade de todos os alunos serem capazes de ter êxito; é essencial afirmar, de forma sustentada, a equidade, a acessibilidade, a justiça social e a inclusão.

A Revista Diversidades, nos seus números, vai continuar a constituir-se como um “espaço” que valoriza objetivamente a “Educação”, que desafia a um constante exercício de reflexão sobre a escola, que precisa de se reestruturar num processo de transformação e reformulação das suas práticas pedagógicas e organizacionais. Queremos continuar a expor os desafios que as escolas enfrentam para se adequarem às novas exigências e os cuidados de todos os seus “profissionais” no sentido de repensar e implementar novas estratégias e práticas.

Precisamos todos de contribuir para esta “reflexão”.

Artigos



O advento do século XXI encontrou a Região dotada das condições essenciais para o sucesso escolar.

Jorge Carvalho | p. 9

A Educação é um meio privilegiado para promover a igualdade de oportunidades, a equidade e a justiça social.

Marco Gomes | p. 14

Nunca, como hoje, foi tão urgente uma educação que contribua para a democratização das sociedades, para a diminuição das desigualdades no acesso ao conhecimento e à cultura, para a construção de formas participadas de deliberação.

António Nóvoa | p. 20

A Escola, ontem, tinha a missão de desenvolver saberes para um mundo conhecido. Hoje, a Escola tem por missão construir autonomia para o Futuro, para um mundo desconhecido.

Fernando Elias | p. 24

Os jovens podem não ser suficientemente competentes a nível crítico e técnico para participar ativamente no mundo digital.

Rui Maio | Catarina Grande | Diana Alves | Joana Cadima | p. 32

O DUA oferece uma mudança paradigmática ao nível das práticas educativas, desafiando as formas tradicionais de desenvolver o currículo.

Clárisse Nunes | p. 38

O que podemos construir é um olhar renovado para as diferentes pontes que permitem a travessia do mesmo rio.

Luísa Fernandes | Rosalina Veiga | p. 45

O desafio da diversidade é encontrar e operacionalizar respostas para potenciar a aprendizagem e a participação na e com a diferença.

Marisa Carvalho | Helena Azevedo | Joana Cruz | Helena Fonseca | p. 52

Toda a educação é, por princípio, inclusiva, e integra a dimensão digital e científica com vista à promoção do sucesso escolar.

Elsa Feitas | p. 57

Educação em Autonomia



Jorge Carvalho
Secretaria Regional de Educação,
Ciência e Tecnologia

“O advento do século XXI encontrou a Região dotada das condições essenciais para o sucesso escolar.”



É indubitável que o sistema educativo construído na Madeira desde que foi possível o território dispor de autonomia política e administrativa, apesar de articulado com o todo nacional em diversas áreas, progrediu de modo altamente satisfatório, permitindo o alcance de metas essenciais para que o primado constitucional do Direito à Educação fosse cumprido.

Retrospectiva

A partir de qualquer que seja o ponto de observação do atual sistema educativo madeirense, os itens observados e avaliados terão sempre a marca do progresso, principalmente se comparados com as observações e avaliações possíveis antes da conquista da Autonomia e da sua implementação concreta.

O Estado português comandado pela Ditadura legou aos portugueses, que viviam no espaço arquipelágico denominado comumente por Madeira, uma situação que só pode ser considerada de trágica, por se saber que, por aqui, essa situação era ainda mais agreste que a generalidade dos casos do espaço continental.

Os equipamentos escolares de então, salvo exceções que se projetaram sobretudo na cidade capital do arquipélago em algumas sedes de concelho, eram rudimentares, dimensionados à

escala local, quase todos aptos apenas para o 1.º ciclo do ensino básico e inadequados às funções a que se destinavam. Se não bastassem estas insuficiências, as escolas de 2.º e 3.º ciclos eram ainda mais escassas e as vocacionadas para o ensino secundário existiam apenas no Funchal.

Os recursos humanos docentes não só eram insuficientes para assegurar uma resposta adequada à potencial procura, como se caracterizavam por um nível de formação baixo, aquém das exigências científicas, técnicas e pedagógicas exigíveis. Quando a implementação de medidas de alargamento da escolaridade obrigatória requereu maior número de docentes, como foi o caso da reforma de Veiga Simão, as insuficiências mantiveram-se e chegaram a ser colmatadas com profissionais que tinham como habilitação o antigo 7.º ano dos liceus e, em alguns casos, nem isso.

Os resultados não podiam ser piores. A chegada da Democracia e a conquista da Autonomia encontraram uma população com mais de 60% de analfabetos, com acentuada expressão dessa percentagem nos concelhos rurais. Entre aqueles que tinham a sorte de conseguir estudar, apenas 70% dos (poucos) que estudam obtinham o grau de escolaridade mínima. O ensino de nível secundário e o acesso ao Ensino Superior eram limitados a pequenos estratos populacionais.

Percurso

Ainda antes da definição dos contornos da autonomia político-administrativa, os sucessivos governos regionais assumiram a missão de transformar radicalmente a situação vigente. Essa assunção não era apenas vontade das administrações sufragadas pela vontade popular – eram a interseção entre essa vontade e a clara e inequívoca vontade dos cidadãos para que fossem encontradas soluções que pusessem fim ao analfabetismo e às tremendas formas de obscurantismo que a o mesmo promovia.

Do ponto de vista formal, o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira (RAM) veio dar configuração legal às conquistas alcançadas também na área da Educação. O artigo 5.º desse Estatuto esclarece que a autonomia política, administrativa, financeira, económica e fiscal da RAM não afeta a integridade





da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição e deste Estatuto, e preceitua que a mesma visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico e social integrado do arquipélago e a promoção e defesa dos valores e interesses do seu povo, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

No mesmo estatuto surge a definição dos poderes legislativos ou de iniciativa legislativa da Região, bem como dos motivos de consulta obrigatória pelos órgãos de soberania, relativamente ao que constituem matérias de interesse específico da Região. Avultam, nessa definição, a política demográfica, de emigração e o estatuto dos residentes, a tutela sobre as autarquias locais e a sua demarcação territorial, a orientação, direção, coordenação e fiscalização dos serviços e institutos públicos e das empresas nacionalizadas ou públicas que exerçam a sua atividade exclusiva ou predominantemente na Região e, noutros casos, em que o interesse regional o justifique.

Como não podia deixar de ser, mais que não fosse apenas para reconhecer os caminhos percorridos, o Estatuto Político-Administrativo estabeleceu como matérias de interesse específico da Região igualmente as áreas do trabalho,

emprego e formação profissional, e da educação pré-escolar, ensino básico, secundário, superior e especial. Votado por unanimidade na Assembleia da República, o Estatuto, a bem dizer, ratificou as políticas que tinham sido adotadas em matéria de Educação.

Transformações

De facto, ainda o Estatuto Político-Administrativo não tinha merecido o reconhecimento unânime, a Região já tinha definido as estratégias para a renovação do parque escolar e, principalmente, a linha condutora que permitia a distribuição desses mesmos equipamentos em todo o território, incluindo o da Ilha do Porto Santo, desde cedo considerado espaço de dupla insularidade e, logo, mais carenciado.

Desde o início do processo de regionalização – claramente anterior à aprovação do Estatuto Político-Administrativo – a formação de professores tinha sido assumida como lacuna a ser resolvida o mais rapidamente possível, e foram adotados incentivos ao desempenho profissional docente em zonas de mais difícil acesso, tradicionalmente votadas ao abandono. Sem se atingir o ideal, o sistema começava a transformar-se, assegurando as condições para que todos pudessem cumprir

a escolaridade obrigatória correspondente à sua faixa etária.

Mesmo durante o período mais difícil de gerar equilíbrio entre a oferta e a procura, as escolas da Região constituíram um espaço de normal funcionamento, onde as novas gerações encontraram respostas formativas que passaram a estruturar os respectivos projetos, os quais muitas vezes foram desenhados a partir do aconselhamento das direções dos estabelecimentos de ensino, altamente comprometidas com a promoção da Educação como fator essencial para o progresso que a Região pretendia alcançar.

Novas Realidades

O advento do século XXI encontrou a Região dotada das condições essenciais para que o sucesso escolar passasse a ocupar tanto espaço nas políticas educativas como o direito à educação tinha ocupado nas décadas precedentes. Não é descabido dizer-se que esta orientação estratégica se apresentou como uma consequência inevitável de todo o investimento anterior, o qual não só assumiu encargos que não lhe competiam, como se afigurou indispensável para dar continuidade aos caminhos percorridos.

Paulatinamente, foi nascendo uma nova escola, não apenas porque os seus espaços eram de construção recente ou tinham sido renovados, mas principalmente porque os ideais passaram a ser os de a todos, sem exceção, serem asseguradas as condições para um percurso escolar marcado pelas referências de inovação e qualidade nas aprendizagens, por via de abordagens curriculares abrangentes, sempre equilibradas com oferta formativa informal, definida além do currículo.

Os apoios sociais foram apurados numa lógica equitativa, atribuídos em função dos rendimentos familiares. Diversos custos associados à frequência escolar mereceram especiais atenções – distribuição de manuais escolares, apoio nos transportes e nas refeições. As famílias mais carenciadas passaram a dispor de apoios diretos para a frequência de níveis de escolaridade que não seriam atingidos sem os mesmos.

A partir destes patamares tornou-se possível já não centrar as preocupações com o analfabetismo e a desistência dos percursos educativos, mas sim



com a melhor forma de ser atingido o desígnio do direito ao sucesso.

A valência de Creche já tinha sido integrada no sistema educativo, a educação pré-escolar passou a obter percentagens de frequência a atingir os 100%, a escola a tempo inteiro no 1.º ciclo alastrou-se a toda a Região e passou a contemplar o ensino de língua estrangeira, a introdução à informática e à robótica. Nas áreas não curriculares, exploradas principalmente com a atribuição de créditos horários às escolas para tornar exequível o enquadramento das mesmas por docentes qualificados, o ensino das Artes e o Desporto Escolar ganharam relevância.

Numa Escola que se assumiu inclusiva e de currículo flexível, capaz de a todos sem exceção oferecer respostas positivas, tornou-se possível

dimensionar a transição digital, projeto que se mantém em implementação, sem que tal esforço financeiro compromettesse outros objetivos da governação, como foram e são os casos da recuperação integral do tempo de serviço dos docentes, o reforço continuado dos demais recursos humanos indispensáveis ao bom funcionamento de todos os estabelecimentos.

O incentivo à adoção de projetos de promoção do sucesso, de que as Turmas + foram um referencial importante, a adoção do sistema de ensino articulado e a promoção de cursos profissionais na área das Artes, a definição e aplicação de um sistema próprio de apoios para estudantes universitários, o recrutamento de docentes pelo órgão de gestão até ao máximo de 15% do respetivo quadro de escola, são outras tantas referências da transformação positiva das habilitações dos madeirenses, sintetizável no facto de, em 2022, o número total de licenciados na Região ser o dobro da população mais idosa que persistiu analfabeta.

Desafios

A continuada baixa da natalidade tem implicações no reordenamento da rede escolar e gera problemas sendo que, sempre com o interesse dos alunos em equação, importa procurar respostas que nem sempre são fáceis. De resto, não estamos sós neste capítulo, pois a Europa é o continente mais envelhecido e muitos dos seus países enfrentam dificuldades idênticas às nossas.

Como que em contraponto, os apoios disponibilizados pelos sucessivos governos regionais, a elevação dos níveis de sucesso escolar e a transformação positiva das mentalidades têm elevado o número de indivíduos a frequentar cursos de nível superior, apesar da dinâmica económica de uma região insular e ultraperiférica como a nossa, com forte dependência do turismo, se revelar insuficiente para absorver a mão de obra altamente especializada. Ao contrário do que esta realidade poderia sugerir, impõe-se prosseguir a elevação das habilitações das novas gerações, em obediência ao princípio de que qualquer indivíduo formado a partir da Região ou das condições por ela proporcionadas tem de estar apto a trabalhar em qualquer parte do Mundo, condição essencial para ser competitivo também na sua terra-natal.



Integração do Digital na Educação

Plano Estratégico para a Inovação Educacional nas escolas da Região Autónoma da Madeira



Marco Gomes
Direção Regional de Educação

Linhas estratégicas

A Lei de Bases do Sistema Educativo consagra o direito à educação pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para o desenvolvimento integral e holístico da personalidade, a democratização da sociedade, o desenvolvimento e progresso social. A Educação é, sem dúvida, um meio privilegiado para promover a igualdade de oportunidades, a equidade e a justiça social.

Na Região Autónoma da Madeira (RAM) tem-se reconhecido o papel decisivo da educação na construção de uma sociedade autónoma que procura agir para o bem comum, no respeito pelos direitos humanos, para a busca do progresso e justiça social, assumido como prioridade da política educativa a mobilização de toda a sociedade da RAM para, nomeadamente, garantir a igualdade

“ A Educação é um meio privilegiado para promover a igualdade de oportunidades, a equidade e a justiça social.”





de acesso de todas as crianças à educação; promover o sucesso educativo de todos; reforçar a qualidade das respostas educativas e formativas e promover as aprendizagens de todas as crianças e jovens, através de uma escola inclusiva, justa e equitativa.

É, por isso, fundamental que a Escola prepare os alunos para os desafios e exigências do século XXI, não apenas através da escolarização e qualificação, mas, possibilitando a apropriação de um conjunto de competências, estratégias e ferramentas necessárias para alcançarem a inteligibilidade do mundo, o sucesso educativo e profissional. Neste contexto, e no desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada, procura-se que, no âmbito do reforço da sua autonomia, e em articulação com os alunos, com as famílias e com a comunidade, os estabelecimentos da rede escolar da RAM, possam assumir uma maior flexibilidade na gestão curricular e pedagógica, numa abordagem centrada no aluno, capaz de alcançar as aprendizagens essenciais, de ultrapassar as dificuldades de acesso ao currículo, garantindo que cada aluno atinja o limite das suas potencialidades.

Deste modo, foi concebido pela Direção Regional de Educação e definido e assumido pela Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, em termos de política pública educativa, um referencial estratégico de educação, denominado

“Plano Estratégico para a Inovação Educacional nas escolas da RAM” que assume como prioridade a implementação de uma visão e perspetiva de valorização de recursos educativos que promovam a criação e utilização de meios e conteúdos digitais no processo de ensino-aprendizagem e coloca o foco na necessidade de implementação de medidas específicas de política educativa que permitam atingir as metas da diversificação e elevação das qualificações académicas e profissionais nomeadamente no âmbito das competências digitais da população escolar regional de que se destacam alguns objetivos gerais, nomeadamente:

- 1) Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso pleno de todos e de cada um dos alunos;
- 2) Assegurar a democratização do acesso às tecnologias digitais a todos os alunos e agentes/intervenientes no processo educativo;
- 3) Contribuir para a qualificação e capacitação dos intervenientes no processo educativo, pela aquisição de competências específicas do domínio das Tecnologias Educativas, pelo desenvolvimento de competências-chave (skills) para viver no século XXI e fomentar a sua aplicabilidade pedagógica;
- 4) Criar capacidade e condições nas escolas para que estas possam desenvolver os alunos na linha das Competências Essenciais para o século XXI, nomeadamente a Criatividade, a Comunicação, a Colaboração e pensamento Crítico;



5) Utilizar e desenvolver abordagens pedagógicas inovadoras, colaborativas e ativas, com a integração intencional e progressiva da Tecnologia, dos Ambientes Inovadores e do Digital no processo ensino-aprendizagem;

6) Possibilitar abordagens conceituais e metodológicas inovadoras, proporcionadas pelas tecnologias, que promovam uma perspectiva inclusiva, integrada e contínua do percurso escolar de todos os alunos que elimina os obstáculos e reforça a acessibilidade ao currículo e às aprendizagens.

Este Plano Estratégico para a Inovação Educacional nas escolas da RAM, cuja implementação teve início no ano letivo 2018/2019, pretende levar a efeito uma verdadeira “transformação pedagógica” (mudança de metodologias e práticas pedagógicas), alicerçada nas tecnologias ao serviço da formação integral e holística dos alunos, através da diversificação de meios, metodologias, recursos e infraestruturas tecnológicas e digitais, no sentido de promover uma escola que fomenta mais a inclusão, a equidade, a justiça, a literacia digital e de informação, como novas formas e dinâmicas de interação potenciadas pelo acesso e utilização de novos recursos educativos. Encontra-se organizado e desenvolve-se nas seguintes 5 áreas/domínios:

I - Ambientes Inovadores de Aprendizagem

São “laboratórios”, espaços de inovação e tecnologia, com o objetivo de ajudar na

reorganização e desenho das salas de aula, de modo a permitir novas abordagens metodológicas no processo de ensino e aprendizagem. São projetados como sendo “Laboratórios Vivos”, nos quais se demonstra como as novas metodologias podem ser implementadas no processo educativo, onde o aluno assume um papel central e ativo na construção do seu processo de aprendizagem. Estes ambientes inovadores têm por base a Sala de Aula do Futuro (Future Classroom Lab), criado pela European Schoolnet (EUN), constituindo-se como um ambiente de aprendizagem, que desafia alunos e professores a repensar o papel da pedagogia e da tecnologia nas salas de aula.

II - Núcleos de Inovação Educacional

A constituição destes Núcleos vai permitir às escolas reforçar e promover o interesse, a motivação e a excelência na aprendizagem das Ciências Experimentais, da Programação, da Robótica e das Ciências da Computação, bem como utilizar ferramentas/equipamentos que possibilitem diferentes graus de sofisticação de aplicações tecnológicas e permitam a aprendizagem de conteúdos educativos relacionados com a Tecnologia, a Engenharia, a Eletrónica, a Matemática, as Ciências, as Artes, as Línguas e Humanidades que estimulam a aprendizagem através da metodologia do trabalho de projeto e da resolução de problemas.

Estes Núcleos são constituídos por uma diversidade de recursos e equipamentos didáticos,

nomeadamente, kits de Programação e Robótica, kits de Ciências Experimentais (kits educativos de Física; de Química; de Biologia; de Geologia), kits STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics), kits de Educação para os Media; kits de experimentação com valências ao nível da Impressão 3D, da Realidade Virtual e da Realidade Aumentada.

III - Projeto dos Manuais Digitais

Este projeto tem por objetivo estratégico disponibilizar, a todos os alunos das escolas públicas da RAM, desde o 5.º ao 12.º ano, múltiplos recursos educativos digitais e tecnológicos, em diferentes formatos e diferentes tipologias (animações, simulações, vídeos tridimensionais ou outros), promotores de melhores aprendizagens, de sucesso escolar e com potencial de adaptação às necessidades específicas de cada aluno e ao

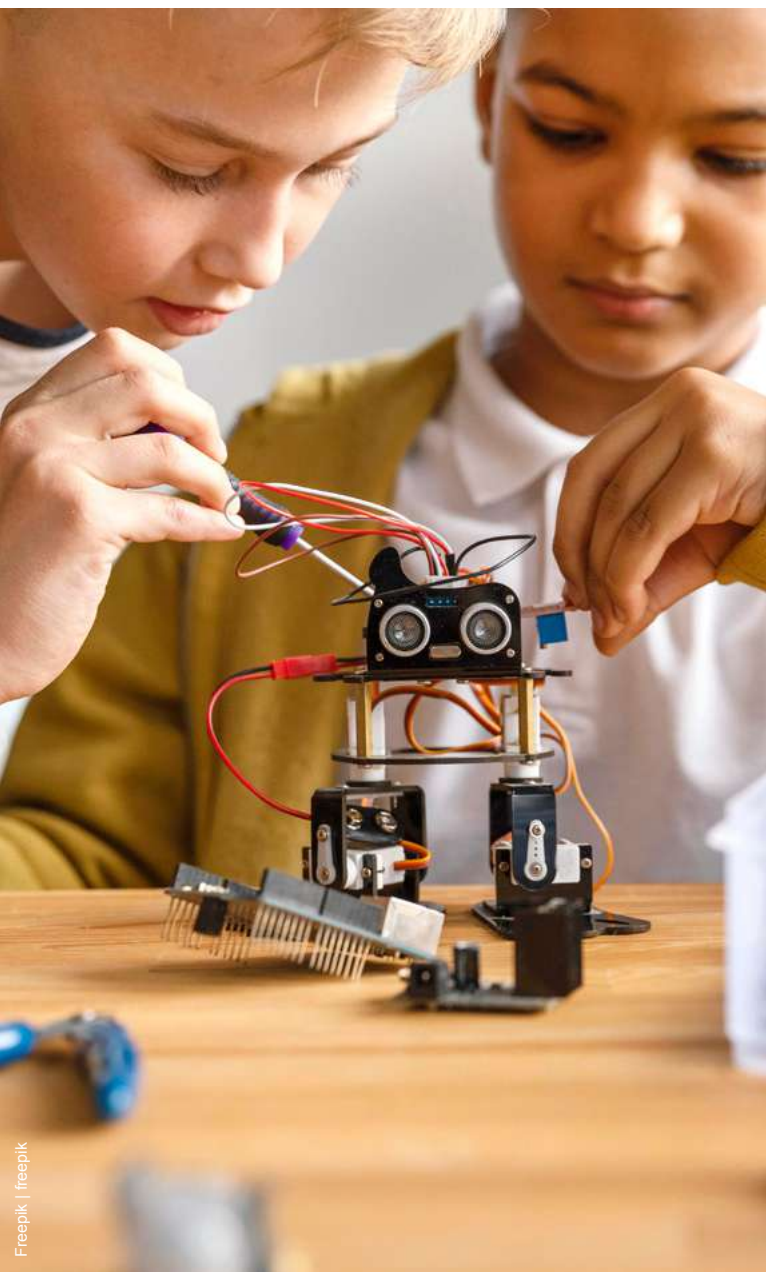


Freepik | fquadro

contexto de cada sala de aula, proporcionando uma oferta conjugada dos manuais escolares em formato digital com uma plataforma onde pode ser feito o acesso a recursos multimédia complementares.

Pretende igualmente reforçar o processo de desmaterialização dos manuais escolares, pela implementação de uma estratégia de recursos digitais educativos (manuais digitais), que promovam a criação e a utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem. Trata-se, assim, de reconhecer os recursos educativos digitais como ferramentas estruturantes do currículo, potenciadoras de uma participação ativa na construção do conhecimento; de refletir sobre a urgência e as vantagens da utilização de recursos educativos digitais para implementar metodologias inovadoras; de valorizar o trabalho cooperativo e a partilha de práticas pedagógicas no desenvolvimento profissional dos docentes; de diminuir o peso das mochilas; de promover a educação inclusiva e a diferenciação pedagógica e de preparar alunos capazes e competentes para as incertezas no mercado de trabalho.

Pretende-se, desta forma, fomentar uma alteração no modo de funcionamento e nas dinâmicas das salas aulas, através da introdução de novas metodologias de trabalho que permitam simultaneamente a flexibilidade curricular, o princípio da educação inclusiva e a diferenciação pedagógica.





IV - Rede estruturada nas Escolas da RAM

Torna-se essencial a implementação da rede estruturada nas Escolas da RAM, que servirá de base ao desenvolvimento deste Plano Estratégico, o qual exige a disponibilização de um conjunto de condições da infraestrutura de suporte à rede, nomeadamente, dos Manuais Digitais, em todos esses estabelecimentos de educação e ensino da RAM, baseada em tecnologia Cloud, através da conjugação de 3 fatores: ligação à internet, com uma boa velocidade de acesso (download e upload) e com valores de desempenho constantes por parte do ISP (Internet Server Provider); equipamentos com alto desempenho de resposta aos pedidos, tanto para o processamento do sinal do ISP, como da própria rede WIFI e infraestruturas físicas de rede, bem definidas e estruturadas.

V - Formação

Pretende-se investir igualmente na formação contínua dos diferentes intervenientes/agentes no processo educativo (pessoal docente e não docente) essencial para a aquisição de competências específicas, nomeadamente no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), do digital e das tecnológicas e a sua aplicabilidade pedagógica, no sentido de promover o sucesso educativo e a qualidade das experiências de ensino e das aprendizagens. Assim, este Plano de Formação deve estar contextualizado com o trabalho quotidiano do professor, o que vai estimular novos processos pedagógicos e didáticos de mudança, suscetíveis de gerar novas dinâmicas de trabalho colaborativo e de valorizar a Escola enquanto local de trabalho e de formação/investigação. Assume-se que a formação contínua é um processo fundamental para uma mudança de métodos, hábitos, atitudes e comportamentos do pessoal docente e não docente viabilizando uma melhoria da qualidade da Educação.

Com este Plano Estratégico para a Inovação Educacional pretende-se que a RAM possa liderar a inovação na transformação da educação e comunicar uma visão de transformação pedagógica e educativa, possibilitada pela tecnologia, concretizando uma melhoria ao nível da qualidade das aprendizagens dos alunos,

cada vez mais autônomos e comprometidos na construção do seu próprio saber, e num processo educativo muito mais enriquecedor, personalizado e criativo, que lhes possa conferir competências para os desafios futuros, de uma sociedade que é cada vez mais digital e baseada na utilização da tecnologia.

Prosegue-se igualmente, a formação de um aluno/cidadão reflexivo, social e politicamente participativo, comprometido com a construção do seu próprio saber, que, através da prática, da experiência e da resolução de múltiplos desafios e de problemas reais, desenvolve uma aprendizagem muito mais enriquecida, personalizada e criativa, que lhe conferem competências para o exercício de uma cidadania comunicativa, cosmopolita, crítica e solidária.

Procura-se, claramente, ajudar os docentes na sua primordial missão de desenvolver nos alunos, as competências que se consideram essenciais para o século XXI: a criatividade; a cidadania; o espírito crítico; o raciocínio lógico; a motivação emocional; o trabalho colaborativo e transversal a diversas áreas do currículo; o pensamento computacional, transformando-os e preparando-os assim para um futuro imprevisível, mas seguramente alicerçado na nova literacia digital.

O ensino em contexto “de cenários de aprendizagens inovadores” é, cada vez mais, imprescindível para que as crianças e os jovens, que se encontram em processo de educação e formação, se consciencializem e conheçam as diferentes abordagens e potencialidades que a tecnologia vem proporcionando na vida económica, social e cultural, no momento atual, constituindo-se, também, pelos conhecimentos e competências que mobilizam, requisitos inestimáveis que os qualificam e que lhes permitem, ao longo da vida, enfrentar melhor esses desafios.

Assim, garantir que todas as crianças e jovens têm direito a uma educação de qualidade que seja processo mobilizador de diversidades enriquecedoras e de caminhos adequados às diferentes capacidades, características e necessidades de cada um é dos maiores desafios que se coloca ao processo educativo e às escolas e ao qual este Plano procura dar um efetivo contributo para a sua resolução. Uma escola que “tem de criar novas oportunidades para um desenvolvimento integral e contextualizado dos



alunos”, que “elevem ao máximo o potencial de cada criança e aluno” e que promovam a “capacitação de cidadãos participativos e comprometidos com a construção de uma sociedade democrática, qualificada e desenvolvida” (DLR n.º 11/2020/M)

Em síntese, pretende-se com este Plano, efetivamente, um Sistema Educativo Regional mais proativo, inovador, inclusivo, autónomo, justo e aberto, disponibilizando e promovendo “as melhores aprendizagens” para todos os alunos, adotando as “soluções adequadas aos contextos e às necessidades específicas” dos mesmos e uma formação e qualificação que prepare as crianças e jovens para responderem, de forma eficaz, aos desafios e exigências do século XXI.

Referências

Decreto Legislativo Regional 11/2020/M, de 29 de julho - Adapta à Região Autónoma da Madeira os regimes constantes do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, alterado pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, e do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Proteger

Transformar e Valorizar

Escolas e Professores



António Nóvoa
Cátedra UNESCO - Futuros
da Educação

Num tempo de grandes mudanças, muitos alimentam visões “fantásticas” de um futuro sem escolas e sem professores. As escolas seriam substituídas por diferentes momentos e situações de aprendizagem, em casa e noutros lugares, através de momentos presenciais e virtuais. Os professores seriam substituídos por dispositivos tecnológicos, reforçados pela inteligência artificial, capazes de orientarem a aprendizagem de cada criança, de forma personalizada, graças a um conhecimento aprofundado do funcionamento do seu cérebro.

Seria um futuro sem futuro, pois a educação implica a existência de um *trabalho em comum* num espaço público, implica uma relação humana marcada pelo imprevisto, pelas vivências e pelas emoções, implica um encontro entre professores e alunos mediado pelo conhecimento e pela cultura. Perder esta presença seria diminuir o alcance e as possibilidades da educação.

“...Nunca, como hoje, foi tão urgente uma educação que contribua para a democratização das sociedades, para a diminuição das desigualdades no acesso ao conhecimento e à cultura, para a construção de formas participadas de deliberação [...]”

Por isso é tão importante proteger, transformar e valorizar as escolas e os professores.

Proteger... porque as escolas são lugares únicos de aprendizagem e de socialização, de encontro e de trabalho, de relação humana, e precisam de ser protegidas para que os seres humanos se eduquem uns aos outros.

Transformar... porque as escolas precisam de mudanças profundas, nos seus modelos de organização e de funcionamento, nos seus ambientes educativos, para que alunos e professores possam construir juntos processos de aprendizagem e de educação.

Valorizar... porque as escolas são espaços imprescindíveis para a formação das novas gerações e nada substitui o trabalho de um bom professor, de uma boa professora, na capacidade de juntar o saber e o sentir, o conhecimento e as emoções, a cultura e as histórias pessoais.



Os efeitos devastadores da pandemia podem prolongar-se por muito tempo sobre a nossa vida em comum, social, coletiva, partilhada. Por medo ou por precaução, podemos ter tendência para nos retrairmos, para nos fecharmos em ambientes familiares, privados, isolados, separados dos outros.

A educação é o contrário da “separação”, é a “junção” de pessoas diferentes num mesmo espaço, é a capacidade de trabalharmos em conjunto. Não há educação fora da relação com os outros e, por isso, é tão importante preservar as escolas como lugares de educação.

As tecnologias fazem parte da nossa vida, do dia a dia das nossas crianças, mas a educação dá-se sempre num contexto de relação humana. A educação não é apenas um ato individual, é uma dinâmica de aprendizagem com os outros. Ninguém se educa sozinho. É impossível. A relação humana

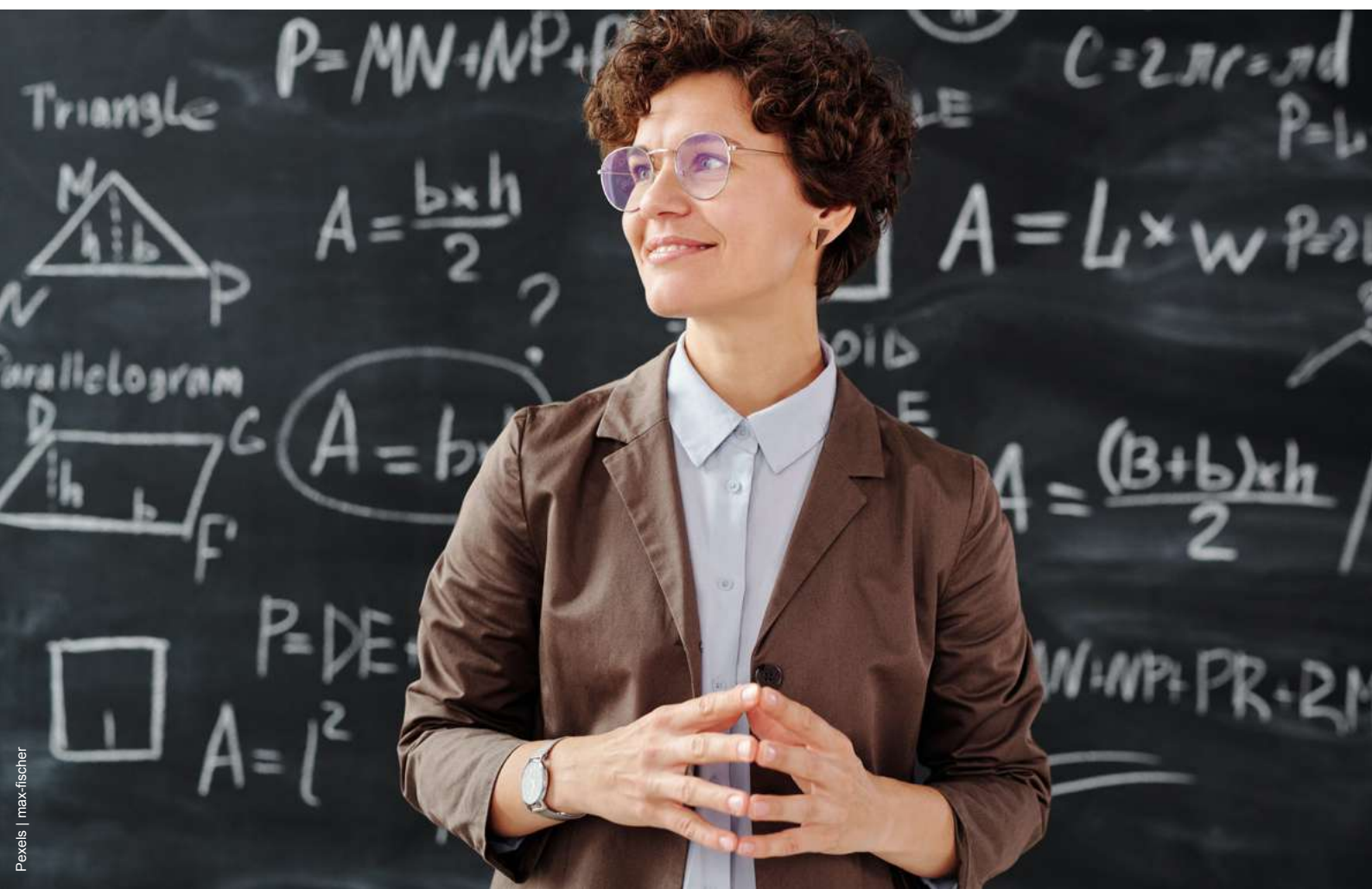
é tão importante que não consigo imaginar que a educação possa ser feita de forma totalmente virtual, à distância. Os dispositivos digitais que temos ao nosso alcance são úteis, ninguém os deve recusar. Mas, dizer que a educação vai passar a ser feita unicamente à distância, seria perder a dimensão da relação humana, do encontro humano que é absolutamente necessário. Não há educação sem o afeto, não há educação sem o sentimento, não há educação sem a relação humana profunda, de alunos com alunos, de alunos com professores. Não se pode conhecer sem sentir, não se pode aprender sem emoção, sem empatia. Não nos podemos educar sem os outros.

Durante os últimos anos estive envolvido na redação do último relatório da UNESCO – *Reimaginar juntos os nossos futuros: Um novo contrato social da educação*. Para a escrita deste relatório, consultámos cerca de um milhão de pessoas no mundo. Que avaliação faço dessa consulta? Quando perguntámos às pessoas sobre as perspetivas de futuro da educação, recebemos respostas frágeis e sem grande interesse ou originalidade. As pessoas limitavam-se a reproduzir o que já conhecem ou, então, lançavam-se em imaginações futuristas, quase sempre com base

no digital ou na inteligência artificial, muito pouco interessantes. Mas sempre que perguntámos às pessoas, sobretudo aos professores, o que estavam a fazer, em que experiências ou iniciativas estavam envolvidos, tivemos respostas extraordinárias de renovação e transformação da educação. São experiências que nasceram, quase sempre, de 2 ou 3 professores, frequentemente de mudança dos espaços da escola (junção de salas de aula, diferente organização das turmas, etc.) ou de dinâmicas inovadoras de trabalho pedagógico (projetos, temas transversais, etc.). Percebemos, através destas respostas, que o futuro já está inventado. Falta apenas que ele se transforme em presente.

Uma das grandes filósofas norte-americanas, Maxine Greene, feminista e pensadora das artes na educação, afirmou que não é possível encontrar nenhum propósito coerente para a educação se alguma coisa comum não acontecer num espaço público. É uma fórmula extraordinária para juntar o comum e o público, explicando que a educação depende de uma relação com os outros, sobretudo com os outros que são diferentes de nós.

As tendências recentes de uma “domesticação” da escola, isto é, de um regresso da educação aos





Pexels | Iyan-Krukov

espaços “domésticos”, familiares, é um retrocesso imenso numa visão humanista que se destina a educar todos com todos. Retiradas da relação com os outros, as crianças ficam impedidas de desenvolver a arte do encontro e as sociedades ficam privadas de uma das poucas instituições onde ainda se pode tentar construir uma vida em comum.

Aprender e estudar em comum é a melhor forma de promover uma “sociedade convivial”, uma humanidade comum. Ainda vamos a tempo?

Nos próximos tempos vai decidir-se grande parte do futuro da educação. Não podemos ficar indiferentes, contribuindo assim para o abandono de uma visão pública e comum e o triunfo de perspectivas individualistas e consumistas da educação. Não é só o futuro da escola que está em causa, é mesmo o futuro da nossa humanidade comum. Nunca, como hoje, foi tão urgente uma educação que contribua para a democratização das sociedades, para a diminuição das desigualdades no acesso ao conhecimento e à cultura, para a construção de formas participadas de deliberação: decidir não é apenas escolher, é também produzir a obrigação de agir e de respeitar a decisão tomada coletivamente em nome de um interesse comum. A escola deve ser um espaço de liberdade, onde se aprende a valorizar o comum.

O mais recente livro de Bruno Latour constrói-se a partir de uma releitura da *Metamorfose* de Kafka: somos, todos, corpos engendrados e mortais que devemos as nossas condições de habitabilidade a outros corpos engendrados e mortais de todos os tamanhos e feitios. É uma bela maneira de pensar o comum em educação. Todos dependemos de todos. Se ensinarmos isso às crianças, estaremos a fazer o mais belo gesto pelo futuro da humanidade.

Nos tempos dramáticos que estamos a viver, temos todos muitas dúvidas e hesitações. Não sabemos bem o que pensar, nem o que fazer, nem a melhor forma de agirmos enquanto docentes. Estas dúvidas são legítimas, e até necessárias. Precisamos de conversar sobre elas, com os nossos colegas, e ir encontrando os caminhos que permitam continuar a nossa ação.

A conversa entre nós, a partilha das nossas dúvidas, é a melhor forma de irmos mantendo a liberdade, uma liberdade que pertence a cada um de nós, irredutivelmente, mas que ganha um alcance maior no encontro com os outros.

Nunca pensamos sozinhos. Hoje, no meio desta tragédia pandémica, sabemos, melhor do que nunca, que isoladamente pouco ou nada podemos. Só “juntos” poderemos definir os caminhos de futuro para a educação.

Para uma escola (mais) inclusiva



Fernando Elias
Conselho Nacional
de Educação (CNE)

Que transformação organizacional da Escola?

“... a Escola, ontem, tinha a missão de desenvolver saberes para um mundo conhecido. Hoje, a Escola tem por missão construir autonomia para o Futuro, para um mundo desconhecido.”

Hoje estamos num tempo em que queremos uma Escola Integradora, Inovadora, Inclusiva, Transformadora.

Ora, uma escola assim, no nosso entendimento, convoca alguns conceitos essenciais como “o que é integrar na Educação?”, “o que é inovar na Educação?” e “o que é Educação Inclusiva e Inclusão?”. Cada escola deve compreender estes conceitos, pois proporcionam uma linguagem que facilita a discussão sobre a operacionalização e o desenvolvimento de uma escola Integradora, Inovadora, Inclusiva, Transformadora.

Eis como nos situamos perante tais conceitos essenciais:

Integrar na Educação, o que é para nós?

Trata-se de respeitar a singularidade de cada um e de todos. Os alunos não têm de se moldar a um padrão estabelecido pela escola.





Freepik | Freepik

Inovar na Educação, o que é para nós?

Inovar é assumir uma mudança dinâmica e operativa que incorpore e acrescente valor aos processos que existam na organização escolar (quer no domínio pedagógico, quer no organizacional) e que se traduza na qualidade e melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos e no seu efetivo desenvolvimento competencial e emocional. Mas também no desenvolvimento profissional dos agentes educativos e, sobretudo, na sua satisfação.

Educação Inclusiva, o que é para nós?

É lutar contra a desigualdade na escola. É garantir que todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontrem respostas que lhes permitam a aquisição de um nível de educação e de formação facilitadoras da sua plena inclusão social.

O sonho da Educação Inclusiva é incluir, mas o principal sonho é ENSINAR A PENSAR. A participação dos alunos deve gerar PROGRESSO, numa escola que valorize o sucesso, não por números, mas, particularmente, pelo que cada aluno atinja, na superação de si próprio e não em comparação com os outros.

Inclusão, o que é para nós?

É sempre um *processo* contínuo. É intervir com pessoas e grupos. É intervir sobre os envolvimentos. É intervir nos ambientes. É ir mudando, transformando, é reduzir e ultrapassar as barreiras, criar as mais diferentes acessibilidades (nos ambientes educativos, no currículo, na socialização, na autonomia, nos espaços escolares, nos projetos, no desenvolvimento profissional, no direito de cada um ser como é. É ser escola hospitaleira, onde se recebe bem, se integra, se desafia, se capacita, se puxa para cima, onde se acrescenta valor, se ganha alguma coisa.

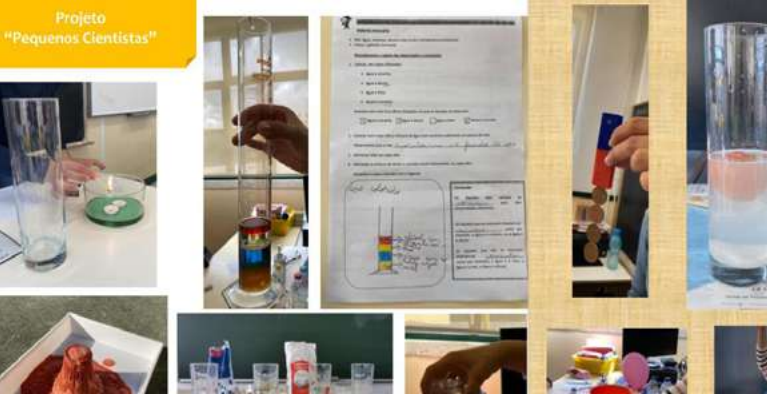
É um ideal a que as escolas devem aspirar mesmo que se saiba que nunca será plenamente atingido.

Uma Escola Integradora, Inovadora, Inclusiva, Transformadora é aquela que está em movimento.

Por último, importa reconhecer na linha de António Nóvoa (2023) que a “A Escola só pode ser transformadora se ela própria se transformar”.

O papel do Diretor/a

Uma escola não é apenas um conjunto de pessoas onde uns são docentes, outros alunos e outros ainda, pessoal não docente. Uma escola



PROJETO "MEXE-TE!"



é um todo que, para existir e funcionar como tal, carece de alguém que lhe transmita sentido organizacional e coordene o seu funcionamento, permita estabelecer prioridades, definir responsabilidades e deveres, avaliar as atuações, estabelecer e ampliar redes de comunicação entre toda a comunidade educativa, perceber as características pessoais que assegurem o bom desempenho das funções de coordenação.

Hoje, sabe-se que a liderança dos diretores é um fator de primeira ordem na melhoria da educação. A investigação mostra que, para além da qualidade e do trabalho dos professores, a liderança do Diretor é o segundo fator interno à escola que mais relevância tem na consecução da aprendizagem.

Sempre foi nossa convicção que a qualidade dos professores pode ser potenciada, no que lhe concerne, pela própria ação do Diretor nesse âmbito.

Há muito que se reconhece também que uma liderança para a aprendizagem é essencial.

Falamos de uma liderança partilhada ou distribuída, numa comunidade de aprendizagem profissional.

Em síntese, numa Escola que se quer Integradora, Inovadora, Inclusiva, Transformadora, o papel do/a Diretor/a é fundamental. Entre outros aspetos, destacamos alguns, na tabela 1.

Tabela 1 - O papel do Diretor/a

Valorizar a partilha de informação:

Divulgação de práticas, problemas e soluções encontradas no interior da escola, partilha de formações, ...

Adotar comportamentos de liderança mobilizadora, forte, partilhada e servidora:

- Saber comunicar
- Ser apelativo
- Ser inspirador
- Ser criativo ou fazer rodear-se de professores criativos
- Saber comprometer os pares com a mudança e a melhoria
- Saber designar com intencionalidade educativa os responsáveis pelas coordenações
- Atribuir um papel fundamental às estruturas intermédias
- Preocupar-se com o bem-estar dos alunos, professores e pessoal não docente
- Reorganizar tempos, espaços, recursos educativos
- Promover fortes relações de colaboração e confiança com os diferentes atores (pais, autarquia, parceiros locais)

O papel das lideranças intermédias

As lideranças das estruturas intermédias numa Escola Integradora, Inovadora, Inclusiva, Transformadora, assumem um papel e uma ação relevantes. São inquestionavelmente essenciais na vida da escola.

A organização pedagógica (planeamento, gestão e desenvolvimento curricular) enquanto missão dos departamentos curriculares/grupos disciplinares/ano e equipas educativas e, globalmente, a gestão escolar devem traduzir uma orientação para uma escola mais participada, mais colaborativa, mais colegial, investindo (mais) na conjugação plural de responsabilidades de diversas funções e lideranças de diferentes planos.



O papel da cultura e do clima de escola

Nesta escola que queremos, a cultura e o clima de escola assumem um papel essencial, pois contribuem e muito para ajudar a moldar as atitudes dos alunos, pessoal não docente, professores, técnicos superiores que trabalham em contexto escolar e pais e associações de pais.

Qualquer mudança, transformação é realizada pelas pessoas. As suas satisfações, frustrações, preocupações, motivações e perceções pessoais, necessidades e interesses desempenham um papel central no sucesso/insucesso das inovações que se querem instituir. A capacidade de escuta de quem dirige a escola é, pois, fundamental, onde a **proximidade**, a **emoção** e o **afeto** têm um papel crucial.

A nossa experiência de Diretor de uma escola pública ao longo de quase 30 anos, 27 dos quais consecutivos no mesmo agrupamento de escolas, tornou-nos num aprendiz reflexivo. Hoje sabemos que para gerar transformação numa escola, é importante desenvolver 5 práticas e 10 obrigações, expressas na tabela 2.

Tabela 2 - 5 práticas e 10 obrigações para gerar transformação

Questionar os Processos:

1. Procurar oportunidades
2. Experimentar e analisar

Inspirar uma Visão Partilhada:

3. Perspetivar o futuro
4. Mobilizar os outros

Criar condições para que os outros atuem:

5. Promover a colaboração
6. Atribuir poder aos outros

Modelar o caminho:

7. Dar o exemplo
8. Planificar pequenas vitórias

Encorajar o Empenhamento:

9. Reconhecer o contributo individual
10. Celebrar os sucessos

Numa Escola Integradora, Inovadora, Inclusiva, Transformadora, o sentido, o rumo, a direção é mais importante do que a velocidade. Uma escola assim deve ter uma identidade própria que deve ser construída, refletida, reinventada ao



longo dos anos e enraizada na sua matriz, como a sua imagem de marca. Caracteriza-se por ter um modelo de atuação de escola, com ações e impactos esperados nos diferentes intervenientes, nos diferentes espaços e nos diferentes níveis de organização e funcionamento. Preocupa-se com os processos e com a monitorização dos mesmos e autoavalia-se para melhorar (estabelece objetivos estratégicos, privilegia indicadores ao nível dos processos e dos resultados escolares alinhados com as ações a desenvolver e as metas fixadas a atingir).

Alguns dos problemas emergentes no dia a dia das escolas, para os quais é necessário encontrar respostas

No dia a dia das escolas, salvo melhor opinião, os seguintes problemas emergentes carecem de respostas urgentes e eficazes:

1 - O esforço enorme e intenso que os docentes têm feito e fazem no reconhecimento da diversidade na sala de aula, procurando e adequando todos os processos de ensino à integração possível dos alunos.

2 - O grande empenho e persistência das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), que pela visão macro da escola e o papel que desempenham neste contexto enquanto recurso técnico e organizacional, tem permitido dar respostas ajustadas a cada aluno e situação, numa perspetiva de trabalho colaborativo e orientador.

3 - As escolas nem sempre articulam todos os meios/recursos (próprios e outros) necessários para que a prática pedagógica diversificada aconteça.

4 - Na generalidade, tem aumentado a (má) burocracia por via de um número excessivo de reuniões, de exaustiva documentação a preencher, por vezes sem se encontrar qualquer causa-efeito desta exigência na melhoria das aprendizagens dos alunos. Os professores precisam de mais tempo para a organização, preparação e planificação do trabalho pedagógico, para o trabalho colaborativo (articulação horizontal e vertical) e ainda, para o desenvolvimento profissional conjunto e muito menos burocracia. Há que simplificar o trabalho dos professores para poderem ter mais tempo para serem professores. A escola tem de pensar estrategicamente o trabalho docente. A escola deve abolir todas as tarefas pedagogicamente inconsequentes.

Transformar a geometria da Escola

Uma Escola que se quer Integradora, Inovadora, Inclusiva, Transformadora, precisa também de saber valorizar a importância do trabalho colaborativo e em rede por ser gerador de mudança, inovação e melhores práticas. A ser assim, é fundamental estabelecer as bases para o desenvolvimento de uma *Comunidade Profissional de Aprendizagem* e criar tempos e espaços que permitam o encontro sistemático entre docentes, o trabalho colaborativo e o desenvolvimento profissional conjunto.

Nesta escola que todos queremos é imperioso colocar as aprendizagens no centro da vida escolar. No nosso entendimento, precisamos, entre outras configurações possíveis, de:

a) Reorganizar os tempos escolares, os espaços e os recursos educativos, para a diversidade e não para a norma;

b) “Salas de aulas sem paredes”, ou dito por outras palavras, precisamos de potenciar e valorizar os espaços interiores e exteriores das escolas; operacionalizar a articulação curricular horizontal e vertical; promover as saídas de campo; trabalhar o currículo articulado com os projetos estruturantes da escola com e na comunidade; trabalhar o currículo articulado com a Biblioteca Escolar da escola);

c) Uma “escola sem muros”, ou seja, criar e manter redes de colaboração com o contexto envolvente, através da promoção de sinergias que potenciem a qualidade da Educação, a formação integral dos alunos, a melhoria das suas

qualificações e ainda, o desenvolvimento nos territórios, em áreas como: saúde, desporto, artes, cultura, universidades (cariz científico), empresas e famílias; apostar em equipas multidisciplinares de combate ao insucesso e abandono escolar, constituídas por técnicos de múltiplas áreas profissionais, com destaque para a psicologia, a terapia da fala, a ação social, a animação social e cultural e a educação;

d) Uma “sala de aula de porta aberta”, ou seja, apostar em práticas de intervenção pedagógica, em contexto de sala de aula, enquanto processo de reflexão e de desenvolvimento profissional e estratégia de identificação e partilha de boas práticas, de métodos de trabalho inovadores e de melhoria das práticas pedagógicas;

e) Consolidar e manter o sucesso da aposta que as muitas escolas têm feito na organização de “momentos DAC” (Domínios de Autonomia Curricular). Com efeito, de uma forma contextualizada e integrada, importa operacionalizar com mais eficácia: i) o aprofundamento, a consolidação e a avaliação do currículo claro e focado; ii) o desenvolvimento das áreas de competências definidas no Perfil do Aluno; iii) a promoção de dinâmicas pedagógicas, que valorizem e integrem num “todo” os projetos de desenvolvimento educativo, centrados no aluno e nas aprendizagens significativas/contextualizadas; iv) a transversalidade e a integração de saberes e de valores, promovendo a sua aplicabilidade, numa situação de estreito contacto com as necessidades reais da comunidade, propiciando o diálogo entre a comunidade e a escola; v) o exercício efetivo de uma cidadania ativa, centrada em contextos sociais relevantes; vi) a promoção do aluno a “produtor” do saber;

f) Valorizar a EMAEI, no seu papel-chave, enquanto recurso organizacional específico/ estrutura de apoio à aprendizagem e à inclusão e potenciar a estreita articulação com os pais e encarregados de educação (assegurando a sua participação efetiva), com as equipas de saúde locais e com as entidades parceiras;

g) Valorizar a função e ação do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), definindo as valências que o compõem, as funções, a abrangência e o funcionamento, bem como as formas de medição do seu impacto na inclusão e aprendizagem de todos os alunos;



h) Apostar na avaliação por competências em vez da avaliação de conhecimentos descartáveis. A avaliação por competências é um processo pelo qual se compilam evidências de desempenho e conhecimentos dos alunos em relação a competências, à luz do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conviver.

Neste sentido, salvo melhor opinião, a escola deve desenvolver duas dimensões: uma, de natureza ecológica, ambiental e climática; outra, de natureza educacional, que promova uma visão participativa dos alunos e os prepare para obterem



É imperativo renovar as aprendizagens

Como sabemos, a Escola, ontem, tinha a missão de desenvolver saberes para um mundo conhecido. Hoje, a Escola tem por missão construir autonomia para o Futuro, para um mundo desconhecido. Assim, a Escola do Futuro deve promover intencionalmente o desenvolvimento global dos seus alunos.

A sociedade de hoje em constante mudança exige não só conhecimento, mas também habilidades e competências para além do conhecimento. A necessidade de adaptação é rápida e constante.

O foco da escola passou a ser a renovação constante das competências do aluno para a vida, como um todo, assente em 4 pilares fundamentais:

4 competências-chave, na linha de pensamento de Yuval Harari (2018): **Comunicação, Colaboração, Pensamento Crítico e Criatividade.**

Numa perspetiva mais ampla, segundo o mesmo autor, as escolas devem dar menos atenção às aptidões técnicas e colocar ênfase nas aptidões de vida polivalentes. Acima de tudo estará a capacidade para lidar com a mudança, de aprender coisas novas e de preservar o equilíbrio mental em situações novas.

Para isso, temos de apostar em modelos pedagógicos alinhados com a educação de competências para a vida, com forte participação e envolvimento efetivo dos alunos na construção do seu processo de ensino-aprendizagem. É necessário garantir a integração de tecnologia na sala de aula e na aprendizagem dos alunos,

para potenciar as 4 competências-chave acima referidas. O papel do professor será insubstituível, mas não podemos deixar de considerar a relevância dos desafios e das oportunidades para potenciar a aprendizagem dos alunos e a ação dos docentes que as tecnologias suscitam.

Importa também ter em conta que o desenvolvimento das aprendizagens deve ser cada vez mais reorientado para os processos pedagógicos que envolvam o Saber Fazer e Saber Ser. Devemos passar do conhecimento para a ação promovendo atividades que convidem os alunos a demonstrar os seus conhecimentos e competências, a expressar as suas potencialidades, a despertar o seu talento, a estimular a sua sensibilidade e curiosidade. Nesta direção de análise, defendemos a ideia de que as escolas devem apostar cada vez mais em projetos, clubes, oficinas e academias.

A importância da formação

Numa Escola que se quer Integradora, Inovadora, Inclusiva, Transformadora, onde a renovação das aprendizagens é essencial, é fundamental capacitar os docentes para melhores competências pedagógicas e científicas e para o aperfeiçoamento contínuo (projetos de desenvolvimento profissional individual e coletivo). Toda a formação deve ser contextualizada à realidade de cada escola, à sua singularidade. Deve ser útil, prática e aplicável, gerar desenvolvimento profissional para lidar eficazmente com as diversas necessidades dos alunos e a inovação sustentada nos processos pedagógicos e organizacionais.

Também a formação das lideranças (de topo e intermédias) assume um papel estratégico chave. Assim, salvo melhor opinião, defendemos a indispensabilidade de formação específica prática e que capacite os líderes para as suas funções. Precisamos de mudanças nas práticas de direção e gestão escolar, precisamos de líderes educativos para ajudar a criar e manter melhores contextos de aprendizagens e melhorar as condições da escola e do trabalho dos docentes.

A Escola enquanto lugar de Felicidade

Numa Escola que se quer Integradora, Inovadora, Inclusiva, Transformadora é de todo



incontornável reconhecer, valorizar e incentivar os talentos e as competências dos docentes, alunos e outros elementos da comunidade.

Encontrar e promover pontes entre os seus profissionais (atividades letivas, não letivas, formais e informais) onde se projete e sinta FELICIDADE é outro compromisso-desafio essencial.

Precisamos que as escolas sejam espaços e tempos de *Sentir & Saber* (Damásio, 2020). A ser assim, é muito importante que cada escola tenha um plano de ação estratégica para a saúde e promoção do bem-estar.

Há um pilar fundamental na escola que mais do que nunca e cada vez mais é preciso garantir: **Saber estar com os outros, viver com os outros, aprender juntos, ser feliz com e pelos outros!**

Referências

- Nóvoa, A. (2023). *A Escola que transforma*. [Comunicação oral]. Seminário "Políticas e Desafios Educacionais. A Escola em Transformação", Santarém, Portugal.
- Damásio, A. (2020). *Sentir & Saber A caminho da consciência* (1.ª ed.). Editor: Temas e Debates.
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Diário da República, 1.ª série - N.º 129 - Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Diário da República, 1.ª série - N.º 129. - Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.
- Harari, Y. (2018). *21 Lições para o Século XXI* (1.ª ed.). Editor: Companhia das Letras.
- Migeon, F., Pye, J. & Ingram, R. (Org.) (2021). *Welcoming learners with disabilities in quality learning environments. A tool to support countries in moving towards inclusive education*. UNESCO.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho. Diário da República, 1.ª série - N.º 130 - Aprova o Plano 21|23 Escola+, plano integrado para a recuperação das aprendizagens.

Projeto

#NarcissusMeetsPandora:

Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union



Identidade, a representação de si e do outro nas redes sociais



Rui Maio

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto



Catarina Grande

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto



Diana Alves

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto



Joana Cadima

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Os jovens podem não ser suficientemente competentes a nível crítico e técnico para participar ativamente no mundo digital.

Introdução ao Projeto

O Projeto #NarcissusMeetsPandora (2020-2022 <https://narcissusmeetspandora.eu/>) tem como objetivo o desenvolvimento de ferramentas inovadoras, baseadas em práticas artísticas, para promover a reflexão por parte dos jovens acerca das suas representações e dos outros nas redes sociais. Assim, para além de trabalhar competências digitais em escolas e instituições de educação não-formal, procura-se também que professores e educadores se sintam capacitados para usar este tipo de ferramentas nos contextos de aprendizagem, considerando as preocupações atuais de inclusão social e educação.

Desenvolvimento do enquadramento teórico

Uma vez que a equipa do Projeto é interdisciplinar, o enquadramento teórico serviu o propósito de criar uma base de conhecimento comum acerca de determinados tópicos associados ao Projeto: representação visual, cidadania ativa, e manipulação e privacidade. Esta base de conhecimento reúne evidências de diversas áreas, tais como Psicologia, Educação

Artística, Literacia Visual, Literacia Digital, entre outras. Para além disso, procurou-se destacar uma série de competências transversais para desenvolver nos workshops preconizados pelo Projeto.

Foram ainda conduzidos grupos focais com jovens em cada país participante (Portugal, Espanha, Bélgica e Grécia), de forma a conhecer as suas perspetivas relativamente aos tópicos do Projeto. Desta forma, 30 jovens entre os 12 e os 16 anos foram convidados, em abril de 2021, a partilhar as suas perspetivas, que serviram para complementar a revisão da literatura e o enquadramento teórico.

Foi identificado um conjunto de conceitos-chave, orientadores de todo o trabalho realizado e que retratam o conhecimento atual. De seguida, apresentamos um sumário de cada conceito.

Conceitos-chave

Identidade, representação e redes sociais

O desenvolvimento da identidade é uma das tarefas desenvolvimentais mais importantes da adolescência (Granic et al., 2020). Durante este período, os adolescentes desenvolvem os seus próprios valores e procuram integrá-los com aqueles que são apresentados pelo seu grupo social e sociedade (Erikson, 1968). A exploração ativa de como os outros veem o mundo e desenvolvem as suas opiniões e valores torna-se crucial para todo este processo.

No mundo atual, os jovens crescem num ecossistema digital complexo e sem quaisquer precedentes (Granic et al., 2020). Através das redes sociais, os jovens têm acesso a uma variedade de *insights*, muitas vezes sob a forma de fotografia e imagem. As relações dos jovens com os seus pares decorrem não apenas presencialmente, mas também virtualmente, não havendo, no mundo de hoje e aos olhos dos jovens, uma distinção clara entre o mundo físico e virtual – realidade híbrida (Boyd, 2010; Granic et al., 2020). Porém, considerando as características das redes sociais – a sua rápida evolução, o tipo de pedidos solicitados para participar, as possibilidades de manipulação de imagem e informação –, os jovens necessitam de dominar um conjunto de ferramentas digitais, bem como desenvolver um espírito crítico para que se protejam de eventuais riscos. De facto, os jovens



podem não ser suficientemente competentes a nível crítico e técnico para participar ativamente no mundo digital (Alvermann & Sanders, 2019; Talib, 2018).

Assim, a par da literacia digital, também a literacia visual é central neste processo. O Projeto teve o objetivo de promover uma leitura crítica das imagens presentes nas redes sociais, assim como destacar o papel que tais imagens podem ter na representação de si próprio e dos outros, contribuindo para o desenvolvimento da sua própria identidade. Para além disso, foi fortalecido o reconhecimento de que as imagens podem ser relevantes no sentido de empoderar determinadas comunidades e de lhes dar a visibilidade que não teriam de outro modo.



- Quando a publicação é uma imagem, em vez de um texto ou de uma frase, capta mais a atenção de quem vê. (participante #1)

Cidadania ativa e redes sociais

Considerando a cidadania ativa como ações individuais e coletivas que têm o propósito de se dirigir a assuntos e problemas de ordem pública, as plataformas de redes sociais podem criar

oportunidades de comunicação entre pessoas de diferentes culturas, estratos sociais, promovendo a competência intercultural de quem as utiliza (AbuJarour & Krasnova, 2017; APA, 2009; Wu & Marek, 2018; Zhou & Sun, 2020). Porém, os jovens questionam-se sobre a forma de averiguar se os outros estão a ser genuínos na defesa de causas sociais. De facto, a procura de mais seguidores, mais *likes*, pode levar determinados indivíduos a defender causas de forma leviana e sem verdadeiro interesse – ativismo performativo (Deally & Dixit, 2021).

Neste Projeto, para além de colocar o acento nesta questão, procurou-se também destacar os benefícios das redes sociais nesse âmbito, dado que as redes sociais permitem o acesso a um elevado número de contactos, contêm uma quantidade ilimitada de informação e permitem a representatividade por parte de grupos sociais marginalizados (Gil de Zúñiga et al., 2012; Lovejoy & Saxton, 2012; Papacharissi, 2010).

Manipulação e privacidade em contextos digitais

A manipulação nas redes sociais pode assumir diferentes formas, tais como notícias falsas, manipulação de fotos, entre outras. Enquanto a manipulação de fotos não é um fenómeno recente, a tecnologia moderna tornou-a cada vez mais acessível e sofisticada (GCFLearnFree.org, n.d.). Para além disso, a manipulação tem impacto na forma como as pessoas protegem os seus dados, sendo que inúmeras plataformas digitais procuram fazer com que as pessoas negligenciem as configurações de privacidade e/ou forneçam dados adicionais (Zarsky, 2019).

Desta forma, o Projeto procurou incentivar os jovens a adotar uma postura crítica perante a informação que lhes é apresentada, a compreender a permanência de tudo aquilo que é publicado na Internet, assim como as consequências da partilha de dados através das redes sociais.

Competências transversais

Literacia Visual

Num mundo cada vez mais marcado pelos meios visuais, a Literacia Visual afirma-se como



- Eu defendo estas causas, mas normalmente não publico sobre isso, porque acho que as pessoas tendem a fazê-lo só para mostrar que estão conscientes disso, e não tanto para informar as outras pessoas. E partilhar, sem realmente fazer nada sobre isso, não faz muito sentido. (participante #2)

um objetivo educacional central, do qual surgem determinadas competências extremamente relevantes para o Projeto (Wagner & Schönau, 2016):

- Perceber – implica usar os sentidos (visão, olfato, etc.) para gerar impressões mentais que se relacionam com objetos externos, especialmente imagens. Após este passo, deve-se descrever, isto é, representar verbalmente, a percepção consciente que cada um tem dessa imagem. Finalmente, a imagem é interpretada.

- Criticar – atribuir um valor à imagem e, se necessário, comunicar este valor. Perceber e atuar, através dos sentidos, enquanto se está emocionalmente envolvido. E criticar, ou seja, avaliar a imagem com base em determinados critérios.

- Criar – imaginar, pressupõe gerar ideias mentais que não correspondem a uma percepção sensorial atual. Posteriormente, é feito um esboço e procura-se representar uma ideia, visão ou plano de forma verbal ou pictórica. Na etapa seguinte, experimenta-se algo sobre o qual não sabemos o resultado, com base no próprio interesse. São criadas imagens de forma intencional e, por fim, o esboço é transformado num produto.

- Comunicar – implica aplicar as imagens com um determinado propósito. As imagens e

processos utilizados são tornados perceptíveis às outras pessoas.

Literacia Digital

A Literacia Digital é uma competência cada vez mais importante na era em que vivemos. É uma competência que permite às pessoas tomarem parte ativa nos aspetos sociais, culturais, económicos, civis e intelectuais do quotidiano, através das plataformas digitais. Possuir esta competência implica ter a capacidade de criar produtos e percebê-los a partir de diferentes modos e formatos, entendendo ao certo como as tecnologias digitais podem apoiar nestes processos (Hague & Payton, 2010).

No que diz respeito a este Projeto, a Literacia Digital está ligada à aquisição das seguintes competências:

- Procura, avaliação e filtro de informação relevante e credível;
- Envolvimento ativo em assuntos sociais, através das tecnologias digitais;
- Criação de conteúdo digital;
- Proteção dos dados pessoais e privacidade;
- Criação de processos e produtos inovadores, através das tecnologias digitais.



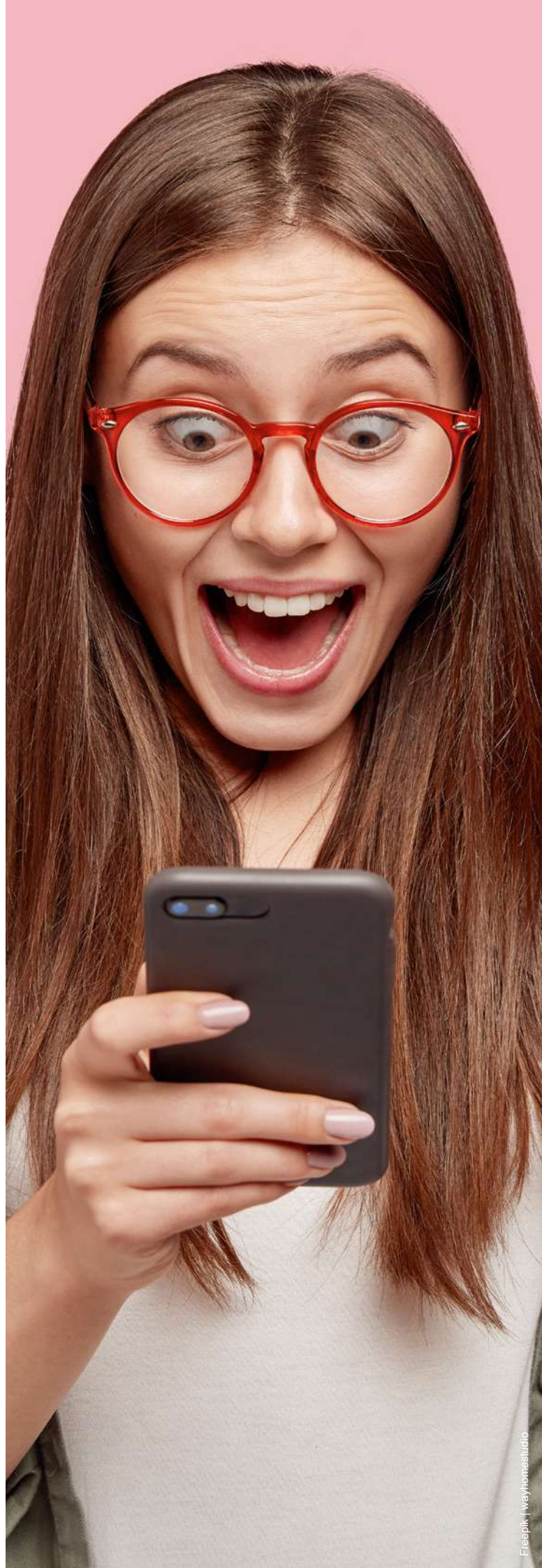
- Atualmente, as nossas vidas e dados pessoais acabam expostos em qualquer plataforma online. No entanto, é um pouco diferente obterem os nossos dados pelas redes sociais, porque aí somos nós que os estamos a revelar às pessoas. (participante #3)

Literacia Legal

Apesar de todos os perigos e desafios associados ao uso das redes sociais, é importante reconhecer que a Internet oferece oportunidades extraordinárias a vários níveis. Desta forma, é fundamental que todos os agentes educativos procurem respeitar e promover os direitos humanos, mas também ter um papel ativo na difusão de aspetos relacionados com a Literacia Legal.

As áreas a trabalhar neste âmbito são, nomeadamente, as seguintes:

- Equidade – este reconhecimento deve também existir num espaço digital;
- Justiça social – a Internet deve ser um espaço de concretização da promoção e proteção dos Direitos Humanos, e onde se procuram oportunidades para alcançar um mundo mais justo;
- Acessibilidade – acesso pleno a uma Internet segura e aberta;
- Expressão e Associação – liberdade de expressão por parte de qualquer indivíduo, e de se associar a outros que partilhem as mesmas causas;
- Privacidade e proteção de dados pessoais;
- Diversidade – não apenas como um princípio, mas também como uma oportunidade de pluralidade de opiniões e expressões.





Materiais do Projeto

O enquadramento teórico do Projeto serviu de base à criação de materiais para o mesmo, entre os quais se destacam os seguintes:

Workshops: atividades baseadas em práticas artísticas, para os professores/educadores aplicarem com os jovens. As atividades procuram trabalhar os conceitos-chave identificados: identidade, representação e redes sociais; cidadania ativa e redes sociais; e manipulação e privacidade em contextos digitais.

Guia para Educadores: este Guia pretende auxiliar os professores/educadores no planeamento e implementação dos workshops junto dos adolescentes/jovens.

Ferramentas digitais: conjunto de ferramentas digitais de apoio aos workshops.

Referências

AbuJarour, S., & Krasnova, H. (2017). Understanding the role of ICTS in promoting social inclusion: The case of Syrian refugees in Germany. In *Proceedings of the 25th European Conference on Information Systems (ECIS)*, Guimarães, Portugal, June 5-10.

Alvermann, D. E., & Sanders, R. K. (2019). Adolescent literacy in a digital world. In R. Hobbs, & P. Mihailidis (Eds.), *The International Encyclopedia of Media Literacy* (pp. 19–24). Wiley Blackwell. doi: 10.1002/9781118978238.ieml0005

American Psychological Association [APA]. (2009). *Civic engagement*. Retrieved from <https://www.apa.org/education-career/undergrad/civic-engagement>

Boyd, D. (2010). Social network sites as networked publics: Affordances, dynamics, and implications. In Z. Papacharissi (Ed.), *A networked self. Identity, community, and culture on social network sites* (pp. 47-66). Routledge.

Deally, O., & Dixit, A. (2021, April 9). How to avoid performative activism on social media. *Parachute*. <https://www.theparachutemedia.com/culture-entertainment/deconstructing-performative-activism>

Erikson, E. H. (1968). *Identity: Youth and crisis*. W. W. Norton & Company. GCFLearnFree.org. (n.d.). *The problem with photo manipulation*. Retrieved from <https://edu.gcfglobal.org/en/digital-media-literacy/the-problem-with-photo-manipulation/1/>

Gil de Zúñiga, H., Jung, N., & Valenzuela, S. (2012). Social media use for news and individuals' social capital, civic engagement, and political participation. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 17, 319-336. doi: 10.1111/j.1083-6101.2012.01574.x

Granic, I., Morita, H., & Scholten, H. (2020) Beyond screen time: Identity development in the digital age. *Psychological Inquiry*, 31(3), 195-223. doi: 10.1080/1047840X.2020.1820214

Hague, C., & Payton, S. (2010). *Digital literacy across the curriculum*. FutureLab. Retrieved from <https://www.nfer.ac.uk/publications/futl06/futl06.pdf>

Lovejoy, K., & Saxton, G. D. (2012). Information, community, and action: How non-profit organizations use social media. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 17, 337-353. doi: 10.1111/j.1083-6101.2012.01576.x

Papacharissi, Z. (Ed.). (2010). *A networked self: Identity, community, and culture on social network sites*. Routledge.

Talib, S. (2018). Social media pedagogy: Applying an interdisciplinary approach to teach multimodal critical digital literacy. *E-Learning and Digital Media*, 0(0), 1-12. doi: 10.1177/2042753018756904

Wagner E. & Schönau, D. (2016). *Common European framework of reference for visual literacy - prototype*. Waxmann.

Wu, P-H. N., & Marek, M. W. (2018). Developing intercultural competence via social media engagement in a language learning framework. *Journal of Intercultural Communication*, 46.

Zarsky, T. Z. (2019). Privacy and manipulation in the digital age. *Theoretical Inquiries*, 20(1), 157-188.

Zhou, Y., & Sun, J. (2020). Using social media to promote intercultural communication between Chinese and American university students. *Chinese Journal of Applied Linguistics*, 43, 169-187.

Práticas pedagógicas inclusivas e Desenho Universal para a Aprendizagem

Um breve olhar



Clárisse Nunes

Escola Superior de Educação do Politécnico de Lisboa, CIED

“... o DUA oferece uma mudança paradigmática ao nível das práticas educativas, desafiando as formas tradicionais de desenvolver o currículo.”

Introdução

A atual política educativa nacional e internacional proclama a educação inclusiva, a qual representa um movimento de luta pelo direito de todas as crianças à educação. Tal exige práticas pedagógicas que efetivem a sua inclusão nos espaços educativos comuns. Importa, pois, refletir sobre o modo como o professor¹ pode respeitar e responder à diversidade humana existente em todos os grupos de alunos². Ora seja, é essencial pensar sobre como desenvolver práticas inclusivas, onde todos os alunos se sintam aceites e membros da comunidade e possam ser ativos nas situações de ensino e aprendizagem.

Todavia, ensinar alunos com capacidades, necessidades e interesses diversos, motivá-los para a aprendizagem, assegurar a participação e ajudá-los a alcançar sucesso não se afigura fácil. Na realidade, constitui um dos desafios vivenciados pelo professor. Nunes e Madureira (2015) salientam que o desafio se centra na dificuldade em lidar e atender à individualidade de cada aluno. Estas autoras destacam ainda que a educação inclusiva exige mudanças no modo

como se pensa a função da escola e o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, interroga-se como pode o professor promover práticas pedagógicas que promovam oportunidade para que todos os alunos possam aprender e sentir-se bem-vindos ao espaço escolar. Tornar o currículo acessível constitui uma das dimensões a considerar. A utilização do *Desenho Universal para a Aprendizagem*³, conhecido pelo acrónimo DUA na língua portuguesa, é uma das abordagens presentemente mais disseminada para ajudar o professor neste processo (Karisa, 2023; Prais, Stein & Vitaliano, 2020).

Considerando estes argumentos, de seguida, reflete-se sobre o modo como o DUA pode subsidiar a inclusão, a equidade e o acesso de todos os alunos aos ambientes de ensino e aprendizagem comuns.

Desenho Universal para Aprendizagem

O DUA auxilia o professor a equacionar as suas práticas pedagógicas e a pensar noutra forma de organizar e gerir o currículo. Mas analisemos o que

significa DUA, como surgiu, quais os pressupostos básicos e como pode ser implementado.

O que é o DUA?

O DUA é uma abordagem que proporciona ao professor uma estrutura que ajuda a conceber um currículo flexível que responda à diversidade de alunos que frequenta a escola (Gargiulo & Metcaff, 2016). Trata-se, portanto, de uma “abordagem curricular que procura reduzir os fatores de natureza pedagógica que poderão dificultar o processo de ensino e aprendizagem” (Nunes & Madureira, 2015, p.132).

Tendo por base que todos os aprendentes têm necessidades de aprendizagem diversas, o DUA define uma estrutura para a planificação e implementação de um currículo acessível a todos (Kearney, 2022). Nessa medida, faculta ao professor ferramentas para este organizar espaços de aprendizagem suficientemente versáteis, de

modo a que todos os alunos possam efetivamente aprender. Tal exige a aplicação de estratégias de ensino flexíveis, começando pelo planeamento da práxis (Houghton, 2022), o que contribui para se alcançar uma educação mais equitativa e inclusiva (Nunes & Madureira, 2015). Como afirma Karisa (2023), “a eficácia do DUA como estratégia pedagógica para alcançar uma educação inclusiva é cada vez mais reconhecida” (p.195).

Assim, o DUA representa: (i) uma forma de conectar cada estudante à experiência de aprendizagem e (ii) um modo de olhar para a educação inclusiva, intentando promover o acesso, a participação e o sucesso de todos os alunos.

Em síntese, a abordagem DUA objetiva maximizar o acesso de todos os alunos à instrução (King-Sears et al., 2023), ajudando a reduzir as barreiras, não intencionais, colocadas à aprendizagem dos alunos pelo modelo de currículo de “tamanho único” (Karisa, 2023; Meyer; Rose & Gordon, 2014).



Como surgiu o DUA?

O DUA surgiu nas últimas décadas do século XX, por David Rose, Anne Meyer e os seus colegas do *Center for Applied Special Technology (CAST)*. Desde então tornou-se um movimento global na área da educação (Houghton, 2022).

Esta abordagem assenta na investigação em neurociência cognitiva (Meyer et al., 2002) e na ideia de desenho universal usado na arquitetura, o qual implica que os ambientes físicos sejam concebidos para ser acessíveis a todos os utilizadores, independentemente das suas capacidades funcionais (Sasson, Yehuda & Miedijensky, 2022).

Quais os princípios teóricos do DUA?

O DUA tem subjacente um conjunto de três princípios teóricos (e.g. Evmenova, 2018; Meyer, Rose & Gordon, 2014), a saber:

1 - Múltiplos Meios de Envolvimento - intenta promover o envolvimento e a participação dos alunos na realização das atividades pedagógicas e motivá-los para a aprendizagem;

2 - Múltiplos Meios de Representação do conhecimento - implica que o professor disponibilize a informação e o conteúdo curricular em diversos formatos, para que proporcione oportunidades de todos os alunos terem acesso à aprendizagem;

3 - Múltiplos Meios de Ação e Expressão do Entendimento - visa possibilitar aos alunos várias

formas de se expressarem e demonstrarem as aprendizagens realizadas.

Estes princípios pressupõem que as barreiras à aprendizagem estão na conceção do ambiente em si e não no aluno (Karisa, 2023).

Sublinha-se que tais princípios estão sustentados nas neurociências (King-Sears et al., 2023), apoiando-se em três redes cerebrais primárias (Robinson & Wizer, 2016; Sasson et al., 2022): as **redes afetivas**, responsáveis pela motivação para a aprendizagem; as **redes de reconhecimento**, especializadas na receção e análise de informação e as **redes estratégicas**, relacionadas com o planeamento e execução de ações (ver figura 1).

Perante os princípios do DUA é fundamental compreender que os alunos são todos diferentes, não existindo o “aluno médio” (Kearney, 2022). Aceitar esta realidade exige que se planifique a prática pedagógica de modo a disponibilizar diferentes opções que apoiem todos os alunos. Para King-Sears et al., (2023) a materialização dos princípios e orientações do DUA na prática pedagógica permite ao professor conceber ambientes de aprendizagem mais eficientes e equitativos para todos os alunos. Para tanto, importa planear e implementar currículos que considerem a diversidade, o acesso e a inclusão. Neste sentido, “o DUA é, sem dúvida, um passo válido na direção de uma educação inclusiva, entendida como uma questão de justiça social, particularmente no que diz respeito ao currículo” (Karisa, 2023, p.196).

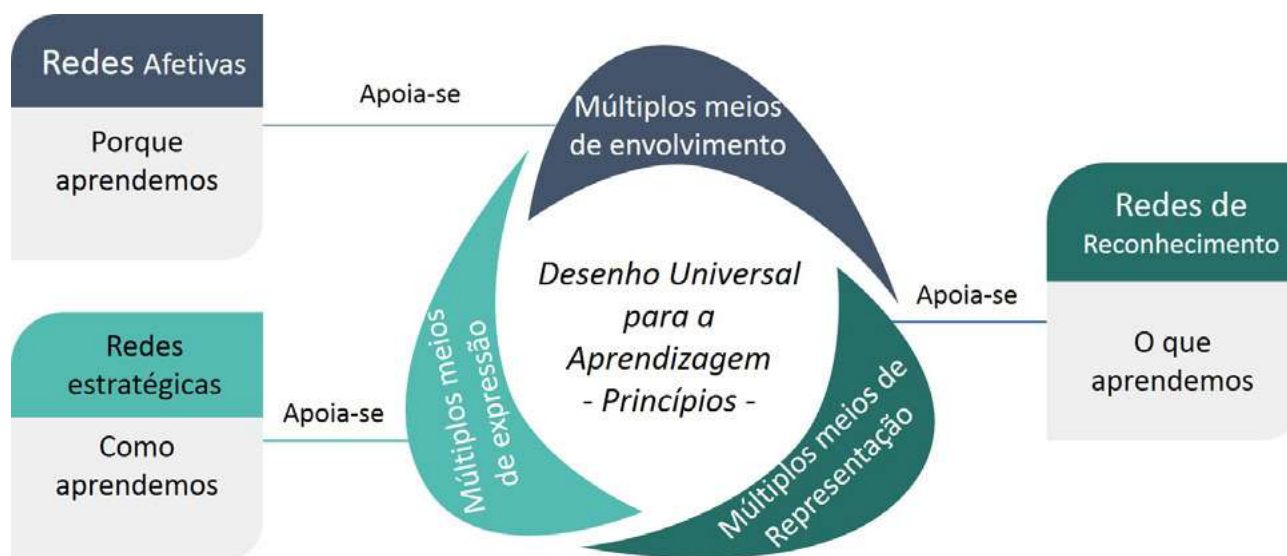


Figura 1 - Relação entre os Princípios do DUA e as Redes cerebrais primárias



Como implementar o DUA na sala de aula?

Pensamos ser importante começar por dizer que o DUA não apresenta uma proposta didática pronta a ser aplicada pelo professor. Ao invés, o DUA valoriza a autonomia pedagógica do docente, procurando que este reflita sobre a necessidade de melhorar as suas práticas face à realidade atual da escola e da sociedade (Nunes & Madureira, 2015; Zerbato & Mendes, 2018). Portanto, o DUA oferece uma mudança paradigmática ao nível das práticas educativas, desafiando as formas tradicionais de desenvolver o currículo.

De notar que a aplicação do DUA impõe que, desde o início, o professor planifique o processo de ensino e aprendizagem, tendo como pilar a diversidade de alunos (Karisa, 2023). Esta prática diminui a inevitabilidade de se fazer ajustes no processo de ensino e aprendizagem, pois a práxis é concebida para abraçar todos os alunos (Houghton, 2022). Porém, perante alunos muito particulares pode, ainda assim, ser indispensável diferenciar alguns aspetos do currículo (e.g. objetivos, métodos, materiais e avaliação), de modo a responder às singularidades desses alunos e assegurar que ninguém é deixado para trás, apesar da variabilidade existente.

Objetivando a aplicação do DUA, referiu-se que este permite concretizar uma pedagogia inclusiva, para tal interessa que o professor use os princípios desta abordagem:

- i. recorrendo a formas diversificadas de motivação e envolvimento dos alunos nas situações de aprendizagem;
- ii. equacionando múltiplos processos de disponibilização de conteúdos a aprender;
- iii. possibilitando que o aluno utilize diversas formas de ação e expressão.

Mas, observe-se com mais pormenor os aspetos a atender em cada princípio do DUA.

1 - Múltiplos Meios de Envolvimento

Implica oferecer opções quanto à forma como o aluno se envolve na aprendizagem, nomeadamente como mantém o esforço, a persistência e a autorregulação.



Neste sentido o professor deve refletir sobre o modo como envolve os alunos na aprendizagem, questionando, por exemplo:

- Como é que pode utilizar os interesses dos alunos para aumentar o seu envolvimento?
- Existem exemplos pessoais com que os alunos se possam relacionar?
- Como é que pode promover a independência e a confiança dos alunos?
- Os recursos oferecem oportunidades para refletir os pontos fortes dos alunos?
- Pergunto aos alunos como é que eles aprendem melhor?

2 - Múltiplos Meios de Representação

Requer a disponibilização de opções relacionadas com a perceção, a linguagem, a matemática e os símbolos e a compreensão. Como tal é importante variar o material que se utiliza no ato de ensinar, utilizar múltiplos meios de comunicação, mudar o ambiente, reenquadrar situações e apresentar diferentes oportunidades de aprendizagem. A ideia principal é auxiliar a construção de conhecimento dando opções a todos, incluindo àqueles que têm uma perceção diferente das coisas (Houghton, 2022).

Para auxiliar a reflexão do professor sobre a utilização deste princípio na sua práxis, sugere-se que questione se:

- Está a oferecer opções que permitem a todos os alunos aceder e compreender os conteúdos?

- Todos os alunos podem aceder aos materiais didáticos? Pode tornar os materiais didáticos mais acessíveis?

- Todos os alunos podem trabalhar de forma autónoma?
- As tarefas definidas acrescentam valor à aprendizagem?
- As expectativas são claras?

3 - Múltiplos Meios de Ação e Expressão

Exige a disponibilização de opções de ação física, de expressão e comunicação e opções para as funções executivas. Logo, importa oferecer ao aluno diversas opções para interagir com o currículo, física e mentalmente, variando os métodos de apresentação do material, mas também a forma como este pode demonstrar os seus conhecimentos e compreensão (Houghton, 2022).

Expõe-se, de seguida, exemplos de questões que podem orientar o professor na reflexão sobre a disponibilização de meios de ação e expressão:

- Como é que vou saber se todos os alunos compreenderam o conteúdo da aula?
- Como posso avaliar o progresso de cada aluno para atingir os resultados definidos?
- Todos os alunos têm oportunidade de responder e expressar pensamentos e ideias?
- Que ferramentas posso utilizar para ajudar os alunos a demonstrar a sua compreensão?

Para concluir, muito embora tenham sido apresentadas sugestões de como implementar o DUA, lembramos que o **fundamental** é o professor **desenvolver** uma **pedagogia eficaz** (King-Sears, 2009), que valorize a diversidade e ofereça a possibilidade de todos os alunos serem capazes de ter êxito. O DUA não é uma receita, não existe uma abordagem de “tamanho único”, pelo que cada sala de aula terá um aspeto diferente.

Considerações finais

Colocando o aluno no centro da prática pedagógica, a abordagem DUA apresenta orientações de como o professor pode organizar o processo de ensino e aprendizagem de forma a

que um maior número de alunos possa aprender nos contextos comuns. Sublinha-se que a aplicação do DUA torna o espaço de aprendizagem mais diversificado e acessível e as formas como os alunos podem demonstrar o seu domínio são mais variadas e menos rígidas. Enfim, o DUA contribui para superar barreiras que se colocam à aprendizagem dos alunos. De facto, os resultados da investigação evidenciam que a utilização desta abordagem apoia a passagem de um ensino rotineiro centrado na dificuldade de aprendizagem, para um ensino flexível, autorregulador e reflexivo, mediado pelo professor e baseado na colaboração dos alunos, dos professores e de toda a comunidade educativa. Assim, como abordagem pedagógica, o DUA oferece a cada aluno oportunidades



de sucesso idênticas (Houghton, 2022). Nesta perspectiva pode-se afirmar que a equidade, a acessibilidade, a justiça social e a inclusão são sustentadas pelo DUA.

Muito embora o DUA seja um passo na direção da procura de uma pedagogia inclusiva, concordamos com Karisa (2023) quando afirma ser necessária uma reforma muito mais sistêmica, para que esta se realize de uma forma mais consistente.

Concluimos com a esperança de que o DUA não se torne apenas mais um slogan no caminho de uma educação inclusiva.

Notas

¹ Designação usada neste artigo para nos referirmos a todos os docentes: educadores/as de infância e professores/as do ensino básico e secundário, bem como do ensino superior.

² Expressão aqui usada para nos referirmos a crianças e jovens de todas as idades.

³ Do inglês *Universal design for learning* - DUA

Referências

Evmenova, A. (2018). Preparing teachers to use universal design for learning to support diverse learners. *Journal of Online Learning Research*, 4(2), 147-171.

Gargiulo, M. R. & Metcalf, D. (2016). *Teaching in Today's Inclusive Classrooms: A Universal Design for Learning Approach*. 3ª edição. Editora Cengage Learning.

Houghton, J. (2022). New to universal design for learning? Start here! *New Directions for Teaching and Learning*, 11-22. Wiley Periodicals LLC. DOI: [10.1002/tl.20525](https://doi.org/10.1002/tl.20525)

Karisa, A. (2023). Universal design for learning: not another slogan on the street of inclusive education. *Disability & Society*, 38(1), 194-200. <https://doi.org/10.1080/09687599.2022.2125792>

Kearney, B.D. (2022). *Universal design for learning (UDL) for inclusion, diversity, equity, and accessibility (IDEA)*. eCampus Ontario. Licenciado por Creative Commons Attribution 4.0 International License. <https://ecampusontario.pressbooks.pub/universaldesign/>

King-Sears, M.E. (2009). Universal design for learning: Technology and pedagogy. *Learning Disability Quarterly*, 32(4), 199-201.

King-Sears, M. E., Stefanidis, A., Evmenova, A., Rao, K., Mergen, R. L., Owen, L. S., & Strimel, M. M. (2023). Achievement of learners receiving UDL instruction: A meta-analysis. *Teaching and Teacher Education*, 122(103956), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.tate.2022.103956>

Meyer, A.; Rose, D. & Gordon, D. (2002). *Universal Design for Learning (UDL)*. Estados Unidos: CAST.

Meyer, A.; Rose, D. & Gordon, N. (2014). *Design Universal design for learning: theory and practice*. Wakefield, MA: CAST.

Nunes, C. & Madureira, I. (2015). Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. *Da Investigação às Práticas*, 5(2), 126-143.

Prais, J.L.S., Stein, J.Q. & Vitaliano, C.R. (2020). Desenho universal para a aprendizagem na promoção da educação inclusiva: uma revisão sistemática. *Revista Exitus*, Santarém/PA, 10, 01-25. DOI: [10.24065/2237-9460.2020v10n11D1268](https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n11D1268)

Robinson, D. E., & Wizer, D. R. (2016). Universal design for learning and the quality matters guidelines for the design and implementation of online learning events. *International Journal of Technology in Teaching & Learning*, 12, 17-32.

Sasson, I., Yehuda, I. & Miedijensky, S. (2022). Innovative learning spaces: class management and universal design for learning. *Learning Environments Research*, 25, 725-739. <https://doi.org/10.1007/s10984-021-09393-8>

Zerbato, A. P. & Mendes, E. G. (2018). Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. *Revista Educação Unisinos*, 22(2), 147-155.



Educação Inclusiva

Formar e Transformar a Escola

O que podemos construir é um olhar renovado para as diferentes pontes que permitem a travessia do mesmo rio.



Luísa Martins Fernandes¹
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho



Maria Rosalina Veiga²
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho

“Por um lado, é necessária uma mudança das condições sociais para criar um sistema de ensino correspondente, e por outro lado, é necessário ter um correspondente sistema de ensino para mudar as condições sociais. Por isso, devemos partir das situações existentes.” (Karl Marx, 1869)



A educação da atualidade impõe um exercício de reflexão sobre a escola que temos e a que precisamos, perante os extensos desafios de uma nova era onde a tecnologia se impõe. Deste modo, colocar a tónica na escola, que precisa de se reestruturar num processo de transformação e reformulação das suas práticas organizacionais e pedagógicas, é fundamental. Neste artigo, pretendemos resgatar a discussão sobre a educação do século XXI, expor os desafios que as organizações de ensino enfrentam para se adequarem às novas exigências e os cuidados a ter em conta pela gestão no momento de implementação de novas práticas. Em boa verdade, concordamos com Idriss Aberkane, em Tanislas Dehaene (2018), quando afirma que “já não estamos no tempo da educação de stocks mas antes da educação de fluxos, e por isso devemos interessar-nos sobretudo pela dinâmica da aprendizagem e não pelo stock de saberes”, de facto precisamos de um processo



de transformação na educação. Como resposta a esta ideia, os responsáveis devem assumir a necessidade da existência de programas de qualidade considerando uma gestão democrática, recorrendo à sua autonomia, e valorizando a participação de todos os agentes da escola. Ao falar de autonomia, vemos-a abrangente, englobando as lideranças, os docentes e alunos, particularmente, na sua conexão com o estudo e as aprendizagens; na valorização da comunicação, do diálogo e da cooperação entre os alunos; numa escola ativa baseada numa lógica de trabalho, de investigação e de criação; e numa conceção de currículo aberta à comunidade educativa estabelecendo as interconexões necessárias à sociedade. Para isso, as escolas precisam de se libertar da tomada de decisão centralizada e encontrar a sua identidade no seio da comunidade escutando os alunos (dando-lhes voz), os professores (atendendo todos os que se assumem como peças basilares na engrenagem que move a estrutura organizacional da escola), e tendo, evidentemente, por base os referenciais emanados pela tutela na construção de um sistema educativo que se suporte na autonomia e na equidade, assumindo um novo modelo de gestão.

A dificuldade de transformação que a escola assume resulta da não transição teoria/prática, justificando-se pela existência de pontos de estrangulamentos das políticas de educação, da gestão centralizada e burocratizada que historicamente inibem a participação efetiva dos professores, alunos, pais e encarregados de educação, funcionários e comunidade na definição do rumo da escola. Temos consciência que no percurso histórico da educação, a escola sempre foi utilizada como um instrumento ideológico, político e social, legitimando a manutenção das

classes sociais existentes, apresentando um carácter diferenciado com uma educação voltada para os diferentes grupos sociais.

Outras questões se levantam: será que conseguiremos conceber a educação não como uma preparação para a vida e para o trabalho, mas como uma atividade inerente à condição humana? Será que a educação deixará de ser pensada, primordialmente, para as primeiras idades, prolongando-se ao longo da vida, e passará a desenvolver-se numa dinâmica intergeracional?

A matriz curricular que imperou no século XX esgotou-se, teremos de assumir uma renovada representação social do professor, teremos de abandonar a ideia de que a função de um professor de matemática é ensinar matemática, mas sim formar o aluno através da matemática. Assim sendo, estaremos a dar relevo à utilidade da matemática e do seu ensino, sublinhando que a sua necessidade é grande, pois sem ela não é possível uma educação na sua plenitude.

Reconhecemos que todo o caminho trilhado foi importante e permitiu-nos olhar para as dinâmicas contemporâneas da ciência e da arte (como exemplo), e facilmente encontrar novas intersecções disciplinares. As metáforas do laboratório e do atelier podem ajudar-nos a elucidar sobre os novos ambientes escolares. No laboratório, trabalha-se colaborativamente, estuda-se a realidade, resolvem-se problemas. No atelier, dá-se largas à expressão e à imaginação, cria-se e antecipa-se o futuro.

O caminho é longo, é preciso fazer a travessia... e ninguém pode fazer a viagem por nós. O que podemos verdadeiramente construir é um olhar renovado para as diferentes pontes que permitem a travessia do mesmo rio.



Desafios para a escola de hoje e de amanhã

Chegados ao final do primeiro quarto do século XXI, entendemos que a escola e a educação estão e continuarão em constante transformação. O papel do professor, a forma de ensinar e de transmitir conhecimento sofreram modificações ao longo dos tempos que se explicam na evolução social e cultural, inovação tecnológica e as novas exigências do mercado de trabalho. De igual modo, a necessidade de formar jovens com pensamento crítico e responsáveis coletivamente é fundamental para o acompanhamento destas transformações. Esta ideia encaminha-nos para o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) – documento estruturante para a reconstrução da escola de hoje e de amanhã. Na introdução do documento pode ler-se: “O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória afirma-se, (...) como documento de

referência para a organização de todo o sistema educativo, contribuindo para a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular. No momento de equacionar e de fundamentar o que é relevante, adequado e exequível no contexto dos diversos níveis de decisão, é possível e desejável encontrar neste perfil orientações significativas. (...) A finalidade é contribuir para a organização e gestão curriculares e, ainda, para a definição de estratégias, metodologias e procedimentos pedagógico-didáticos a utilizar na prática letiva.”

É aconselhável, diríamos mesmo imprescindível, que as práticas pedagógicas acompanhem as mudanças ocasionadas pela tecnologia, pela grande diversidade de canais de comunicação, e considerar todos os estímulos que os contextos dos alunos lhes proporcionam. Podemos dizer que este é um dos grandes desafios da educação no século XXI. Sublinha ainda que: “O Perfil dos



Alunos configura o que se pretende que os jovens alcancem no final da escolaridade obrigatória, sendo, para tal, determinante o compromisso da escola e de todos os que lá trabalham, a ação dos professores e o empenho das famílias e encarregados de educação. Docentes, gestores, decisores políticos e também todos os que, direta ou indiretamente, têm responsabilidades na educação encontram, neste documento, a matriz que orienta a tomada de decisão no âmbito do desenvolvimento curricular, consistente com a visão de futuro definida como relevante para os jovens portugueses do nosso tempo.”

Educação em transformação

A transformação da sociedade prolonga-se à educação. Para predispor de elementos que acompanhem a metamorfose necessária, deve recorrer-se ao uso da tecnologia e fornecer condições para o desenvolvimento integral dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Este esforço espelha-se no investimento que se está a desenvolver com o atual Plano de Capacitação Digital.

Não há dúvidas que as crianças são curiosas e ativas desde muito cedo, os estímulos do meio envolvente e familiar são cada vez mais eficazes no desenvolvimento de competências. Para coexistir uma fluidez entre os diversos sistemas

a que o aluno tem acesso, o professor deve encontrar formas de direcionar a curiosidade e envolvê-lo nas aprendizagens tentando inseri-lo num processo de construção e autoconstrução do conhecimento. No mesmo patamar de importância inscrevemos a educação socioemocional e o desenvolvimento de estudos sobre as inteligências múltiplas. Gardner defendia que não devíamos ser reduzidos a um número (QI) para quantificar a possibilidade de adquirir competências. O autor propõe oito inteligências básicas: espacial-visual, verbo-linguística, interpessoal, intrapessoal, naturalista, corporal sinestésica, musical e lógico-matemática. Outro aspeto primordial são as habilidades sociocomportamentais, como a empatia, autonomia, inteligência emocional e criatividade, que não fazem diferença apenas na vida interpessoal do aluno, mas também são características indispensáveis para seu futuro profissional. Deste modo, todos concordamos que o ensino e a aprendizagem no século XXI não se podem restringir apenas ao desenvolvimento cognitivo e intelectual como acontecia no passado, devem incluir e dar ênfase aos aspetos comportamentais e emocionais.

Para vencer os desafios colocados à escola e à educação, preconizamos que as escolas atualizem e otimizem o seu projeto educativo através de programas, metodologias e práticas inclusivas. De entre as recomendações que tomamos a





liberdade de sugerir estão o uso da tecnologia nos processos de ensino e aprendizagem, com todos os benefícios que traz, nomeadamente, o aumento do interesse, envolvimento e protagonismo que facilmente o aluno consegue. Além disso, é claro, o acesso e inserção de materiais e conteúdos complementares e ajustados ao perfil de cada aluno, como podcasts, vídeos e outros recursos interativos.

Este aspeto leva-nos a considerar que a metodologia do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) é de grande pertinência para todos. Este modelo metodológico tem como áreas subsidiárias as tecnologias, os direitos humanos e a neurociência. No que se refere aos documentos digitais, estes desempenham um papel muito significativo para quem assume o DUA como metodologia para trabalhar nas suas aulas. A flexibilidade destas ferramentas abre portas para diversas trajetórias de aprendizagem, na medida em que viabilizam inúmeras combinações entre texto, fala, imagem e uma ressignificação do erro, que pode passar a ser tratado como parte natural do processo de aprendizagem. Isso gera uma paleta muito diversificada para a comunicação, capaz de acomodar as especificidades e as necessidades

de cada aluno. Os smartphones, os tablets, os notebooks e os livros digitais ilustram este tipo de tecnologia, capaz de ampliar substancialmente os horizontes de desenvolvimento de cada estudante. Destaca-se, de igual modo, o ensino híbrido, pois, mesmo antes da pandemia da COVID-19, algumas instituições já tentavam implementá-lo, sobretudo em casos em que o aluno estivesse impedido de frequentar a escola, falamos de uma experiência mediada por plataformas online como forma de complementar as aulas presenciais.

Evidenciam-se as metodologias ativas de aprendizagem que consistem num ensino no qual os alunos são estimulados a participar no processo de aprendizagem de forma mais direta. Esta metodologia afasta-se das abordagens tradicionais daquilo que consideramos como forma de educar, tendo por objetivo estimular o aluno a sair do estado de estagnação durante as aulas e colocá-lo como protagonista do processo de aprendizagem. Um dos exemplos de metodologias ativas é a sala de aula invertida, em que os alunos experienciam o assunto estudado previamente, ou seja, antes da explicação do professor em sala. Neste cenário, o papel do professor é fixar o assunto, debater conceitos e oferecer outros pontos de vista. Outros exemplos de metodologias são as aprendizagens baseadas em projetos e os laboratórios experimentais.

A transformação da educação, e da escola, passa por muitas dimensões e uma delas é a alteração da cultura docente, é um dos passos que consideramos mais difíceis de dar. Importa referir que existem novas exigências e cuidados a observar numa tentativa de (re)construir a escola e a educação. São vários os aspetos a considerar:

a) adequar às novas exigências as lideranças, que necessitam pensar a longo prazo. O planeamento estratégico da instituição deve considerar a possibilidade de recursos e investimentos em tecnologia e infraestrutura, assim como o desenvolvimento de uma boa comunicação com os responsáveis das diferentes áreas desde as câmaras municipais, juntas de freguesia, serviços regionais de educação;

b) apoiar o relacionamento com os pais e as famílias durante o período de mudança e implementação de novas práticas educativas. Vivemos a implementação do Decreto-Lei n.º 54/2018, no âmbito da Educação Inclusiva,



que implica para a sua operacionalização o conhecimento de outros normativos como o Decreto-Lei n.º 55/2028 e as Portarias 223-A e 226-A, ambas de 2018. Torna-se essencial que os pais e as famílias entendam os motivos e os benefícios destas práticas inclusivas. Do ponto de vista da educação socioemocional, a participação deles é fundamental, pois o desenvolvimento das crianças e dos jovens acontece mediante um esforço conjunto entre alunos, famílias e corpo docente;

c) a formação de professores e demais atores da comunidade escolar para colmatar as exigências do sistema educativo;

d) a observação e acompanhamento socio-comportamental dos alunos.

Em síntese, estamos conscientes que operacionalizar estas ideias pode ser difícil e, em alguns casos, reconhecemos que seria muito importante que as organizações escolares assumissem o trabalho colaborativo como condição essencial para o sucesso de qualquer política ou ação educativa. A existência de uma consultoria pedagógica especializada neste âmbito seria, com toda a certeza, uma mais-valia.

A transformação do papel do professor – Um elemento de mediação

O ensino, como prática de natureza ética fundamentalmente humana, exige hoje em dia que os processos de interação sejam mais dinâmicos e complexos. O ato de ensinar não consiste apenas em transmitir conteúdos, mas sim incentivar, provocar e propiciar a construção, reflexão e transformação sem perder de vista o respeito à autonomia do aluno.

A figura do professor mudou muito ao longo das décadas, já não é olhado como alguém que detém todo o conhecimento disponível na área em que atua. Tampouco é preciso que o aluno passe horas na biblioteca com uma pilha de livros. Na educação do século XXI, o conhecimento está fora da redoma. O professor assume outros papéis: organizador, que seleciona o conteúdo e guia o aluno; apoiante, acolhendo, estimulando, valorizando e inspirando os alunos; orientador, sendo capaz de gerir as atividades de aula; e mediador, mediando as relações entre alunos e a sinergia entre eles e o conteúdo apresentado.

Eis o grande desafio dos professores e das escolas dos novos tempos: assimilar as transformações; criar métodos para atrair a atenção dos alunos; apresentar-lhes formas de articular os conhecimentos adquiridos, oferecendo algo mais para além do que eles poderiam conseguir na internet.

A mudança pede urgência

A escola do século XXI carece de uma metamorfose profunda, necessita questionar-se sobre as práticas educativas que têm vindo a ser implementadas, se estas traduzem as necessidades e expectativas da atual sociedade e se estas práticas proporcionam aos alunos os “instrumentos” necessários para uma aprendizagem ao longo da vida. Torna-se urgente refletir e incrementar uma nova dinâmica educativa, organizacional e formativa, nas nossas escolas, não só através das diretrizes constantes nos normativos em vigor, mas também através da implementação de metodologias ajustadas aos tempos que vivemos.

Uma sociedade em constante transformação implica grandes desafios, particularmente para as escolas, no que diz respeito às respostas que melhor se adequam e promovem o potencial de todos e de cada um dos alunos, devendo organizar-se de forma a proporcionar uma educação de qualidade, adaptando metodologias, estratégias e práticas que visem a criação da igualdade de oportunidades para todos. As atuais políticas educativas, que se consubstanciam através da implementação do regime jurídico da Educação Inclusiva e de outros normativos legais complementares, dão fortes contributos nesse sentido.

A realidade apresenta-se implacável, e a necessidade de um novo olhar sobre o ensino fica bem evidente quando observamos dados estatísticos e os diferentes relatórios que nos chegam frequentemente.

A *fuga* escolar, um grave problema no país, é um bom exemplo disso. Ela tem como principal causa a falta de motivação e interesse dos alunos, em mais de 40% dos casos. E se os alunos estão a perder o entusiasmo pelo que é ensinado, esse é um forte indício de que algo está errado. Embora não haja uma receita para solucionar o problema, ignorá-lo, com certeza, não é a melhor opção.

Numa época em que há abundância de informação, é impensável a ideia de que o aluno chega em sala de aula vazio, desprovido de conhecimentos e saberes. Desenganem-se os que pensam assim, pois ele traz conhecimento, havendo necessidade de interagir, agregar e fazer parte do processo.

Para um ensino coerente com a educação do século XXI, é importante o entendimento de que o aluno de hoje não se conforma em apenas absorver conteúdos, ele também quer e precisa de o colocar em prática fora da escola, fazer uso desse conhecimento. É uma grande mudança de mentalidade em relação à forma de se ensinar de outros tempos, mas a capacidade de adaptação é a chave do sucesso.

Diversas instituições educativas, em todos os níveis de ensino, já se deram conta da falta de sincronia da antiga metodologia de ensino com os novos tempos. Na procura pela transição para um modelo mais ajustado à educação do século XXI, de novas formas da escola se posicionar no ato educativo, continua-se a desenvolver uma grande panóplia de estudos ... acreditamos que a chave do sucesso está na vontade de mudança e na aceitação de *uma corrente diferente*.

Notas

¹ Doutora em Sociologia

² Mestre em Ciências da Educação

Referências

Aberkane, Idriss (2018). *Libérez votre cerveau! Traité de neurosagesse pour changer l'école et la société*. Robert Laffont.

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06 - Estabelece o Regime Jurídico da Educação Inclusiva.

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06 - Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

Despacho n.º 6478/2017, Diário da República n.º 143/2017, Série II de 2017-07-26 - Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Gardner, H. & Hatch, T. (1989). Multiple intelligences go to school: educational implications of the theory of Multiple Intelligences. *Educational Researcher*, v.18, n.8, p.4-10.

Karl Marx (1869) - Discurso ao Conselho Geral da I Internacional em agosto de 1869, apud Manacorda, 2000, p. 88.

Manacorda, M. A. (2000). *Marx e a pedagogia moderna*. 3ª ed., Cortez.



Diversidade e inclusão

nas escolas portuguesas: pistas para a ação



Marisa Carvalho

Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa e Conselho de Especialidades de Psicologia de Educação, Ordem dos Psicólogos Portugueses



Helena Azevedo

Universidade da Maia, Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento, Unidade de Investigação em Desenvolvimento Humano e Psicologia



Joana Cruz

Centro de Investigação em Psicologia para o Desenvolvimento, Instituto de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade Lusíada do Porto



Helena Fonseca

Inspeção-Geral da Educação e Ciência

O desafio da diversidade é encontrar e operacionalizar respostas para potenciar a aprendizagem e a participação na e com a diferença.





A inclusão é um valor e um direito presente nas agendas políticas nacionais e internacionais (OECD 2015; UNESCO 2017). Globalmente, o desenvolvimento sustentável dos países requer necessariamente garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, assim como oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS4). Desta forma, a inclusão e a equidade na educação são fundamentais para uma agenda de transformação educacional. Em Portugal, embora a ideia de educação inclusiva não seja nova, ganhou destaque nos últimos anos, especialmente com a publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018. Esse documento desafiou as escolas e seus profissionais a repensarem as suas concepções e práticas. A este propósito, apresentamos algumas questões para reflexão e pistas para a ação.

Diversidade e inclusão. De que falamos?

Falar sobre inclusão na educação é falar nos direitos ao acesso, participação e aprendizagem, bem como de processos para alcançar estes direitos. A educação inclusiva é reconhecida como um direito inalienável de todas as crianças e jovens, proporcionando-lhes uma educação de qualidade que respeite a diversidade, promova a participação e aprendizagem efetivas de todos os alunos e elimine todas as formas de discriminação (Azorín & Ainscow, 2018).

Então, o que significa diversidade? A diversidade refere-se às diferenças individuais relacionadas com idade, localização geográfica, género, orientação sexual, língua, cultura,

religião, capacidades físicas e mentais, classe social, estatuto de imigração, entre outros (Cerna, 2020). Com efeito, a diversidade traduz-se na individualidade de cada pessoa.

A inclusão mais não é do que valorizar esta individualidade e fazer dela marca de espaços, tempos e contextos. A possibilidade de envolver todos os alunos na participação e aprendizagem decorre do reconhecimento e valorização da diversidade. Assim, requer-se não apenas o respeito pela diversidade e pelas diferentes necessidades, características e expectativas dos alunos e comunidades, mas também a adoção de abordagens eficazes que reconheçam e façam uso da diversidade nos processos de participação e de aprendizagem.

E os professores? Como percebem a diversidade e a inclusão?

É interessante notar que um estudo recente com professores portugueses revelou que eles reconhecem e valorizam a inclusão, adotando valores inclusivos. No entanto, eles consideram a diversidade na sala de aula um desafio, especialmente em termos de planeamento e ação pedagógica direcionada a todos os alunos, concentrando-se mais nos obstáculos e barreiras encontrados na implementação de uma estratégia que consideram mais inclusiva (Carvalho et al., 2019).

Nos últimos anos, a importância das atitudes dos professores em relação à educação inclusiva tem sido debatida e destacada para o sucesso da escola inclusiva. Espera-se que atitudes mais



inclusiva são condições fundamentais na prática dos professores. O desafio da diversidade é, portanto, encontrar e operacionalizar respostas para potenciar a aprendizagem e a participação na e com a diferença.

Como garantir que todos os alunos participam e aprendem na diferença e com a diferença?

Assinalado o papel dos professores, importa não ignorar que a inclusão é um compromisso de todas as pessoas da escola e da comunidade. Contribuir para a inclusão é também apoiar as escolas e as comunidades a desenvolver ações facilitadoras de atitudes positivas dos profissionais e de outras pessoas da comunidade em relação à diversidade. Contudo, outros aspetos são importantes. Para além das questões pedagógicas, é necessário atender a questões organizacionais (por exemplo, recursos, estruturas, lideranças) e contextuais (por exemplo, comunidade, cooperação intersectorial).

Em jeito de pistas para a ação (algo provocatórias), partilhamos as vozes de quem faz e de quem sabe¹:

1. (Des)Conhecer a mudança

Conhecer os valores e princípios da inclusão e, em especial, os que estão na base de políticas educativas recentes no contexto português é um fator relevante. A sua operacionalização depende da compreensão do conceito de diversidade e do sentido amplo de inclusão. Como afirma um professor de educação especial:

O conceito é muito mais lato. Embora com o Decreto-Lei 3 era mais centrado na deficiência, fosse mental ou corporal. Agora já não. Neste momento a educação inclusiva tem como pretensão abranger um maior leque de problemáticas (...) Nesse aspeto, o espírito da lei e o modo como a lei está enquadrada parece-me que é um grande passo e uma vitória.

2. Fazer o mesmo e esperar diferente

Perceber a mudança esperada nas conceções e nas práticas traduz-se em fazer diferente. Valorizar a diferença e aprender a partir dela é, necessariamente, fazer diferente. Contudo, esta

positivas em relação à educação inclusiva estejam associadas a práticas mais inclusivas por parte dos professores (Alnhadi & Schwab, 2021; Sharma et al., 2014). Embora alguns estudos indiquem que os professores têm uma atitude geralmente positiva em relação à inclusão, existem diferenças em relação à perceção de competências para lidar com esse desafio em sala de aula (Avramidis & Norwich, 2002; Forlin et al., 2011). As crenças de autoeficácia dos professores têm um impacto significativo nas suas atitudes, sentimentos e preocupações em relação à inclusão (Alnhadi & Schwab, 2021; Özokcu, 2018; Savolainen et al., 2020). Além disso, o contacto prévio e experiências relacionadas com inclusão bem como o conhecimento de leis e políticas de educação inclusiva tendem a ter um impacto positivo nas atitudes bem como no sentido de autoeficácia dos professores (Navarro-Mateu et al., 2020; Pappas et al., 2018).

Assim, perceber e valorizar a diversidade, viver as diferenças e sentir-se capaz de agir de forma

mudança é difícil e nem sempre percebida, como descreve um aluno de 3.º ciclo:

A sala está dividida em filas, a primeira para quem tem dificuldades, a segunda para os alunos médios e a última para os alunos muito bons. O professor só fala para a primeira fila e, só às vezes, para a última, quando pede para explicar algo. Assumem que não temos dúvidas e que estamos a aprender tudo.

3. Operacionalizar precisa-se

A lei é uma oportunidade de mudança, mas precisa de ação, de operacionalização, como afirma um professor de educação especial:

Operacionalizar o 54 é falar na diferenciação pedagógica na sala de aula. Um dos grandes calcanhares, não é do 54, mas é da escola. Isto agora é uma crítica, é uma crítica àquilo que eu vejo. O professor continua a assumir o papel de magister, que está em cima do estrado e que, no fundo, leciona a matéria. A organização da sala de aula, conforme está, não permite que o 54 tenha grande sucesso. Para isso precisamos de mudar o modo de atuação.

4. Do parque de estacionamento para o mundo

Como já afirmamos, a inclusão deve traduzir-se em mais oportunidades de acesso, de participação e de aprendizagem, isto é, deve traduzir-se em abrir as portas do mundo para todos e para cada um. Nas palavras de uma professora:

Os alunos com currículo específico individual [legislação anterior] eram colocados muito tempo naquela sala que era o chamado parque de estacionamento e muitas vezes havia atividades, até atividades da turma, que passavam despercebidas e os alunos não eram sequer convocados a participar. Já não senti isso. Todos os alunos foram a todas atividades, com a turma, participaram em todas as saídas. Não senti essa coisa da rejeição. Agora, na sala de aula, há muito a fazer.

5. Do caminho de oportunidades

Aproveitemos e criemos oportunidades para a inclusão de todos. Este é o desafio que se coloca às escolas e às comunidades. Afirma uma professora,



elemento permanente da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI):

Encaramos esta lei como uma lufada de ar fresco e, por isso, pensamos, vamos aproveitar esta oportunidade para mudar mentalidades para o desafio que é a escola. Os nossos alunos são o principal desafio.

6. Estar “on the move”

A inclusão é uma jornada em constante mutação. A publicação de uma lei, um projeto, uma prática não são o fim da jornada. São o seu princípio e, por isso, é preciso estar “on the move”² ou nas palavras de dois professores:

É um processo que não se consegue em tão pouco tempo. Há coisas que não compreendíamos no início e outras que vamos mudar/melhorar.

Este primeiro ano foi um teste, uma aprendizagem, para aquilo que poderão ser os próximos anos. Fizemos as coisas como achamos que seria mais simples e fácil para todos, mas percebemos que há aspetos a melhorar e coisas a mudar.

Notas

¹ Dados recolhidos no âmbito do projeto de investigação “IN project – Inclusive education in portuguese schools”.

² Ainscow, Booth & Dyson, 2006.

Referências

Ainscow, M., Booth, T., & Dyson, A. (2006). *Improving schools, developing inclusion*. Routledge.

Alnahdi, G. H. & Schwab, S. (2021). Special education major or attitudes to predict teachers' self-efficacy for teaching in inclusive education. *Frontiers in Psychology*, 12(680909). <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.680909>

Avramidis, E. & Norwich, B. (2002). Teachers' attitudes towards integration/inclusion: A review of the literature. *European Journal of Special Needs Education*, 17(2), 129-147. <https://doi.org/10.1080/08856250210129056>

Azorín, C. M. (2018). The journey towards inclusion: Exploring the response of teachers to the challenge of diversity in schools. *Revista Colombiana de Educación*, 75, 39-57.

Azorín, C., & Ainscow, M. (2018). Guiding schools on their journey towards inclusion. *International Journal of Inclusive Education*, 0(0), 1-19. <https://doi.org/10.1080/13603116.2018.1450900>

Carvalho, M., Azevedo, H., Vale, C., & Fonseca, H. (2019). Diversity, inclusion, and education: Challenges in perspective. *EDULEARN19 Proceedings*, 8157-8162.

Cerna, L. (2020, march). *Strength through diversity: Framework and approach to intersectionality*. 7th Policy Forum, OECD.

Forlin, C., Earle, C., Loreman, T., & Sharma, U. (2011). The Sentiments, Attitudes and Concerns about Inclusive Education Revised (SACIE-R) scale for measuring pre-service teachers' perceptions about inclusion. *Exceptionality Education International*, 21(2 & 3), pp. 50-65.

Navarro-Mateu, D., Franco-Ochoa, J., Valero-Moreno, S. & Prado-Gascó, V. (2020). Attitudes, sentiments, and concerns about inclusive education of teachers and teaching students in Spain. *Frontiers in Psychology*, 11(521). <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00521>

OECD (2015). *Education policy outlook 2015: Making reforms happen*. OECD.



Özokcu, O. (2018). The relationship between teacher attitude and self-efficacy for inclusive practices in Turkey. *Journal of Education and Training Studies*, 6(3), 6-12. <https://doi.org/10.11114/jets.v6i3.3034>

Pappas, M., Papoutsis, C., & Drigas, A. (2018). Policies, practices, and attitudes toward inclusive education: The case of Greece. *Social Sciences*, 7(6), 1-15. <https://doi.org/10.3390/socsci7060090>

Savolainen, H., Malinen, O. & Schwab, S. (2020). Teacher efficacy predicts teachers' attitudes towards inclusion – a longitudinal cross-lagged analysis. *International Journal of Inclusive Education*, 26(9), 958-972. <https://doi.org/10.1080/13603116.2020.1752826>

Sharma, U., Chambers, D., Deppeler, J., Loreman, T., & Forlin, C. (2014). Conceptualizing and Measuring Inclusive Education. In C. Forlin & T. Loreman (Eds.). *International Perspectives on Inclusive Education: Measuring Inclusive Education*. Emerald Publishers.

UNESCO (2017). *A guide for ensuring inclusion and equity in education*. UNESCO.

O Tempo da Formação



Elsa Correia de Freitas
Divisão de Formação Contínua
Direção Regional de Educação

Toda a educação é, por princípio, inclusiva, e integra a dimensão digital e científica com vista à promoção do sucesso escolar.



Considerações Iniciais

Este artigo aborda o tema da formação contínua de docentes, no contexto de uma organização complexa como a escola e que exige para o seu sucesso um conjunto de factores articulados de forma perfeita, como sejam uma linguagem e uma ação concertadas e tem sido esse o desígnio da Divisão de Formação Contínua (DFC) da Direção Regional de Educação (DRE), explanado nos sucessivos planos de ação pensados e realizados por pessoas e para pessoas. Hoje, a formação contínua ainda se reinventa ao serviço de uma visão estratégica para o futuro da educação e no sentido da transformação que a sociedade do século XXI espera da Escola.

Neste 20.º aniversário, a Revista Diversidades permanece um espaço privilegiado de comunicação e a esta celebração outra se lhe associa, o 30.º aniversário da criação, na Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, da estrutura que tem responsabilidade na formação contínua dos docentes na Região Autónoma da Madeira, a DFC.

Passando pela História

A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), em 1986, consagrou a formação contínua dos educadores de infância e dos profissionais dos ensinos básico e secundário como um direito, definindo-a também, nessa altura, como complemento e atualização da formação inicial numa perspetiva de educação permanente. Sem deixar de estabelecer a necessidade de preparação científico-pedagógica e de articulação teórico-prática, a formação contínua deveria garantir o isomorfismo pedagógico, bem como uma atitude “simultaneamente crítica e atuante” que favorecesse a inovação, a investigação na prática e uma atitude reflexiva.

Três anos depois, em outubro de 1989, o ordenamento jurídico da formação dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário era publicado através do Decreto-Lei n.º 344/89, de 11 de outubro, mais tarde alterado, e que, mantendo-se fiel aos princípios fundadores da LBSE, estabelecia a formação contínua enquanto condição de progressão na carreira docente¹.

Neste contexto, em 1993, é criada a DFC, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 31/93/M, de 28 de setembro que lhe atribuiu um conjunto de responsabilidades, que se foram atualizando com as sucessivas orgânicas dos governos. Confirmando a necessidade de colocar o foco também nas escolas, refira-se a criação, em 1994, em regime de experiência pedagógica, das Comissões de Formação Permanente de Professores com o intuito de assegurarem uma formação permanente, participada e com recurso crescente à inovação e investigação².

A dificuldade de acesso a formação creditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) que ainda persistia, porém, fazia com que uma parte significativa dos professores frequentasse formação avulsa e descontextualizada, sem a qualidade desejável³.

Procurando contrariar esta realidade, produziu-se um regulamento que determinava que a formação para progressão na carreira fosse validada pela DRE e, à DFC compete desde então, analisar candidaturas e submetê-las para validação, salvaguardando a adequação e relevância para a melhoria dos processos de aprendizagem; para o desenvolvimento





profissional dos docentes, tanto a nível científico, como pedagógico, tecnológico ou pessoal; para a melhoria organizacional das escolas. A DFC tem também uma função reguladora, pois monitoriza a oferta formativa em termos de diversidade, mas, essencialmente, provendo respostas de qualidade aos formandos, às escolas e ao sistema.

Enquanto entidade que coordena a formação contínua, a DFC concebeu a Plataforma Interagir, construída pela Direção Regional de Informática, entre 2014 e 2015, com vista à gestão, divulgação e acompanhamento da oferta de formação contínua na RAM. Abrange, em rede, escolas, professores, trabalhadores em funções públicas e outras entidades que exerçam a sua atividade na esfera da formação⁴.

Projetos de Formação Contínua - algumas opções e exemplos

A procura e a oferta de formação foi-se adaptando por força de normativos ministeriais, de resultados de estudos internacionais, por experiências pedagógicas e projetos-piloto que se foram sucedendo, culminando numa mudança de paradigma a que a DFC está atenta, procurando perspetivar a sua operacionalização.

Tendo como princípio a equidade e a inclusão, privilegiou-se a formação enquadrada em programas e projetos de intervenção focados nos documentos orientadores do currículo, em domínios-chave e, mais tarde, no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), com uma oferta crescente de modalidades de formação

face aos objetivos desenhados, sem esquecer que é em colaboração que fazemos a educação.

Assumindo que na escolha feita se deixam por mencionar algumas atividades formativas não menos importantes e alguns momentos marcantes dos últimos trinta anos de trabalho e de colaboração, como foi a resposta à pandemia COVID 19⁵, elencamos de seguida alguns projetos de formação que a DRE proporcionou à comunidade educativa na Região, através da DFC.

• **Português** - mereceu atenção pelas alterações profundas ocorridas nos programas e na gramática, mas também porque os estudos internacionais revelavam fragilidades no domínio da Língua, em particular, e da literacia, em geral. A este nível, foi implementado o projeto inovador Paixão de Ensinar, Gosto de Aprender (PEGA), desde 2006-2007, para o 1.º ciclo do ensino básico, como espaço de construção de conhecimento científico e pedagógico que, rompendo com práticas de natureza exclusivamente transmissiva, promoveu a cooperação entre formadores e formandos em contexto de sala de aula, a reflexão e a criação de estratégias pedagógicas através de métodos ativos de aprendizagem.

A formação para delegados de 2.º e 3.º ciclos dos ensinos básico e secundário, com uma abordagem sistémica e uma componente teórica e prática, presencial e online, foi orientada para a melhoria contínua do desempenho, nomeadamente, nas dinâmicas de colaboração no grupo disciplinar de Português. Nos últimos anos, os docentes do 1.º ciclo do ensino básico, e em alguns casos, educadores/as de infância, frequentaram ações de



formação no âmbito da gramática, das tipologias textuais, da consciência fonológica, bem como do Português Língua Não Materna (PLNM), reservando-se ao ensino secundário uma oferta no âmbito da literatura.

• **Matemática** - a oferta formativa incidiu, em 2022 e em 2023, sobre as Novas Aprendizagens Essenciais de Matemática como resposta contextual à sua implementação nos 1.º, 3.º, 5.º e 7.º anos de escolaridade, de modo a refletir, analisar e discutir sobre as principais mudanças introduzidas.

O projeto Construir o Êxito em Matemática (CEM) foi um dos projetos-chave da DRE, desenvolvido desde 2008, em parceria com a Universidade da Madeira. Em termos operacionais, o CEM contribuiu para promover um aprofundamento dos conhecimentos matemático, didático e curricular, favorecer a realização de experiências de desenvolvimento curricular envolvendo a planificação e execução de aulas e reflexão sobre as mesmas; criar dinâmicas de trabalho colaborativo (intra e inter escolas)⁶.

• **iTEC** - iniciado em 2015, em parceria com a UMA, baseia-se no projeto europeu - iTEC - *Innovative Technologies for an Engaging Classroom*, coordenado, entre 2010 e 2014, pela Comissão Europeia através da *European Schoolnet*. Com o intuito de desenvolver competências essenciais para o século XXI, o iTEC dá a conhecer aos professores ferramentas tecnológicas e apoia-os na criação de propostas de trabalho nas quais os alunos têm um papel

ativo e, desse modo, adquirem competências significativas para o desenvolvimento da literacia digital, trabalhando colaborativamente, com recurso a metodologias ativas⁷.

• **Educação de Infância** - No entendimento de que a competência das equipas é o indicador mais importante da qualidade que se pretende, a DRE promoveu, mais intensamente desde 2012, ações de formação que incidiram sobre a animação e mediação leitora através do Projeto “Ninho da Leitura”. Nos anos letivos 2021-2022 e 2022-2023, o foco do projeto incidiu sobre o potencial das Bebetecas enquanto espaço privilegiado dos livros e da leitura em contexto educativo de creche.

Entre 2017 e 2023, a DFC desenvolveu o projeto de formação “Pensar a Educação de Infância em Cooperação”, com dois eixos centrais para o desenvolvimento profissional: a pedagogia, como um todo, e o currículo e as conceções de infância baseadas numa perspetiva socioconstrutivista da aprendizagem e do desenvolvimento da criança, defendidas nas OCEPE (2016).

• **Desenvolvimento Pessoal e Social** - O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória dá indicações de que urge dotar os alunos com competências de literacia emocional o que requer que o docente identifique, gira e autoedueque as suas próprias emoções para adequar o seu comportamento ao potencial dos alunos, das equipas, da organização. Com esse objetivo realizaram-se oficinas e cursos de formação, ações de sensibilização com alunos e encarregados de educação, dinamizados a partir de 2016, e realizou-se, em julho de 2018, o “I Encontro Regional de *Mindfulness* na Educação”⁸.

Concomitantemente, desde 2018, a formação **Filosofia para Crianças** surge como complemento na formação de cidadãos críticos, criativos e ativos, conceptualizando, problematizando e argumentando, conforme sugere o PASEO, para educadores/as de infância e professores de 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

• **Ciência e Literacia Científica** - as práticas de ensino experimental das Ciências, nos primeiros anos, são ainda incipientes, quer em metodologias de trabalho, quer em tempo curricular que lhes é destinado. A formação atua, desde 2004, como um importante meio para acelerar os esforços das escolas no seu processo de desenvolvimento, tendo em conta também os



seus próprios recursos, cuja operacionalização poderá receber da metodologia STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics) um contributo fundamental. Entre 2020 e 2022, a DFC teve o prazer de organizar os I, II e III Encontros Regionais STEM (o III Encontro, em parceria com a Divisão de Tecnologias e Ambientes Inovadores de Aprendizagem), que contaram com a participação de conferencistas e investigadores de topo nas áreas envolvidas, nomeadamente, a responsável pelo Programa de Ciências da European Schoolnet (EUN).

· **Avaliação Pedagógica** - Em consonância com os pressupostos de que as dinâmicas de avaliação visam, em primeiro lugar, a melhoria das aprendizagens, a DRE deu início ao Projeto Avaliação Pedagógica - Pensar e Agir na RAM (APPAR), em 2017, de modo que as escolas e os professores possam repensar as suas práticas de avaliação formativa, integrando-as no processo de ensino e de aprendizagem, privilegiando a autorregulação e a triangulação de estratégias, técnicas e instrumentos. Assumiram-se diferentes modalidades de trabalho, incluindo comunidades de prática, como garantia de operacionalização eficaz nos seus contextos de trabalho.

· **Educação Inclusiva e Necessidades Educativas Especiais** - A divulgação e implementação da dimensão da Inclusão em todos os contextos educativos foi uma das vertentes do nosso trabalho, tendo-se logrado que todos

os nossos formadores se apropriassem dos princípios e linguagem próprios da Inclusão e que os integrassem de forma transversal e permanente na sua atividade.

Além de um conjunto significativo de ações de formação, nomeadamente oficinas, que versaram sobre diferenciação pedagógica, desenho universal para a aprendizagem, factores neurológicos na aprendizagem, entre outros, realizou-se formação neste âmbito para docentes, assistentes técnicos e operacionais e técnicos superiores.

· **Internacionalização** - Em 2020, demos um passo importante para a internacionalização, com a aprovação de uma candidatura KA1 ao Programa Erasmus+. Desenvolvendo-se em torno de três eixos principais, Reforço da Equidade e Inclusão; Modernização/Inovação de Práticas e Instrumentos Pedagógicos; Internacionalização das Organizações, o projeto consiste num consórcio entre a DRE e quatro escolas básicas integradas, em simultâneo. O Projeto “**Educação 4.0 – Colabor@r para Envolver, Incluir e Potenciar**” (Edu4Col@b) pretende contribuir para que as escolas, promotoras de uma educação 4.0, sejam locais de formação e de construção de conhecimento em contexto, onde professores e alunos sejam agentes, onde se trabalhe colaborativa e cooperativamente em espaços e tempo flexíveis e multifuncionais, onde o currículo seja acessível a todos e a cada um na sua diversidade.



Considerações Finais

Toda a educação é, por princípio, inclusiva, e integra a dimensão digital e científica com vista à promoção do sucesso escolar.

O mesmo se pode dizer dos objetivos da formação, sendo essa a nossa missão e aquilo que nos move através da incontornável dimensão de humanismo, de sentido e consciência do bem comum.

A procura de formação nas modalidades mais eficazes e que mais influenciam a mudança de práticas tem, infelizmente, diminuído, pois depende essencialmente da capacidade de participação dos seus destinatários, sendo encarada demasiadas vezes como um mero instrumento burocrático na avaliação do desempenho docente, reduzida à expressão de uma classificação num certificado, um qualquer. Contudo, a compreensão estratégica do potencial do seu impacto depende, essencialmente, da vontade de mobilização das estruturas de gestão de topo e intermédia das escolas, da sua visão de conjunto e do reconhecimento da importância do desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores, da consciencialização de que a atualização científico-pedagógica dos docentes influencia a identidade da escola, bem como a qualidade das aprendizagens e potencia a mudança que se impõe para decidir bem, em consciência e com ética.

A este respeito, sobre o tempo e a urgência da formação, o recente relatório da OCDE, *Teaching for the Future: Global Engagement, Sustainability and Digital Skills*, faz uma alusão a David Hung, do Instituto Nacional de Educação, de Singapura, numa perspetiva que nos é muito cara e que aqui se abre à reflexão e ao debate nas várias instâncias onde a Educação acontece:

mudar as crenças dos professores é o ponto de alavancagem mais importante

para a mudança na educação [...] passar da transmissão de conhecimento para a cocriação de conhecimento, passar da receção da informação em textos didáticos, para experimentação, passar da avaliação sumativa para a avaliação formativa. Isso geralmente requer transformar o medo do fracasso em vontade de tentar. (OECD, 2023, p.26)

Notas

¹ Reconhecendo a importância de uma prática já existente, como “reciclagem” dos docentes, o Decreto Regulamentar Regional n.º 16/91/M, JORAM, I Série B, n.º 190, regulamentou o Estatuto do Animador Pedagógico do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

² Despacho n.º 32/94, de 8 de setembro, JORAM, II Série, n.º 106.

³ O Despacho n.º 55/95, de 30 de outubro, definia as condições em que, sem acesso a formação creditada, os professores poderiam progredir. O Despacho n.º 32/2000, de 19 de julho, JORAM, II Série, n.º 139, veio uniformizar critérios e prevenir disparidades.

⁴ Em 2011, com o Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007/2013 (PDES), a DFP assumiu a formação contínua de todo o pessoal afeto à Educação.

⁵ As Tecnologias da Informação e Comunicação que nas últimas duas décadas haviam estado na agenda da formação, assistiram, em 2020, a um desenvolvimento exponencial, decorrente do Plano Estratégico do Governo Regional entretanto implementado, mas alavancado nas escolas, pela epidemia e pelo ensino remoto de emergência. Entre abril e julho, em parceria entre a DFC, a equipa AIA e a MS Microsoft, realizaram-se 179 horas de formações curtas que envolveram 3435 formandos. Com o contributo da Universidade Aberta, cerca de 200 docentes puderam frequentar ainda um MOOC sobre Docência Digital em Rede.

⁶ O Projeto Khan Academy também se inclui nesta oferta formativa.

⁷ Gamification; Game Based Learning; Inquiry Based Learning; Flipped Classroom; Project Based Learning; Problem Based Learning; Pair Programming, entre outros.

⁸ A formação destinou-se também a assistentes técnicos e a assistentes operacionais.

Referências

Decreto-Lei n.º 344/89, de 11 de outubro - Define o ordenamento jurídico da formação inicial e contínua dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.

Decreto Regulamentar Regional n.º 31/93/M, de 28 de setembro - Aprova a Lei Orgânica da Direção Regional de Inovação e Gestão Educativa, da Região Autónoma da Madeira.

OECD (2023). *Teaching for the Future: Global Engagement, Sustainability and Digital Skills*, International Summit on the Teaching Profession, OECD Publishing. Disponível em <https://doi.org/10.1787/d6b3d234-en>

UNESCO, International Commission on the Futures of Education (2021). *Reimagining our futures together: a new social contract for education*.

Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707.locale=en>

60 anos de Educação Especial

na Região Autónoma da Madeira

A Educação Especial na Madeira assinala, este ano, o seu 60.º aniversário. Neste âmbito, a Diversidades entrevistou duas figuras incontornáveis da Educação Especial na Região: Maria José Camacho, antiga Diretora Regional de Educação Especial e Reabilitação (DREER), atualmente Professora Auxiliar Convidada da Universidade da Madeira, e Glória Gonçalves, docente especializada em educação especial e supervisão pedagógica, exercendo funções, desde 2016, como Diretora de Serviços de Educação Especial da Direção Regional de Educação (DRE), que partilham neste espaço o seu testemunho acerca das mudanças ocorridas ao longo dos últimos 60 anos e dos desafios que se colocam à inclusão das crianças e alunos com necessidades específicas.



Maria José Camacho

Professora Auxiliar

Convidada da Universidade da Madeira

Questões:

1 Nos últimos anos temos assistido a uma mudança concetual, operada essencialmente na transição do século XX para o século XXI, com a assunção da inclusão, quer escolar quer social, em virtude das alterações económicas, políticas, sociais e culturais e com o advir da era digital. Como descreve a trajetória da educação especial nestes 60 anos de existência?

2 Quais são, na sua opinião, os desafios atuais à inclusão dos alunos com necessidades específicas?

3 Qual o papel do docente de educação especial na construção de uma escola inclusiva?

1 Nestes 60 anos de existência considero que a Educação Especial, na Madeira, desbravou caminhos, no sentido da inovação e do pioneirismo, focada na ótica de uma “Educação para todos”, conducente à igualdade de oportunidades e à equidade. Fê-lo, de modo profícuo, através de um trabalho exemplar, na assunção da complementaridade, na ousadia da proximidade e na determinação do parceria com os diferentes agentes e forças vivas da sociedade.

Compreendeu a necessidade de intervir, tendo começado por esbater a ideia do sentido (reduzidor) da deficiência e da exiguidade da socialização pela socialização, em ambientes segregadores, colocando em seu lugar a oferta de uma aprendizagem significativa e da capacitação de TODOS, embora à medida de cada um, em diferentes vertentes de atendimento. Tudo isto, evocando a lógica de que, à partida, independentemente dos limites, todos possuem resquícios de vontade, de possibilidade e, acima de tudo, aspiram ao direito de aprender.

O investimento na compreensão de cada educando, das características da sua diversidade, dos seus antecedentes, do seu percurso, da sua família, do meio em que se movimentava, foi dinâmico e revelou-se fundamental no equilíbrio entre as circunstâncias nucleares essenciais à existência e o porvir das estratégias de intervenção.

As respostas aos problemas, bem como a ação contextualizada e concertada que as mesmas



desencadearam, delinear-se, paulatina e gradualmente, a partir do conhecimento científico e da aposta na formação, fazendo com que, em cada época, as tomadas de decisão, os projetos delineados e a alocação de recursos humanos e materiais se evidenciassem na concretização de uma multiplicidade de opções políticas, legislativas, educativas e culturais.

2 A promoção genuína da inclusão não se alimenta nem de receitas pré-concebidas, nem de prescrições estanques, nem tão pouco de indiferença, arbitrariedades ou caprichos. Ela alicerça-se em proatividade, em compreensão empática, em comportamentos e gestos éticos, eivados de compromisso e de honestidade.

Devemos entender a inclusão como identidade, sintonia e unidade de uma paisagem chamada Humanidade que nos ladeia e que nos envolve, num convite à alteridade, à surpresa e à imanência da singularidade, qualquer que seja o caminho que trilhemos.

Os desafios atuais à inclusão dos alunos com necessidades específicas inscrevem-se, acima de tudo, na eleição de ambientes educativos regeneradores de valores, de respeito mútuo e de completude. Estes devem predispor-se a conjugar os avanços que a investigação científica nos tem oferecido, ao longo das últimas décadas, com práticas pedagógicas transversais, colaborativas, significativas, emancipadoras e equilibradas, colocadas ao serviço de cada educando.

Para além disso, o envolvimento genuíno de todos os agentes das comunidades educativas, no processo de inclusão, torna-se imprescindível

para o sucesso das medidas a implementar. Para que a ressonância entre a teoria e a prática se revele harmoniosa e eficaz, é decisivo que a sensibilização, a informação e a formação estejam presentes, a par e passo com todo o processo de inclusão.

Complementarmente, e em estreita relação com as dimensões elencadas anteriormente, não podemos deixar de equacionar também a urgência de recursos materiais, ajustados a cada caso e situação, enquanto mecanismos facilitadores e potenciadores do acesso ao conhecimento.

3 O docente de educação especial tem um papel fundamental, assente numa trilogia vivificante e desencadeadora do dinamismo que o atendimento à diversidade requer:

a) Compete-lhe esbater o sentimento de perda, semeando, alimentando e regulando as expectativas das famílias;

b) Compete-lhe olhar, situar, acolher empaticamente e capacitar os educandos, libertando-os dos grilhões do estigma, da insegurança, do receio, do medo e da condenação;

c) Compete-lhe motivar, incentivar, participar e colaborar com as comunidades educativas no mapeamento e concretização de decisões, de suportes, de ajustamentos, de escolhas multifacetadas e de métodos pedagógicos e didáticos que se adequem a cada educando.

O docente de educação especial é, simultaneamente, o agente e o intérprete mor da inclusão, enquanto dinamizador da ação estratégica que deve ser implementada na multiplicidade de situações que experiencia. A missão que

ele abraça e as dinâmicas que desenvolve para acolher, sensibilizar e fazer fluir o trabalho colaborativo é o andaime que permite emprestar aos cenários educativos e, conseqüentemente, aos seus educandos, energia, capacitação, bem-estar e destreza, não só para consolidar um perfil à saída da escolaridade obrigatória, mas sobretudo para provocar, firmar e confirmar, em cada um, a capacidade de intervenção, a capacidade de inovação, as competências e as dimensões interpessoais para os grandes (e insondáveis) desafios que, sem sombra de dúvida, os tempos vindouros e as novas culturas ditarão à humanidade.



Glória Gonçalves
Diretora de Serviços
de Educação Especial
da DRE

1 Um olhar sobre o passado e a atualidade leva-nos a adjetivar a trajetória da educação especial na Região Autónoma da Madeira como ousada e moderna. Acompanhou as políticas educativas internacionais e nacionais e as mudanças concetuais que rumaram na senda das exigências de uma sociedade de cariz humanista que valoriza o ser humano na sua essência e adotou, progressivamente, os princípios orientadores da educação inclusiva.

Retornemos aos anos 60, quando nasceram as instituições de educação especial, na dependência da Direção Regional de Educação Especial, tempo no qual se advogava a criação destas instituições na procura do direito à educação das crianças com deficiência, ainda que de forma segregada. A mudança política, operada em abril de 1974, acrescentou a estes desígnios o dever de uma sociedade democrática que respeita todos e cada um dos cidadãos, reforçando a ação em prol das crianças e jovens com deficiência. Nos anos 80, procedeu-se à integração de crianças com deficiência nos estabelecimentos de educação e ensino, apoiadas por técnicos especializados, nas valências de creche e jardins de infância, assim como nos vários níveis de ensino. Era o advento da inclusão que surgiu após a Declaração de Salamanca (1994). As crianças e alunos eram matriculados nas escolas de residência e apoiadas pelas equipas de educação especial, nomeadamente pelo docente de educação especial e pelo psicólogo, este apoio era extensível aos docentes titulares de turma que, no quotidiano, desenvolviam a sua ação com os alunos. Em consonância, nasceram os Centros de Apoio Psicopedagógico e alocaram-se equipas técnicas aos mesmos: psicólogos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, entre outros, para dar apoio às escolas. Hoje, são os denominados Centros de Recursos Educativos Especializados.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, promoveram-se cursos de especialização em educação especial para





docentes, através de protocolos com instituições de ensino superior, para garantir um corpo docente especializado estável e suficiente; criaram-se cursos de assistentes técnicos de apoio especializado; organizaram-se conferências, ações de sensibilização; assinalaram-se datas significativas e participou-se em eventos de âmbito internacional e nacional na área da educação especial e da deficiência. Apostou-se no desporto adaptado e na arte inclusiva. A legislação nacional e regional publicada veio legitimar o anunciado modelo de uma escola inclusiva, bem como os conceitos a ela inerentes, tais como: necessidades educativas especiais, programa educativo individual, currículo específico individual, intervenção precoce na infância, sobredotação, mais recentemente, necessidades educativas específicas, necessidades de saúde especiais, altas capacidades, equidade, flexibilidade, autodeterminação, acomodações curriculares, adaptações curriculares não significativas e significativas, desenho universal para a aprendizagem, medidas multinível, equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva e envolvimento parental. Quando falamos da era digital na educação podemos dizer que as

tecnologias de informação e comunicação foram precocemente utilizadas neste trajeto educativo no intuito de munir os alunos de ferramentas e instrumentos potenciadores de aprendizagem e desenvolvimento respondendo às especificidades de cada um.

A extinção da DREER e a fusão com a DRE, em 2012, abalou-nos profundamente, pois tínhamos que o trajeto e o sucesso obtido, até então, fossem interrompidos. Foram tempos de natural apreensão, de dúvida e de incerteza. Todavia, logo percebemos que o trajeto iria ser continuado e aprimorado no garante de uma escola inclusiva e de sucesso assegurando que as crianças e alunos têm acesso aos apoios necessários de modo a concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento. E o trajeto continua...

2 De entre os vários desafios que se apresentam à inclusão podemos considerar, entre outros, os seguintes:

- Derrubar as barreiras atitudinais, o que implica acreditar que é possível e que somos capazes;
- Refletir e trabalhar em equipa, planificar em conjunto e colaborar, o que exige dedicação e tempo.

Acreditamos que colocando em ação estas premissas poderemos promover a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativos, em suma, a equidade e a inclusão.

3 Começamos por referir que o papel do docente de educação especial e respetivas funções estão definidos no artigo quarto da Portaria n.º 761/2020, de 24 de novembro, a qual procede à regulamentação dos recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão. Convidamos cada docente especializado a refletir sobre todos os aspetos enunciados para não correr o risco de reduzir ou esgotar a sua ação na dimensão pedagógica. É necessário dar uma atenção cuidada à dimensão de consultoria e de supervisão a qual privilegia a colaboração e a corresponsabilização. Por outras palavras, afirmamos que o docente de educação especial é um elemento fundamental e promotor de espaços de reflexão, de questionamento e de discussão, no sentido de promover a mudança com vista ao sucesso educativo de cada criança e aluno. Só com uma cultura colaborativa poderemos construir uma escola inclusiva.

20 anos

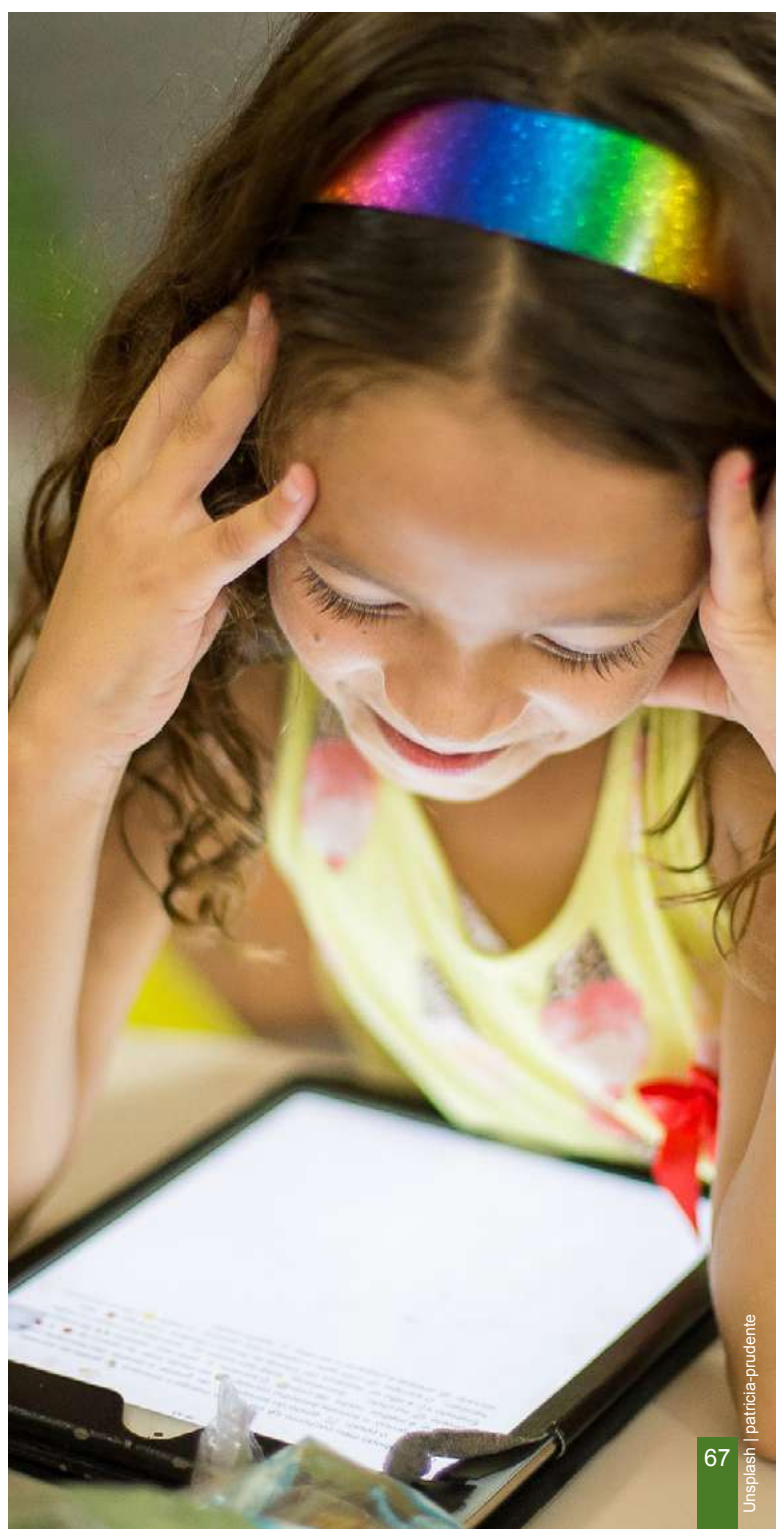
Revista Diversidades

Divisão de Apoio Técnico | Direção Regional de Educação

Dar voz a todos os
intervenientes no processo
de ensino-aprendizagem.

Com o objetivo de fomentar o debate científico e profissional, o intercâmbio de ideias, assim como difundir as opiniões de especialistas que proporcionem melhorias ao nível das práticas educativas e formativas, e na continuidade do objetivo almejado com a edição da anterior Revista “Educação Especial”, a então Direção Regional de Educação Especial e Reabilitação (DREER), atual Direção Regional de Educação (DRE), iniciou a publicação da Revista Diversidades em 2003, ano em que se comemorou o ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

A partir desse ano e até 2011, a Diversidades incidiu sobre temáticas relacionadas com a educação especial e reabilitação, tais como necessidades especiais, inclusão, desporto adaptado, tecnologias de informação e comunicação, transição para a vida ativa, perturbações do espectro do autismo, sobredotação, multideficiência, hiperatividade e défice de atenção, deficiência intelectual, deficiência visual, arte inclusiva, surdez, Síndrome de Asperger, intervenção precoce, deficiência motora, Dificuldades de Aprendizagem Específicas. Tratava-se de uma publicação trimestral, gratuita, com uma tiragem de 1000 exemplares.





Pixabay | kimkin



Freeapk | zinkevych



Pixabay | shameersik

A partir de 2012, com a integração dos serviços da DREER na DRE, esta publicação deixou de ser apenas direcionada para a educação especial e passou a abranger a educação em geral. Concomitantemente, a sua divulgação passou a ser exclusivamente em formato digital, podendo ser consultadas no portal da [DRE](#).

Até à data foram abordadas temáticas como o bullying, arte e movimento, ao encontro da educação, desporto escolar na Europa, a educação em projeto, sucesso escolar, estratégias de inclusão na escola, cidades educadoras, cidadania digital, educação de jovens e adultos, repensar a educação, educação de infância, educação emocional, desafios da educação num cenário pós-pandemia, avaliação das aprendizagens, o papel transformador do professor, entre outras.

Ao longo destes 20 anos, a Diversidades divulgou 408 artigos, 508 notícias, 35 artigos dedicados à Psicologia, 46 testemunhos, 12 artigos no Espaço Reflexão, 14 artigos no Espaço Opinião, 39 matérias relacionadas com legislação, 160 sugestões de livros, assim como divulgou 208 ferramentas de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Ainda no âmbito da Diversidades, foram realizadas quatro conferências no sentido de promover momentos de reflexão através do diálogo e da discussão das temáticas abordadas, designadamente:

- A conferência “Estratégias de Inclusão na Escola”, em 2016, no auditório da Reitoria da Universidade da Madeira, contou com as seguintes comunicações: “Uma breve abordagem à Intervenção Precoce na Região Autónoma da Madeira - sua relevância para a Inclusão”, “Estratégias de inclusão na escola e na sala de aula”, “As Necessidades Educativas Especiais e Saúde Mental”. A conferência contou ainda com um espaço de reflexão e de debate, num formato de mesa-redonda, onde foi permitido debater questões e ouvir os contributos dos participantes relacionados com estas temáticas.

- Em 2017, a conferência “Educação e Cidadania”, no auditório da Reitoria da Universidade da Madeira. Foram apresentadas as seguintes preleções: “Democracia, Participação e Valores: Projeto de Formação Pessoal e Social”, “Cidadania, renovados desafios”, “O papel da Inspeção na valorização das boas práticas das



escolas”, “Desafios da Educação vs Desafios da Sociedade” e “Cidadania Europeia”. Foi ainda dinamizado um espaço de reflexão e de debate que permitiu partilhar ideias, assim como difundir opiniões de especialistas que proporcionem melhorias ao nível das práticas educativas e formativas, contribuindo assim para a formação de indivíduos responsáveis, autónomos e solidários, tendo sempre como base os valores dos direitos humanos.

- Em 2018, a conferência “Inovação em Educação”, realizou-se na Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva. Foram protagonistas quatro palestrantes com as seguintes preleções: “Competências para bem suceder no século XXI”, “eTwinning - reinventar a escola - preparar a mudança”, “Os desafios da criação de Ambientes de Aprendizagem Inovadores” e “As Ciências da Computação na Região Autónoma da Madeira”. Este evento contou ainda com uma demonstração do robô Cubetto, que ensina conceitos de computação de uma maneira muito divertida a crianças dos 3 a 7 anos de idade, o que permitiu a todos os participantes experienciar, através de uma história, alguns princípios básicos da programação e conceitos de computação.

- A conferência “Liderança e Educação”, em 2020, na Escola Secundária Francisco Franco, contou com as seguintes comunicações: “Autonomia e gestão das escolas - A centralidade da escola no sistema educativo”, “Liderança e Educação”, “O exercício da liderança do presidente do Conselho Executivo - Um estudo numa escola secundária” e “Liderança escolar: uma dimensão-chave para a Educação Inclusiva”.

Após 20 anos de existência, a Diversidades percorreu um longo caminho e continua empenhada em contribuir para a disseminação de boas práticas na área da educação; a promoção de valores tais como a inclusão, a tolerância, o respeito pela diversidade humana e cultural, a solidariedade e a empatia; a partilha de estratégias, metodologias e práticas pedagógicas atuais e inovadoras; a valorização dos agentes educativos e da escola, e, ainda, para a divulgação de iniciativas de relevo realizadas nos estabelecimentos de educação e ensino, bem como de eventos e projetos desenvolvidos pela DRE. A Diversidades vai continuar a dar voz a todos os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem que, diariamente, contribuem para a construção de uma escola de excelência.

Da multidisciplinaridade ao trabalho colaborativo

Elisa Fonseca

Centro de Recursos Educativos Especializados
da Ribeira Brava/Ponta do Sol | DRE

Espaço
PSI

“Podemos ter vindo em navios diferentes, mas agora estamos no mesmo barco”
(Martin Luther King, Jr.)

Introdução

Corolário da natureza social do ser humano, o trabalho colaborativo é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento ótimo de indivíduos e organizações. As estruturas orgânicas e funcionais de algumas realidades laborais exigem uma coexistência e interação proveitosas entre pessoas com diversas áreas de especialização, pela certeza da impossibilidade de se atingirem determinados fins a partir do trabalho isolado.

Tal como muitos outros conceitos e forças de expressão que utilizamos, de forma repetida e nem sempre plenamente refletida, o termo *colaboração* permanece envolto numa névoa de aparente compreensão. O desafio da colaboração inicia-se, de imediato, com a ambiguidade do seu significado e dificuldade em estabelecer de forma precisa os seus limites conceituais, o que se refletirá, decerto, na posterior tentativa de o concretizar.

O que é, afinal, colaborar? Que fatores influem sobre a eficácia da colaboração nas equipas? Como potenciar a transição da multidisciplinaridade para a colaboração? A reflexão que se segue pretende contribuir para a análise destas questões, direcionando-as para as particularidades e necessidades do contexto educativo.



O significado de colaborar

O conceito de *colaboração* pode ser entendido como o processo que, através da agregação de indivíduos em equipas, possibilita a produção de resultados e concretização de objetivos comuns. Mais do que a mera troca de informação, o trabalho colaborativo obriga à partilha de recursos e responsabilidades, à aprendizagem e capacitação entre diversas áreas profissionais e à participação conjunta em processos de tomada de decisão, intervenção e avaliação (Mashek, 2015).



A eficácia da colaboração: aspetos estruturantes e funcionais

A estrutura e funcionamento de uma equipa podem ser compreendidos à luz de uma tríade composta por **recursos** ou **inputs**, **processos** e **resultados** ou **outputs**. Teoricamente organizados numa lógica sequencial, estes elementos estão, na verdade, em constante interação, podendo facilitar ou obstaculizar o sucesso da equipa e, conseqüentemente, assumir-se como alvos de intervenção para otimização do trabalho colaborativo (Mathieu et al., 2019).

Recursos

A jusante, os recursos **individuais** integram as capacidades técnicas, competências e características dos membros da equipa e os recursos **coletivos** reportam-se ao conhecimento partilhado que o grupo detém acerca das

contribuições dos diversos elementos (Mathieu et al., 2019). As equipas poderão contar com indivíduos com maior ou menor semelhança, sendo a primeira aplicável em tarefas de carácter mais simples e rotineiro e, a segunda preferível face a tarefas de maior complexidade (Almeida et al., 2021).

Processos

No núcleo da equipa, a transformação destes *inputs* em resultados é influenciada por diversos processos, que incluem **normas** que regulamentam a forma como os membros deverão operacionalizar o seu papel e dimensões do **funcionamento socioemocional** do grupo, nomeadamente os afetos e a comunicação (Mathieu et al., 2019).

A **comunicação** apresenta-se como a ferramenta na qual assentam os processos de troca de informação, clarificação de papéis e estabelecimento de relações afetivas ou interpessoais. Enquanto grupos sociais e como consequência das particularidades inerentes à comunicação e interação humanas, as equipas de trabalho estão sujeitas ao fenómeno do **conflito**, que resulta da existência real ou percebida de diferenças entre os membros que gera, depois, tensão ou mal-estar. Sendo expectável que o agravamento de situações de conflituosidade possa acarretar potenciais prejuízos para o funcionamento da equipa, a literatura aponta para a existência de formas desejáveis de conflito, designadamente o conflito de tarefas (Borg & Drange, 2019).

A estabilidade, flexibilidade e resiliência das equipas de trabalho são também influenciadas por duas variáveis socioemocionais fundamentais. A **confiança** reporta-se à disponibilidade de cada elemento para se expor ou demonstrar vulnerabilidade perante os outros. A **coesão** comporta três dimensões que se refletem no grau de união para concretizar as tarefas, no nível de proximidade interpessoal e nos sentimentos de orgulho e atração pela pertença à equipa (Almeida et al., 2021).

Resultados

Na meta, encontramos os esperados *outputs* que materializam o trabalho efetuado.

Habitualmente, o sucesso é mensurado através do grau de concretização de indicadores quantitativos e/ou qualitativos definidos antecipadamente como forma de avaliar o cumprimento dos objetivos (Almeida et al., 2021). Para além desta interpretação tradicional, com foco no **desempenho**, a literatura fornece-nos mais três formas de avaliação.

A **viabilidade** constitui-se como a crença e motivação partilhadas entre os membros de que a equipa irá manter-se no futuro. O **potencial** reporta-se às competências que fundamentam esta continuidade. Já a **satisfação** diz respeito aos sentimentos de realização pessoal dos membros, remetendo para aspetos como a perceção de controlo sobre as tarefas e a participação e influência exercidas durante o processo de grupo (Borg & Drange, 2019).



Potencialidades e desafios da colaboração no sistema educativo

Nos contextos educativos atuais, a aspiração de edificar um sistema promotor da aprendizagem, inclusão e desenvolvimento integral e salutar de todos os que nele se integram tem ocasionado problemáticas de elevada pluralidade e exigência. A necessidade de dar resposta a estes desafios de forma diversificada e criativa impeliu a criação de **equipas multidisciplinares**, de que é exemplo a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, adaptado

à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2020/M, de 29 de julho.

Pese embora as inúmeras vantagens da multidisciplinaridade na resolução de problemas educativos complexos, esta deve ser acompanhada por uma inequívoca definição de **papéis e responsabilidades** (Mathieu et al., 2019). Quando bem realizada, esta delimitação da atuação esperada por parte de cada membro poderá incrementar o desempenho individual, pela adequação das particularidades de cada um às funções a desempenhar, e o desempenho coletivo, permitindo que a diversidade técnica se reflita numa equipa equilibrada e assegurada nas suas distintas necessidades.

Embora legalmente definidos, a uniformidade no conhecimento e entendimento da constituição e funcionamento das equipas educativas não pode ser tomada por garantida. O óbvio precisa não só de ser dito, mas também seguramente de ser aceite e compreendido. Assim, a par da definição de papéis, é essencial reafirmar **normas grupais** que clarifiquem as expectativas da equipa relativamente aos seus propósitos e funções e aos procedimentos a adotar para a sua consecução.

A despeito da necessidade de submissão aos constrangimentos legais, o cumprimento destas normas deverá passar, preferencialmente, pela **internalização**, ou seja, pela crença de todos os membros na sua adequação e importância, permitindo a atribuição de um significado e uma maior perceção de utilidade face às tarefas desempenhadas (Almeida et al., 2021).

Esta condição será de considerável importância, particularmente em equipas educativas cujos elementos são chamados a exercer funções para as quais não se sentem plenamente competentes, interessados ou motivados. Em equipas no início do seu processo de formação, tal poderá ser promovido através do envolvimento de todos os membros na definição consensual e consciente destas normas. Nas equipas já constituídas e em exercício de funções, será relevante promover um momento de paragem e reflexão que permita alinhar estes conhecimentos.

Nas equipas multidisciplinares, a elevação dos níveis de **confiança** e **coesão** entre indivíduos altamente heterogéneos nos seus conhecimentos, competências, funções e contextos habituais de atuação poderá ser particularmente desafiante.

Sempre que possível, deverão ser garantidos **tempos** e **espaços** adequados ao trabalho conjunto e à partilha de momentos de não trabalho.

Garantir a **continuidade** dos membros poderá também beneficiar a união e proximidade interpessoal. A promoção do interesse na pertença a estas equipas exigirá uma efetiva **valorização** do seu papel nas escolas por parte das lideranças e da restante comunidade educativa. Neste sentido, importa garantir um envolvimento genuíno dos líderes na estruturação, gestão e atuação das equipas e a existência de momentos de avaliação e **feedback** que valorizem os resultados obtidos a partir do trabalho conjunto.

O sistema educativo é hoje fortemente influenciado pela evolução tecnológica, facto que é visível na possibilidade de as equipas instituírem momentos de comunicação mediada pela tecnologia, de que são apanágio as reuniões por videoconferência. Independentemente do meio pelo qual se realize, a **comunicação** nas equipas multidisciplinares deve ser orientada pela **clareza** e **objetividade**, no sentido de garantir, numa fase inicial, a compreensão de todos os elementos relativamente à estrutura e funcionamento da equipa e, posteriormente, a participação ativa de todos nos processos de discussão e tomada de decisão e nas dinâmicas de relacionamento interpessoal.

Ainda assim, sendo inevitáveis os **conflitos**, estes momentos deverão limitar-se à discussão acerca das divergências nos modos de compreender e executar as **tarefas**. Quando bem gerido, o conflito pode contribuir para o incremento da **qualidade** no processo de discussão e tomada de decisão, permitindo conjugar os diversos pareceres em ideias mais robustas e completas e fomentar o **envolvimento** dos vários membros, que se sentem validados e valorizados na sua diferença.

O papel do líder

Um importante precursor e regulador da presença e eficácia de todos estes processos será o líder, personificado, no contexto educativo, nos indivíduos que coordenam ou chefiam as equipas multidisciplinares e nos que detêm a direção dos estabelecimentos de ensino. Considerando que a **liderança** deverá passar pela capacidade de

influenciar, motivar, habilitar e autonomizar os outros na prossecução de objetivos essenciais à eficácia e sucesso das organizações a que pertencem (Almeida et al., 2021), os líderes inseridos nos ambientes educativos são chamados a assumir uma postura baseada num forte **sentido crítico, adaptabilidade e assertividade**.



Aceitando que a este grande poder se associa uma ainda maior **responsabilidade**, o líder poderá *a priori* condicionar a dinâmica futura da equipa através da sua incumbência de recomendar e/ou selecionar os elementos que a irão compor. Transposto este desafio inicial, deverá ser capaz de dominar procedimentos, processos e instrumentos e continuamente mobilizar competências de análise crítica e gestão das dificuldades, necessidades e dinâmicas relacionais e de trabalho. Na mutabilidade e complexidade da Educação, a postura do líder deve caracterizar-se pelo **ecletismo**, fluindo entre comportamentos diretivos, atitudes de orientação ou apoio e delegação de tarefas e responsabilidades.

O papel do psicólogo

Para potenciar os recursos, processos e resultados das equipas, em muito poderá acrescentar a Psicologia da Educação. No âmbito de um dos principais vetores da sua intervenção, o apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa (Direção-Geral da Educação, 2018), o **psicólogo** utiliza a sua

extensa bagagem teórico-prática para percorrer as equipas educativas, num movimento cíclico entre a **observação** e a **participação**.

Dentro das equipas, é capaz de orientar e expandir a reflexão acerca das problemáticas educacionais, incentivando a uma compreensão mais abrangente e holística, a fim de potenciar o processo de tomada de decisão e a implementação da intervenção mais ajustada. Enquanto elemento externo à equipa, poderá aferir de forma contextualizada as suas dificuldades e potencialidades, implementar intervenções multissistémicas nos fatores identificados e coadjuvar em práticas de avaliação do desempenho e satisfação.

Considerações finais

Neste exigente ofício de potenciar a colaboração, há que considerar, ainda, eventos imprevistos que poderão acelerar ou estagnar o processo de desenvolvimento da equipa e que ocorrem, não só ao nível da equipa, nas suas normas, relações e desempenhos, como também no indivíduo e no contexto onde o grupo se insere.

Atendendo a esta imprevisibilidade, à complexidade das problemáticas imputadas às equipas que atuam em ambientes de ensino-aprendizagem e à necessidade de produzir e atingir objetivos e resultados palpáveis e em tempo útil, deve ser garantido um cuidado acrescido na satisfação das necessidades físicas, sociais e emocionais dos indivíduos nelas inseridos, sob pena de se debilitarem as suas capacidades de

recuperação, regulação emocional e resiliência, conduzindo a estados de *burnout* e desintegração do grupo.

No cultivo continuado e harmonioso de todos os fatores explanados ao longo desta reflexão, poderá florescer o trabalho colaborativo e, com ele, a concretização das diversas funções reconhecidas às equipas: desempenhar tarefas, gerar bem-estar e promover o apoio mútuo. A colaboração é, então, condição necessária, não só para a consecução dos objetivos coletivos, como também para a garantia da sobrevivência da equipa e da possibilidade de esta se constituir como mais um ambiente próspero para todos os seus membros, auxiliando-os na sua jornada de desenvolvimento pessoal e profissional.

Referências

- Almeida, P. L., Pimentel, D., Marques-Quinteiro, P. (2021). *Equipas de alto desempenho*. Ordem dos Psicólogos Portugueses, Lisboa.
- Assembleia Legislativa. (2020). "Decreto Legislativo Regional n.º 11/2020/M". *Diário da República*, 1.ª série, 146 (julho): 6-30. <https://files.dre.pt/1s/2020/07/14600/0000600030.pdf>
- Borg, E., & Drange, I. (2019). Interprofessional collaboration in school: Effects of teaching and learning. *Improving Schools*, 22(3), 1-16. doi: 10.1177/1365480219864812
- Direção-Geral da Educação. (2018). Orientações para o trabalho em psicologia educativa nas escolas. Lisboa: Direção-Geral da Educação. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_Imagens/orientacoes_para_o_trabalho_em_psicologia_educativa_nas_escolas.pdf
- Mashek, D. (Junho, 2015). *Capacities and institutional supported needed along the collaboration continuum* [Panfleto]. Disponível em <https://www.teaglefoundation.org/Teagle/media/GlobalMediaLibrary/documents/resources/CollaborationContinuum.pdf?ext=.pdf>
- Mathieu, J. E., Gallagher, P. T., Domingo, M. A., & Klock, E. A. (2019). Embracing complexity: Reviewing the past decade of team effectiveness research. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior*, 6, 17-46. <https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-012218-015106>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2018). "Decreto-Lei n.º 54/2018". *Diário da República*, 1.ª série, 129 (julho): 2918-2928. <https://files.dre.pt/1s/2018/07/12900/0291802928.pdf>





Glória Gonçalves

Sugere...

Livros

Glória Gonçalves
Direção de Serviços de Educação Especial
Direção Regional de Educação



Mente, Cérebro e Educação

Autora: Joana Rato

Editora: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Ano: 2023

Há cerca de uma década que se discute a ponte entre as neurociências, a psicologia e a educação e como torná-la mais robusta e sem risco de queda. O interesse dos professores em saber mais sobre o cérebro é enorme. Contudo, nas escolas, os neuromitos (crenças falsas) estão mais presentes do que os dados vindos da ciência e é notória a falta de estrutura e de mecanismos concretos que unam o conhecimento neurocientífico ao processo de aprendizagem.

O presente ensaio enquadra o campo transdisciplinar Mente, Cérebro e Educação, descreve os seus fundamentos e os obstáculos que enfrenta e explica quão promissora pode ser esta interligação para os futuros desafios da educação.



Aprendizagem Cooperativa na Sala de Aula

Autores: José Pinto Lopes e Helena Santos Silva

Editora: Pactor

Ano: 2022

A aprendizagem cooperativa constitui-se como uma metodologia capaz de permitir o desenvolvimento de competências, tais como: trabalhar em equipa, intervir de uma forma autónoma e crítica e resolver problemas de uma forma colaborativa.

Este livro apresenta uma fundamentação teórica dos aspetos que caracterizam a aprendizagem cooperativa, ilustrando a sua utilização nas práticas letivas, de acordo com as orientações que constam dos documentos do Ministério da Educação, nomeadamente, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e as Aprendizagens Essenciais.



Sentidos

Autor: Nuno Lobo Antunes e a equipa técnica do PIN

Editora: Lua de papel

Ano: 2018

O neuropediatra Nuno Lobo Antunes, ao longo de décadas, tratou com sucesso centenas de crianças. Nos últimos anos, no PIN - Progresso Infantil, foi acompanhado nessa tarefa por pediatras, pedopsiquiatras, psicólogos, terapeutas da fala ou da sexualidade e técnicos de educação especial. Juntos produziram o mais completo livro português sobre as perturbações de desenvolvimento e comportamento – da sexualidade, à adição à internet, dos problemas do sono aos comportamentos de oposição e desafio. Em "Sentidos" cada perturbação é explicada por quem sabe e todas são vistas numa perspetiva abrangente – porque raramente vêm sós.

Espaço TIC

Tricider



Tricider facilita o trabalho em grupo permitindo colocar questões, debater ideias em conjunto e eleger a melhor ideia através de votação. Pode ser utilizada com ou sem registo, sendo a primeira opção mais interessante do ponto de vista pedagógico pois permite ao professor manter, de forma organizada, o registo de todos os debates de ideias previamente tidos.

<https://www.tricider.com/>

Go Congr



Plataforma orientada para a autoaprendizagem e o estudo, uma vez que os próprios alunos podem criar materiais de estudo, como anotações, cartões de memorização e apresentações.

As atividades podem ser incluídas em blogs e redes sociais. Permite a criação de mapas de ideias, de flashcards e de quiz.

<https://www.goconqr.com/pt/>

Multipli Minute

Multipli Minute é um jogo divertido sobre a tabuada para crianças e não só. Potencia o desenvolvimento do pensamento lógico e conhecimentos básicos da tabuada. Este jogo



põe a memória a trabalhar e está disponível para web, android e iOS e em formato físico - baralho de cartas. É o jogo que está na origem do Campeonato Nacional Multipli, uma iniciativa nacional que abrange os 3.º, 4.º, 5.º e 6.º anos de escolaridade do ensino básico em Portugal. No final do jogo pode consultar a sua posição no ranking, o seu record e o ranking disponível nas diversas modalidades de jogo.

<https://minute.multipli.pt/>

Educaplay



Portal para criar atividades educativas online em diferentes idiomas. Permite criar sopa de letras, palavras cruzadas, completar textos, diálogos, ditados, relacionar, etc.

Educaplay, já tem um repositório de atividades realizadas por outras pessoas e permite colocar no blogue e enviar o link.

<https://www.educaplay.com/>

Eurodeputado por um dia

Bernardo Costa, Gil Wilbraham, Lucas Alves e Rafael Simões

Alunos | Escola Secundária Francisco Franco (revisto pela coordenação EPAS/ESFF)

Um exercício de “Democracia Participativa”, na sede do Parlamento Europeu, com assento direto nas cadeiras dos Deputados Europeus.

Em fevereiro passado, 20 alunos da Escola Secundária Francisco Franco (ESFF), integrantes do Programa EPAS - Escola Embaixadora do Parlamento Europeu, foram desafiados a “vestir, por um dia, o fato de Membro do Parlamento Europeu”, na qualidade de Embaixador Júnior do Parlamento Europeu.

A sessão, a decorrer em Estrasburgo, constituía para os jovens participantes um exercício de “Democracia Participativa”, na sede do Parlamento Europeu, com assento direto nas cadeiras dos Deputados Europeus.

Devido à distância a percorrer e à inexistência de voos diretos para o destino, a partida dos alunos, acompanhados por duas professoras foi madrugadora, com chegada a Lisboa ainda antes das sete da manhã. O tempo de permanência no Aeroporto Humberto Delgado foi preenchido com a troca de expectativas sobre a deslocação. Após a chegada ao Aeroporto de Paris-Orly, a Gare de l'Est foi a etapa seguinte, para início de mais uma experiência, o transporte em TGV para a capital da Alsácia. Chegados ao hostel mesmo a tempo de jantar, à sobremesa foram revistas as temáticas a abordar no dia seguinte.

Apesar de o dia ser já longo, houve, ainda, oportunidade para trocar impressões com alunos



de outras nacionalidades - espanhóis, alemães, suecos e italianos – que se encontravam hospedados com a mesma finalidade.

No dia seguinte, bem cedo, a delegação portuguesa representada pela ESFF, dirigiu-se à sede do Parlamento Europeu, através da entrada do Edifício *Louise Weiss*.

À chegada, um pequeno-almoço, onde os grupos provenientes dos diferentes Estados-Membros da União Europeia (UE) aproveitaram para rever o programa para o dia e ultimar as intervenções a realizar no hemiciclo.

As atividades do dia começaram com uma mensagem gravada da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, seguindo-se uma sessão de perguntas e respostas com o eurodeputado luxemburguês, Christophe Hansen, e um debate com a investigadora Vivienne Halleux, acerca dos objetivos de redução de poluição na UE.

Houve, ainda, possibilidade de assistir, em direto desde o hemiciclo do Parlamento em Bruxelas, a uma parte do discurso do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky.

Após um intervalo para almoço, o regresso ao hemiciclo para dar início à sessão da tarde.

Apesar da interação desenvolvida durante as atividades da manhã, a sessão da tarde foi aquela em que os Embaixadores Júnior puderam expor, argumentar, debater e, eventualmente, aprovar, como se se tratasse de uma real sessão plenária. Efetivamente, antes do começo das atividades, tinha sido atribuído a cada “jovem Eurodeputado”

uma cor que definia a sua posição: a favor, contra, mediana/central, indecisão.

A posição, distribuída aleatoriamente, devia ser convictamente defendida em plenário. Um exercício às capacidades de expressão oral, linguísticas - as línguas de trabalho utilizadas eram alemão, inglês e francês -, e argumentativas dos jovens participantes.

A discussão em plenário contou com a participação da ESFF, através da porta-voz Maria Antónia Dinis, aluna do 12.º ano, que se expressou em alemão.

Analisada e debatida a proposta “Poluição zero - metas para 2030”, foram discutidas e votadas as emendas, previamente à votação da versão final do documento.

Encerrados os trabalhos, o grupo regressou ao hostel e aproveitou, no trajeto, para conhecer um pouco a cidade. Durante a permanência em Estrasburgo ainda, um trajeto de barco ao longo do rio Ill, a visita à catedral de Estrasburgo, uma obra-prima da arquitetura gótica com a sua torre de 142 m, e ao Stade de la Meinau, com um passeio no Tram (elétrico de superfície) e uma prova gastronómica do prato típico *Flammekueche* permitiram um contacto mais direto com a cultura local, a arquitetura e história da cidade. No regresso a Paris, a caminho do aeroporto, uma visita, orientada por uma especialista a diversos locais de interesse histórico-cultural, com paragem obrigatória na icónica Torre Eiffel e no Museu do Louvre.

Matemática e Geometria na Calçada Madeirense

Maria José Ferreira, Maria da Luz Jardim e Rita Mendonça
Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva

Explorar e identificar formas geométricas, tipos de simetrias e propriedades patentes em vários desenhos da calçada.

No dia 14 de março, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Matemática, as professoras da Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, promoveram a atividade “Vamos estudar a Matemática e a Geometria na Calçada Madeirense”.

Esta iniciativa foi dinamizada pelo Professor Doutor João Baptista Pereira Silva¹, da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) da Universidade de Aveiro, e teve como objetivo principal abordar o tema das isometrias, presentes no pavimento da calçada madeirense, e sensibilizar a comunidade para a importância da preservação, conservação e valorização deste património natural e cultural.

A atividade, que decorreu no adro da Igreja de São Martinho, no Funchal, contou com a participação entusiástica de 64 alunos do 8.º ano de escolaridade, das turmas 1, 7 e 9, que foram orientados e coordenados por 6 docentes da escola.

Para além das explicações detalhadas dos aspetos geológicos, geográficos, históricos e patrimoniais do Arquipélago da Madeira, os discentes tiveram a oportunidade de ampliar os seus conhecimentos, como complemento e enriquecimento dos vários conteúdos de estudo, contribuindo, também, para a melhoria da relação dos alunos com a matemática e das suas aprendizagens matemáticas.

O dinamizador da atividade explicou que a calçada madeirense é uma arte de pavimentação com características muito peculiares que merece ser preservada e divulgada. Todavia, por vezes, a “calçada madeirense é confundida com a calçada portuguesa, apesar de ambas serem muito distintas, no tipo e na forma dos materiais aplicados. A calçada madeirense utiliza essencialmente pedra rolada, de seixo e/ou calhau, e pedra navalheira, particularidades que a distinguem de qualquer





outra calçada”. A calçada madeirense constitui um legado de grande valor, pois apresenta vários aspetos na sua composição, tais como: diversidade dos materiais geológicos utilizados; presença de fósseis marinhos; diversidade de padrões construídos e desenhados.

Após a auscultação atenta e curiosa da prelação do Professor Doutor João Baptista, os alunos, munidos de fitas métricas, pregos, giz e craveira, calcularam quantos seixos ou calhaus são necessários para pavimentar 1 m^2 de calçada madeirense. Posteriormente, foi pedido que fizessem uma estimativa do número de calhaus/seixos que foram necessários para pavimentar uma parte do pavimento do adro da igreja, numa área de $100 \text{ m} \times 40 \text{ m}$. O pavimento do adro desta igreja representa possivelmente o maior “tapete/toalha bordada” de calçada madeirense existente no mundo com uma grande diversidade de padrões e de motivos geométricos e florais estilizados, construídos com seixos e calhaus pretos e brancos. Nos desenhos do pavimento, podemos ainda identificar motivos musicais, religiosos, florais, letras e a data de fundação da Igreja, e representações dos pontos do bordado madeirense, como por exemplo o “Ilhó” e o “Cordão”.

Ao longo da atividade os alunos tiveram oportunidade, de uma forma prática, de explorar e identificar formas geométricas, tipos de simetrias e propriedades patentes em vários desenhos da calçada, reforçando deste modo as aprendizagens realizadas na disciplina de matemática. Foi solicitado, para o efeito, que esboçassem um dos motivos geométricos presentes na calçada num papel quadriculado ou ponteadado, de forma a identificarem simetrias de translação, rotação, reflexão axial e reflexão deslizante.

Para finalizar a atividade, foi realizada uma pequena e sentida homenagem ao docente José

Luís de Gouveia e Freitas, coautor do livro “Calçada Madeirense: Bordados em Preto e Branco”. A matemática era a sua paixão e o adro da Igreja de São Martinho um dos seus locais preferidos para estudar a calçada madeirense. O Zé Luís olhava a matemática de forma diferente e deixou-nos um grande legado que será sempre recordado.

Nota

1 Engenheiro Geólogo, Doutor em Geociências, Investigador Integrado da Unidade de Investigação GEOBIOTEC - Geobiociências, Geoengenharias e Geotecnologias, da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), sediada no Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro.



A Primavera chegou...

Marlene Abreu

Direção de Serviços de Educação Artística | DRE

Para preservarmos a natureza e cuidarmos da “Mãe Terra”, todos devemos trabalhar em conjunto, com empenho e brio nas tarefas que desempenhamos.

A Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Direção de Serviços de Educação Artística (DSEA) da Direção Regional de Educação, promoveu a 1.ª Edição do Jardim em Festa, cuja temática celebrou a chegada da Primavera. Este evento teve lugar no auditório do Jardim Municipal do Funchal, no dia 21 de março.

A Primavera chegou... foi a nova história infantil protagonizada pela Equipa de Animação da DSEA, que contou, pela primeira vez, com a participação de vários grupos de crianças do ensino pré-escolar, num total de 120, das seguintes instituições de educação: Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar (EB1/PE) da Pena, Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar e Creche (EB1/PE/C) de São Vicente, EB1/PE/C da Quinta Grande, Infantário Donamina, Colégio de Santa Teresinha e Externato Princesa D. Maria Amélia.

Sobre a temática:

A Primavera é uma das estações do ano que marca o início do período de reprodução de muitas árvores e plantas, bem como do despertar de muitos seres vivos. Devido às temperaturas amenas e com o aumento da humidade do ar, esta é a altura propícia para os animais saírem





do seu período de hibernação. Com o florescer das flores, os animais polinizadores, tais como as abelhas, aumentam a sua atividade, interferindo positivamente no ciclo reprodutivo dos vegetais. A história foi idealizada pensando na temática da natureza, enfatizando a importância das plantas e dos animais para a preservação e equilíbrio do meio ambiente.

Sobre a história:

Gaia, a árvore centenária, observa os primeiros sinais da chegada da Primavera... ela sabe que os bichinhos se unirão para esta festa de luz e cor. Uma visita inesperada, vinda do jardim vizinho, desperta o interesse e o segredo para que a Primavera seja esplendorosa. Os convidados vão chegar de todos os cantos deste viridário para participar nesta grande celebração. Já há perfume no ar... a Primavera está a chegar...

O enredo inicia-se num jardim onde animais e plantas aguardam a chegada da Primavera. O seu cheiro já paira no ar e estão todos ansiosos pela sua chegada. A curiosidade de uma abelha vinda de um jardim vizinho, a abelha Zelda, ao ver este jardim tão bonito e cuidado, leva-a a questionar o porquê desta proeza. É então que a árvore mais antiga deste jardim, Gaia, em conjunto com as restantes personagens, representados pela Equipa de Animação e pelas crianças das escolas convidadas, designadamente, as flores,

os pássaros, as formigas, as aranhas, os caracóis e as borboletas, apresentam a importância do trabalho em equipa e da biodiversidade dos animais que lá vivem. Para preservarmos a natureza e cuidarmos da “Mãe Terra”, todos devemos trabalhar em conjunto, com empenho e brio nas tarefas que desempenhamos. Ao som de algumas músicas selecionadas dos últimos Festivais da Canção Infantil da Madeira, as crianças mostram, através da expressão corporal, a sua alegria, empenho e dedicação ao desafio proposto. O final da história culmina com a chegada da Primavera e com a performance de todas as crianças ao desempenharem, em simultâneo, a coreografia final.

Sobre a Equipa de Animação:

A Equipa tem vindo a desempenhar, nestes últimos 37 anos de existência, um trabalho intensivo e permanente nas áreas das expressões musical e dramática, dirigido às crianças com idade pré-escolar, dos 3 aos 5 anos. Esta atividade é operacionalizada através das suas animações pontuais, nas instituições de educação e ensino da Região Autónoma da Madeira. Ao longo destes anos, a Equipa de Animação tem apresentado um manancial de histórias com o objetivo de tentar transmitir valores basilares para a vida em sociedade, tais como, entre outros, estimular o gosto pela leitura e desenvolver a linguagem oral. Nos últimos anos, a Equipa tem pautado

a sua atividade na faixa etária do pré-escolar, estendendo-a aos alunos dos 1.º e 2.º anos.

A Equipa cria e recria as suas histórias e idealiza e confecciona os adereços, cenários e guarda-roupa utilizados nas suas intervenções. A evolução do seu trabalho tem sido uma constante, quer na criação das histórias, nas composições musicais, na confeção dos materiais, bem como nas diversas técnicas de apresentação. A rentabilização de recursos também é uma das apostas desta Equipa, apelando à sua criatividade e sentido estético, os materiais são reutilizados e adaptados, pensando na durabilidade e apresentação. Os recursos utilizados para contar as histórias, nomeadamente, os fantoches, as marionetas, têm vindo a evoluir, mediante as necessidades sentidas ao longo destes anos.





Projeto Mare Nostrum

leva literacia marítima
aos alunos do 8.º ano

Sofia Sousa e Renato Azevedo

Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares

A dúvida e a curiosidade, em oposição às múltiplas “certezas” com que nos deparamos no quotidiano, constituem condição essencial à dedução e construção de conhecimento científico.

Duas dezenas de alunos do 8.º ano da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares dedicaram-se durante três semanas ao estudo e investigação das cadeias alimentares marinhas. O repto foi lançado aos docentes da disciplina de Ciências Naturais daquele nível de ensino pelos professores coordenadores do projeto *Mare Nostrum* daquela escola, projeto de Atividades de Enriquecimento Curricular que tem por principal objetivo promover o desenvolvimento da literacia marítima de alunos e demais elementos da comunidade escolar.

Todo o processo de investigação decorreu em três fases distintas, mas naturalmente interdependentes, cada qual com a duração aproximada de uma semana. Primeiramente, com o objetivo de aferir a influência do fotoperíodo (número de horas de luz diárias) no crescimento populacional de microalgas verdes *Chlorella spp.*, os jovens investigadores simularam em laboratório, por um período de sete dias, as diferenças de condições de luminosidade em ecossistemas marinhos. Decorrida a primeira semana, os resultados observados confirmaram a hipótese

pelos próprios formulada: quanto maior o período de exposição luminosa, maior o crescimento populacional verificado nas microalgas, resultados atestados mediante contagem, procedimento concretizado com o auxílio de uma câmara de contagem de Malassez.

Não obstante reconhecerem o fotoperíodo como fator determinante no desenvolvimento observado nas microalgas em estudo, os jovens investigadores questionaram-se, porém, se outros fatores não seriam de igual modo limitantes do crescimento populacional daqueles organismos. Nesse sentido, conhecedores de que as microalgas verdes em estudo são organismos fotoautotróficos, formularam a hipótese de existir uma relação direta entre o crescimento populacional destes protistas e a disponibilidade de nutrientes inorgânicos no meio.

Aferir o efeito da concentração de nutrientes no crescimento populacional da microalga *Chlorella spp.* constituiu assim o passo seguinte, estabelecendo-se neste procedimento a disponibilidade de nutrientes no meio como variável independente. Nesse sentido, os alunos



começaram por preparar diversas amostras com diferenças de gradiente de nutrientes adicionados. Determinaram, seguidamente, para comparativo a realizar decorridos sete dias, a densidade de microalgas em cada amostra - número de organismos por mililitro -, sendo este considerado o primeiro dia de cultura.

A segunda semana de trabalhos (sétimo dia de cultura) teve início com a recolha das amostras e realização da contagem de microalgas *Chlorella spp.* A diferença de coloração entre as diversas amostras (verde-escuro/verde-claro) denunciava já os resultados: as taxas de crescimento populacional de microalgas verificadas em cada amostra foram proporcionais ao volume de nutrientes a elas adicionado, permitindo aos discentes apurar o crescimento médio diário das microalgas em função da variável independente que definiram para esta atividade experimental.

Na terceira e última semana de investigação, a atividade experimental centrou-se no objetivo de apurar a relação entre a densidade dos organismos produtores, no caso particular as microalgas do género *Chlorella*, organismos que ocupam a base das cadeias alimentares marinhas, e a variação do efetivo populacional dos seres heterotróficos que ocupam os níveis tróficos seguintes. Para esse efeito recorreu-se a rotíferos, animais aquáticos microscópicos que integram o zooplâncton, da espécie *Brachionus plicatilis*. Os resultados comprovaram que a taxa de crescimento populacional de rotíferos nas diferentes amostras

foi proporcional à quantidade de alimento (microalgas do género *Chlorella*) adicionado à respetiva amostra, o que naturalmente suscitou diversas questões sobre a sustentabilidade das cadeias alimentares marinhas.

Concluídas as atividades experimentais, concomitantemente aos debates promovidos antes, durante e depois da respetiva concretização, diversas foram as conclusões que permitiram a este grupo de alunos enriquecer a sua literacia científica. Estranhamente, ou talvez não, foram mais as dúvidas do que as certezas demonstradas. Isto porque, se por um lado as dúvidas apresentadas pelos jovens investigadores previamente à realização deste trabalho científico foram dissipadas, outras, ainda mais apuradas, acabariam por emergir com o aprofundar da discussão, evidenciando que a dúvida e a curiosidade, em oposição às múltiplas “certezas” com que nos deparamos no quotidiano constituem condição essencial à dedução e construção de conhecimento científico. Talvez - e mais uma vez assola a dúvida - por esta iniciativa ter despertado neste grupo de alunos a centelha de que as diversas componentes do mundo vivo funcionam sinergeticamente, qual “efeito borboleta”.

De realçar que esta iniciativa contou com a colaboração do biólogo marinho Ricardo José, investigador que exerce a sua atividade no Centro de Maricultura da Calheta, Direção Regional de Pescas da Região Autónoma da Madeira.

Hospital Particular da Madeira

Garantir diagnóstico precoce a alunos do 1.º ciclo

Dina Aveiro | Divisão de Acompanhamento Educativo Especializado | DRE



Apoio médico e cuidados de saúde de forma mais célere e mais adequada às necessidades das crianças.

A Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Direção Regional de Educação, e o Hospital Particular da Madeira (HPM), através do Grupo HPA Saúde, formalizaram um acordo de cooperação institucional, cuja assinatura teve lugar no dia 19 de abril, na sala de conferências do Hospital Particular da Madeira.

Este acordo é o culminar de uma parceria informal estabelecida pelo Centro de Recursos Educativos Especializados (CREE) do Funchal que, desde março de 2021, garantiu o apoio a vários alunos do concelho do Funchal, num total de 59 consultas, na sua maioria nas especialidades de

Oftalmologia e Otorrinolaringologia, e com maior incidência nos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, o que evidencia uma comprovada mais-valia para estas crianças e alunos, escolas e famílias.

Nesta senda, este acordo visa proporcionar cuidados de saúde às crianças e alunos apoiados/acompanhados pelos técnicos superiores da área social do CREE Funchal, ou seja, os que beneficiam de medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão, de modo a promover uma maior e melhor qualidade de vida e bem-estar biopsicossocial nos vários contextos do seu quotidiano e possibilitar uma célere marcação de consultas médicas de especialidade a título gratuito.

Esta é uma colaboração preciosa para as famílias com situações de carências socio-económicas, pois através dela é possível disponibilizar um apoio médico e cuidados de saúde de forma mais célere e mais adequada às necessidades das suas crianças.

Neste âmbito, apraz referir que o apoio prestado pelo HPM, através do Grupo HPA Saúde, é crucial na resolução de situações problemáticas nos primeiros anos do percurso académico destas crianças e alunos,

garantindo um diagnóstico precoce ao nível da visão e da audição, entre outros, e, por conseguinte, mitigando o risco de comprometer, de forma permanente, o desenvolvimento da criança e o respetivo processo de ensino-aprendizagem, e consequentemente o seu sucesso educativo e bem-estar socioemocional.

O evento de assinatura do acordo de cooperação institucional entre a Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia e o Hospital Particular da Madeira contou com a presença do Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, Jorge Carvalho, dos Administradores do Hospital Particular da Madeira, Alexandre Gonçalinho e Henrique Menezes, e do Diretor Regional de Educação, Marco Gomes, entre outras entidades e convidados das diferentes instituições envolvidas.



Hospital Particular da Madeira



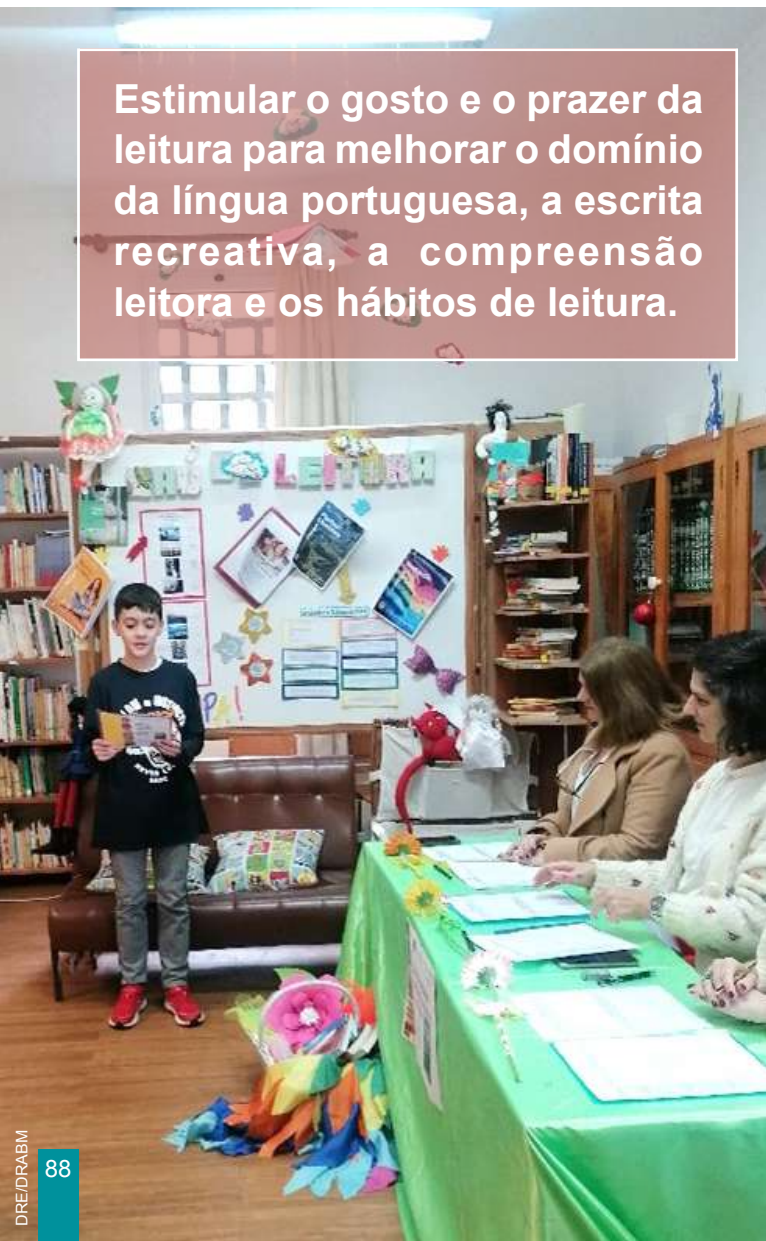
Hospital Particular da Madeira



TLCNL

Triatlo Literário / Concurso Nacional de Leitura

Coordenação do Projeto Baú de Leitura e Arquivo e Biblioteca da Madeira
Direção Regional de Educação e Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira



Estimular o gosto e o prazer da leitura para melhorar o domínio da língua portuguesa, a escrita recreativa, a compreensão leitora e os hábitos de leitura.

O Triatlo Literário / Concurso Nacional de leitura (TLCNL) resulta da conjugação de dois concursos: o Triatlo Literário do projeto Baú de Leitura, da responsabilidade da Direção Regional de Educação (DRE) e do Concurso Nacional de Leitura, coordenado, a nível regional, pela Direção Regional do Arquivo e Biblioteca Pública da Madeira (DRABM), em parceria com a DRE. Trata-se de um concurso que visa estimular o gosto e o prazer da leitura para melhorar o domínio da língua portuguesa, a escrita recreativa, a compreensão leitora e os hábitos de leitura.

Este concurso é constituído por três fases de apuramento no 1.º ciclo: escolar, concelhia e regional, e por duas fases nos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário: escolar e regional. Entre os meses de novembro e abril, os alunos de todos os níveis de ensino das escolas públicas e privadas da Região Autónoma da Madeira, inscritas no TLCNL, foram desafiados a participar e realizaram, em cada uma das fases, três provas de natureza variada: interpretação, argumentação oral ou escrita e leitura expressiva.

Nos dias 27 e 28 de abril, decorreram, no auditório do Arquivo e Biblioteca Pública da Madeira, as finais do TLCNL, com a participação de 40 finalistas. Após a realização das provas e da



atribuição da respetiva avaliação, foram apuradas para a fase nacional as seguintes alunas:

- 1.º ciclo - Sara Fernandes, Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar e Creche da Quinta Grande;
- 2.º ciclo - Matilde Vieira, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Caniço;
- 3.º ciclo - Francisca Gomes, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Caniço;
- Ensino secundário - Carolina Carujo, Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares.

Esta “aventura” só foi possível com a preciosa colaboração dos professores responsáveis pelo TLCNL nas suas escolas, com o empenho dos concorrentes e com o apoio de diversas entidades que ofereceram prémios: Porto Santo Line, Câmara Municipal do Porto Moniz, Fnac Madeira, Frente MarFunchal.





16.^a edição do Concurso Nacional de Leitura

O percurso das quatro representantes da RAM rumo à prova de palco do CNL teve início com a preparação e o envio, até 14 de maio, da prova de vídeo, em que cada uma das jovens teve de recomendar, num minuto, o seu livro preferido. Depois de analisados, o júri nacional anunciou os 40 finalistas (dez por cada nível de ensino), que foram sujeitos a escrutínio do público. Foi com muito orgulho que o vídeo apresentado pela aluna Francisca Gomes foi selecionado como um dos 10 melhores na categoria 3.º ciclo.

No dia 15 de maio, as alunas realizaram a prova escrita de pré-seleção em linha. Foram





desafiadas a manifestar a sua opinião sobre uma temática, tendo como ponto de partida um texto disponibilizado pela equipa responsável pelo Plano Nacional de Leitura. Só os 5 finalistas nacionais, apurados em cada ciclo, e os 4 internacionais, é que se qualificaram para a prova de palco, no dia 3 de junho, em Torres Vedras.

No dia 2 de junho, as representantes da Região embarcaram com as malas carregadinhas de sonhos, de responsabilidade e de orgulho. Chegava, finalmente, a etapa final desta longa, árdua e enriquecedora tarefa.

No dia 3 de junho, foi com um misto de nervosismo, entusiasmo, incredulidade e muito, muito orgulho que se ouviu o nome das alunas Sara Fernandes e Carolina Carujo proferido por Carlos Malato para apresentarem os seus livros favoritos em palco. As discentes, apesar da ansiedade, representaram de forma exemplar os

seus estabelecimentos de ensino e a sua ilha, arrecadando aplausos da assistência e deixando as suas professoras extremamente orgulhosas com as suas prestações.

No momento da cerimónia de entrega de prémios, os corações voltaram a bater mais forte e a euforia irrompeu no auditório quando se soube que Sara Fernandes, da EB1/PE/C da Quinta Grande, tinha alcançado o 1.º lugar na categoria 1.º ciclo e Carolina Carujo, da EBS Padre Manuel Álvares, havia arrecadado o 3.º lugar na categoria secundário.

Esta foi, sem dúvida, uma experiência muito enriquecedora e gratificante para todos quantos abraçaram esta iniciativa pelo empenho, partilha e qualidade de trabalhos apresentados e também pelos momentos de cumplicidade, de camaradagem, de alegria e de entusiasmo vivenciados.



Projeto Baú de Leitura

Exposição e cerimónia de entrega de prémios

Coordenação do Projeto Baú de Leitura
Direção Regional de Educação



Ilustração | Caracol + Gelado = "Caracolado"



Escrita Criativa | "A poção mágica"

“Num dia de nevoeiro, Cristal acordou cedo para a aula de Poção do Amor. Naquele tempo, o amor era um sentimento muito difícil de fabricar...”

Flashes Literários | "Sol de outono"



Promover hábitos de leitura e de escrita junto dos alunos de todos os níveis de ensino.

O Baú de Leitura é um projeto escolar da Direção Regional de Educação que tem como objetivo promover hábitos de leitura e de escrita junto dos alunos de todos os níveis de ensino e, conseqüentemente, desenvolver a cultura na Madeira. Para alcançar estas metas, o projeto promove diversas atividades com o propósito de tornar as bibliotecas escolares num espaço mais atrativo e acolhedor, onde a reflexão e o debate em torno do livro e da leitura ganham outra dimensão.

No dia 23 de maio, teve lugar a cerimónia de entrega de prémios dos passatempos regionais do Projeto Baú de Leitura e a inauguração de uma exposição que divulga os trabalhos a concurso. Pretendeu-se assim premiar os alunos vencedores e, por outro, divulgar todo o talento e criatividade destes discentes nas seguintes atividades:

- **Ler, Dizer e Contar:** a promoção da expressividade natural dos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo através dos registos vídeo/áudio de



textos literários e não literários, a partir de leituras, declamações, recontos de textos literários ou recolhas do património oral e tradicional.

- **Triatlo Literário / Concurso Nacional de Leitura (TLCNL):** a realização de diversas provas (leitura, escrita, interpretação e argumentação (oral e escrita), tendo por base obras literárias que se processa em diversas fases: escolar, concelhia, regional e nacional.

- **Ilustração:** a elaboração de ilustrações de novos conceitos criados a partir de dois ou mais elementos reais, abstratos ou imaginários por discentes do pré-escolar, ensino básico e secundário.

- **Escrita Criativa:** a redação de textos inéditos, poéticos e em prosa, tendo como fonte de inspiração objetos (discentes do 1.º ciclo) e textos pictóricos (fotografias) previamente selecionados (alunos dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário).

- **Flashes Literários:** a captação de fotografias que tiveram como ponto de partida excertos literários de autores madeirenses ou autores residentes na nossa região por parte da comunidade educativa (alunos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário) e adultos (pais, encarregados de educação, professores e assistentes operacionais).

Os alunos, em geral, têm aderido de forma bastante significativa a estes passatempos. Como, de ano para ano, a participação tem vindo a aumentar, foi necessário recorrer a um processo de triagem, a nível de escola, para garantir assim um grau elevado de qualidade dos trabalhos apresentados.

Neste evento, que contou com a presença de alunos, professores, pais, escritores, entre outros convidados, procedeu-se à entrega de prémios dos diversos passatempos, que foi intercalada com





diversos momentos culturais, apresentados por um grupo de alunos do Conservatório, e finalizada com a inauguração da referida exposição. Esta iniciativa contou com o apoio e colaboração de outros intervenientes que tiveram um papel preponderante para o seu sucesso: direções de escolas, elementos do júri e patrocinadores: Câmaras Municipais do Funchal, do Porto Moniz e do Porto Santo, Centro Comercial *La Vie*, Fnac Madeira, Frente MarFunchal; VMT Madeira, 3D *Fun Art Museum*, Vila Baleira *Hotels & Resorts*, *UnderWater Paradise*, Mar Dourado, Sporting Clube do Porto Santo e Loja do Profeta. Enfim, uma cerimónia repleta de momentos de partilha, de orgulho, de entusiasmo e de genuína felicidade que foi a forma ideal de encerrar com chave de ouro as atividades do Projeto Baú de Leitura.

De referir que a exposição ficou patente ao público de 23 a 28 de maio, permitindo aos visitantes deleitar-se com as ilustrações de novos conceitos, com as fotografias inspiradas em excertos literários de autores madeirenses e com os textos poéticos e em prosa elaborados a partir de objetos e imagens.



Os dias que contam!

Direção de Serviços do Desporto Escolar
Direção Regional de Educação



Urge a necessidade de mudança para uma cultura de paz, respeito e dignidade pela Vida.

A Cerimónia de Abertura da Festa do Desporto Escolar, edição de 2023, teve por lema “Os dias que contam”.

Os dias que contam! Um manifesto à Vida: Paz - Saúde - Ambiente.

Ao longo dos séculos, muitas foram as situações, registadas na história da Humanidade, que nos envergonham. As guerras, a escravatura, o holocausto, o abuso contra os mais fracos, e muitas outras gritantes. Por outro lado, surgiu uma série de doenças, cujo combate tem sido muito difícil. Nos últimos tempos, a nova geração presenciou os horrores de uma pandemia que nos obrigou ao isolamento, separando famílias, fechando escolas, condicionando a economia dos países, provocando muitas mortes. Infelizmente, o mundo veio a conhecer mais um momento bélico: o conflito Rússia/Ucrânia.

Os factos são evidentes e mostram que, na vida, todos os nossos atos têm consequências. No bem e no mal. O alerta para a necessidade de uma educação integral, o despertar para novas transformações, acordar as forças do bem que habitam em cada ser humano, e para que os





valores éticos falem mais alto, foi a linha condutora de um espetáculo que se quer educativo, emotivo e de grande performance.

A Liga Portuguesa contra o Cancro associou-se, este ano, à cerimónia, com um momento especial alusivo à prevenção desta doença. Mudanças individuais que terão eco no todo. Urge a necessidade de mudança para uma cultura de paz, respeito e dignidade pela vida.

O espetáculo decorreu, este ano, em pleno centro do Funchal, na Praça do Povo, com um número mais reduzido de alunos e espetadores em relação às edições realizadas no Estádio dos Barreiros, porém com a magia e magnificência de sempre!



Os dias que contam! Foi este o mote perfeito para a grande Festa do Desporto Escolar, que decorreu entre os dias 25 de maio e 1 de junho, em diversos espaços, nomeadamente pavilhões gimnodesportivos, Campo de Futebol Adelino Rodrigues (Liceu), Complexo de Piscinas Olímpicas do Funchal (Penteada), Piscina e Jardins do Lido, pistas de atletismo do Centro Desportivo da Madeira, Centro Comercial La Vie, Madeira Shopping, e Praça do Povo.

Nem mesmo a chuva que se fez ocasionalmente sentir conseguiu tirar o brilho da Festa, pese embora mudanças pontuais de palcos, tendo sido cumprida na íntegra a programação previamente delineada, para satisfação, evidente, dos alunos, facto relevante que, a par da elevada competência dos professores diretamente envolvidos e da colaboração de toda a comunidade educativa, contribuiu para o sucesso deste grande evento.



A Festa deste ano trouxe, ainda, a estreia de duas modalidades, nomeadamente, o Madeirabol - uma expressão desportiva muito nossa, verdadeiramente "made in Madeira" - e o padel, muito em voga atualmente. Experiências ricas que tiveram excelente receptividade por parte dos alunos, na linha do que aconteceu, anteriormente, com o xadrez, o ultimate/frisbee e o laser run, modalidades de oferta recente, mas já bem vincadas na realidade do Desporto Escolar. Refira-se que a experimentação e divulgação de novas modalidades acontece fundamentalmente no 1º ciclo, o que este ano se verificou uma vez mais, como, por exemplo, no caso do golfe, uma atividade que teve lugar no cenário magnífico da Quinta Magnólia.



Destaque, ainda, para a Atividade Motora Adaptada (AMA) que, para além da competição realizada no Complexo de Piscinas Olímpicas do Funchal, com provas de 25 metros livres, costas, bruços, 50 metros livres e Estafetas 4x25 metros, disponibilizou a prova “25 metros flutuadores”, sem carácter competitivo, destinada a alunos e/ou utentes em adaptação ao meio aquático, com alguma capacidade de propulsão ou em processo de aprendizagem das técnicas de nado, que (ainda) não conseguem se deslocar de forma autónoma e, como tal, recorrem a um flutuador (prancha, colete, esparguete). A AMA promoveu também um circuito de habilidades e atividades nas modalidades de canoagem, boccia, slalom em cadeira de rodas, futebol e atletismo...

São esses... “Os dias que contam!”



Crescer Saudável **Mente**

II Jornadas de Educação - Saúde

Glória Gonçalves

Direção de Serviços de Educação Especial | DRE



**É formando que se
criará bem-estar e,
consequentemente, uma
sociedade mais feliz.**

A Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Direção Regional de Educação (DRE), a Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil e o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM (SESARAM), promoveram as II Jornadas de Educação - Saúde, no dia 2 de junho, que decorreram no auditório da Escola da APEL.

As II jornadas tiveram como principal objetivo sensibilizar a comunidade educativa para a importância da promoção da saúde física e mental e para a necessidade de prestar serviços mais

adaptados às necessidades múltiplas e complexas das famílias, crianças e alunos, através de serviços mais abrangentes, coordenados e integrados, realçando-se as potencialidades do trabalho colaborativo e em rede.

Na sessão de abertura o Diretor Regional da Saúde, Herberto Jesus, realçou que os setores da Saúde e da Educação, juntos e em colaboração, são extremamente importantes para a definição do futuro da Região pois, é formando que se criará bem-estar e, consequentemente, uma sociedade mais feliz. O Diretor Regional de Educação, Marco Gomes, frisou que o Governo Regional tem de dar respostas globais em que, naturalmente, a Saúde e Educação assumem particular relevância, sendo fundamental a articulação entre os dois setores. Referiu ainda que é essencial assumirmos, cada vez mais, que a escola tem de ser inclusiva, assim como é fundamental que pais e famílias confiem na escola. Fazendo referência à temática das

II Jornadas, “Crescer SaudávelMente”, lançou o desafio aos vários serviços de criarem as condições para que haja resposta à diversidade e destacou a importância de promovermos, cada vez mais, a qualidade de vida para que cada um possa realizar as suas aspirações do ponto de vista pessoal e social.

Seguiu-se a conferência, “Desafios e caminhos da Educação Inclusiva”, proferida por Carina Lobato Faria, neuropsicóloga e psicoterapeuta especialista em neurociência, a qual realçou a importância de estarmos comprometidos em fornecer aos alunos as ferramentas necessárias à promoção da autoconfiança, para que tenham experiências de sucesso. Salientou que a educação inclusiva não consiste apenas em ensinar a todos, mas sim fazer com que todos se sintam incluídos na escola, em casa e no ambiente profissional. O grande objetivo é que as competências adquiridas contribuam para o neurodesenvolvimento, fazendo assim, da escola um lugar de verdadeira equidade social.

Do programa do evento constaram ainda três painéis. O primeiro intitulado “Bem-estar e desenvolvimento socioemocional na aprendizagem”, que contou com as intervenções de profissionais do Centro Desenvolvimento da Criança e do SESARAM, designadamente, a pediatra e neuropediatra Mónica Vasconcelos, que abordou a temática da importância do sono na saúde mental, e a pediatra Ana Cristina Aveiro, cuja comunicação incidiu sobre o neurodesenvolvimento e aprendizagem; finalmente, a intervenção “Quando as crianças brincam” ficou a cargo de Ângela Ferreira, educadora de infância da DRE.

O segundo painel, designado “Bem-estar e saúde: o papel da escola”, esteve a cargo de Eduarda Resende, endocrinologista, que abordou a temática dos diabetes do tipo 1 nas escolas; Alexandra Rodrigues, pediatra, que nos falou das alergias em ambiente escolar e, ainda, Paulo Rego, pediatra e neuropediatra, que apresentou o tema da epilepsia na escola.

O terceiro painel, “Bem-estar físico e nutricional no crescimento”, centrou-se em duas temáticas: “As alterações posturais em contexto clínico e em contexto escolar”, da responsabilidade de Sílvio Carvalho, fisiatra, e de Bárbara Silva, fisioterapeuta, e “Promovendo a alimentação saudável na escola”, explanando-se duas vertentes: “Novas



modas alimentares na infância e na adolescência”, por Bruno Sousa, nutricionista, e as “Alterações alimentares e fatores de risco ambientais”, por Luísa Caldeira, terapeuta ocupacional.

O aluno Manuel Jesus, do Conservatório-Escola Profissional das Artes da Madeira - Eng. Luiz Peter Clode, agradeceu os participantes com um belo momento performativo em acordeão.

A sessão de encerramento contou com a presença do Secretário Regional da Saúde e Proteção Civil, Pedro Ramos, da presidente do Conselho de Administração do SESARAM, Rafaela Fernandes, e do Diretor Regional de Educação, Marco Gomes.

Nesta sessão, Pedro Ramos começou por agradecer o contributo de todos os intervenientes das áreas da Educação e da Saúde, sublinhando a importância destas Jornadas e da temática escolhida. Salientou a relevância de debatermos a saúde, e não a doença, como recomendado pela OMS. Focou a importância da literacia e do papel da educação, da aprendizagem de bons hábitos de saúde pelos cidadãos e do cumprimento das recomendações emanadas pelo Serviço de Saúde. Salientou as medidas, ao nível da saúde, inseridas na estratégia e políticas do Governo Regional, nomeadamente, na proteção e promoção da saúde e na prevenção das doenças. Finalmente, fez referência à saúde mental e ao impacto que a doença COVID-19 teve nos jovens, e na população em geral, e de todo o trabalho desenvolvido pelo Governo Regional nas áreas da Educação e Saúde.

Encontros Regionais: Sucesso Escolar e Inovação Pedagógica

Leonilde Olim

Divisão de Ação e Inovação Pedagógica | DRE

Espaços de reflexão e debate livre, aberto e plural sobre os vários caminhos que as escolas vêm construindo.

A Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia (SRE), através da Direção Regional de Educação, organizou os “Encontros Regionais: Sucesso Escolar e Inovação Pedagógica”. Estes Encontros contaram com a presença do Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, do Diretor Regional de Educação e do Diretor Geral da Escola da APEL.

O **1.º Encontro** realizou-se no dia 2 de março de 2023 e contou, na sessão de abertura, com uma intervenção de Jorge Carvalho, Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, que destacou o percurso positivo realizado ao nível dos projetos de promoção escolar. Seguiu-se uma preleção do Diretor Regional de Educação, Marco Gomes, intitulada “ARAM no Caminho do Sucesso Escolar”. No Painel 1, “Projetos de Promoção do Sucesso Escolar”, Cristina Freitas, Vice-Presidente Conselho Executivo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos divulgou o “Projeto de Promoção do Sucesso Turma+” implementado nessa escola, e Eliana Morais e Isabel Ribeiro, da Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar do Caniçal, apresentaram o “Programa

AaZ - Projeto de promoção do sucesso na leitura no 1.º ciclo do ensino básico”. De salientar que esta escola se fez acompanhar por alunos envolvidos no referido programa, numa apresentação intitulada “A voz dos alunos | Eu leio, eu aprendo –AaZ”, com exemplos do projeto de leitura, sob a coordenação da sua professora tutora, Isabel Ribeiro.

No Painel 2, “Boas Práticas nas Línguas Estrangeiras”, Raquel Cunha, da Escola Básica e Secundária com Pré-escolar da Calheta, deu a conhecer o Projeto PEPA- Língua Alemã, resultante de um protocolo com o Instituto Goethe; seguiu-se Carla Ferreira, Coordenadora do Projeto EDU-LE/ Inglês da DSIFIE, que apresentou o Projeto de Inglês no 1.º ciclo do ensino básico.

Este 1.º encontro contou ainda com a apresentação do Plano de Inovação Curricular e Pedagógica da Escola Básica com Pré-escolar e Creche do Caniçal, cujos oradores foram Lisete Garrido, Presidente do Conselho Executivo; João Paulo Garrido, Assessor Técnico-Pedagógico e Coordenador do Projeto Robótica STEAM; Manuela Silva, Presidente do Conselho Pedagógico e Coordenadora do Projeto de Tutorias; Célia Mendonça, Coordenadora do Projeto de Cidadania e Desenvolvimento e Filipa Alves, Psicóloga do Serviço de Psicologia e Orientação.

O **2.º Encontro** teve lugar no dia 12 de junho de 2023 e foi constituído por três painéis. O Painel 1, incidiu sobre os Projetos de Promoção do Sucesso Escolar. Carlos Loureiro, Diretor da Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar e Creche da Ladeira



e Lamaceiros, divulgou o “Projeto inovador: Multiculturalidade, diversidade e inclusão”. Seguiu-se o momento “A Voz dos alunos”, com a participação de três alunas do 1.º ciclo do ensino básico. No âmbito do “Programa AaZ | Ler Melhor, Saber Mais”, o Professor Nuno Crato, Presidente da Iniciativa Educação, fez uma comunicação intitulada “Porquê a leitura?”, e o Professor João Lopes, Coordenador do “Programa AaZ – Ler Melhor, Saber Mais”, apresentou a atividade e os resultados do programa na RAM.

O Painel 2 foi igualmente dedicado a Projetos de Promoção do Sucesso Escolar, nomeadamente, o “Projeto ESTRELA” da Escola Básica com Pré-escolar do Porto da Cruz, cujos oradores foram Manuel Luís Andrade, Presidente do Conselho Executivo, e Otilia Berenguer, Coordenadora do projeto; e o Projeto “Desafios Matemáticos” da Escola Básica com Pré-escolar Dr. Eduardo Brazão de Castro, pela voz da Coordenadora do projeto, Silvina Freitas.

No Painel 3, subordinado ao tema “Plano de Inovação Pedagógica”, foi divulgado o Plano de Inovação Pedagógica da Escola Básica com Pré-escolar e Creche Dr. Alfredo Ferreira Nóbrega Júnior, apresentado por João Daniel Quintal, Presidente do Conselho Executivo.

Finalmente, foi aberto um espaço para debate que contou com a participação dos presentes, que colocaram questões acerca das intervenções dos diversos painéis, esclarecidas pelos preletores.

Esta iniciativa assume-se, portanto, como um espaço de divulgação e partilha de projetos e boas práticas do trabalho desenvolvido nas escolas da Região Autónoma da Madeira (RAM), no âmbito da promoção do sucesso escolar e inovação pedagógica.

Os projetos de promoção do sucesso escolar e as experiências de inovação que têm vindo a ser desenvolvidos estão entre as melhores respostas que as escolas da RAM, no âmbito da sua autonomia e fruto de um trabalho profissional e responsável, com a participação dos seus atores (professores e outros técnicos de educação, pais, alunos e demais comunidade escolar), deram e continuam a dar ao desafio permanente da Educação: possibilitar a todos os alunos a aquisição e desenvolvimento de saberes, competências e valores úteis, duradouros e de qualidade, suscetíveis de os colocar em posição favorável para enfrentar os desafios dos diferentes ciclos de vida que têm pela frente.

Os encontros constituem-se como amplos espaços de reflexão e debate livre, aberto e plural sobre os vários caminhos que as escolas vêm construindo. A participação ativa dos professores provou ser, uma vez mais, uma garantia de que as escolas colocam o sucesso dos alunos no centro do seu trabalho.

O Governo Regional da Madeira elegeu a aposta na qualificação da sua população escolar como base de sustentação de uma sociedade desejavelmente mais coesa, desenvolvida e justa.

Programa Regional de Promoção do Sucesso Escolar

A escola é a instituição da nossa democracia que melhor pode contribuir para elevar as expectativas de melhoria de vida pessoal e profissional de cada um dos seus alunos e, com isso, aproximar as pessoas e mobilizá-las para a construção de um projeto societário mais justo. Porém, a escola apenas se constituirá como lugar de realização de justiça se conseguir que todos os alunos possam aí ser bem-sucedidos. Se o não fizer, a desigualdade social será perpetuada e naturalizada e, por consequência, a democracia será posta em questão.

A Região Autónoma da Madeira vem, de há muito, a fazer uma aposta, por todos reconhecida, na modernização do parque escolar e nas qualificações dos seus profissionais, política esta que se tem traduzido por assinaláveis progressos na escolarização da sua população. As taxas de sucesso dos alunos da Região estão, hoje – e felizmente –, em sintonia com as taxas nacionais e internacionais, porque os progressos são muito significativos e dignos de reconhecimento pelas diversas organizações internacionais do setor e pelo Conselho Nacional de Educação.

É sabido que cada pessoa aprende de forma diferente. Não pode, portanto, a escola que se afirma democrática, ensinar de forma igual para todos, pois, se o fizer, não está a dar as mesmas oportunidades a todos. Estará, outrossim, a criar franjas de marginalização, potenciadoras de fraturas sociais irremediáveis e duradouras, bem ao contrário de uma sociedade inclusiva, que é a aposta estruturante do Programa do XIII Governo.

Com este propósito de melhorar o sucesso escolar e promover a inclusão de todos, a Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, após um processo de auscultação e



participação direta que envolveu todas as escolas, produziu um quadro legal que visou duas grandes finalidades:

- Devolver à escola a centralidade do ato educativo, pois é ela quem dispõe do conhecimento do contexto - alunos, famílias e comunidade - que lhes permite tomar as decisões mais ajustadas ao desenvolvimento das aprendizagens dos seus alunos;
- Dotar as escolas de um conjunto de possibilidades pedagógicas e recursos humanos que lhes permitem que, de forma autónoma, num processo interno de reflexão e construção, possam fazer o que melhor sabem: tomar as medidas e estratégias educativas adequadas à diversidade do contexto para melhorar o processo de ensino e de aprendizagem de todos e de cada um.

Principais medidas

De entre estas possibilidades, com enquadramento na Portaria n.º 313/2022, de 20 de junho e no Despacho 457/2020, de 24 de novembro, que altera o Despacho n.º 240/2018, de 24 de julho, destacam-se as seguintes:

- Redução do número de alunos por turma;
- Criação de grupos temporários com níveis de aprendizagem bastante aproximado, por forma a individualizarem os processos de ensino-aprendizagem, podendo a turma funcionar simultaneamente com vários grupos de alunos;
- Funcionamento de equipas de professores mais alargadas, permitindo o trabalho colaborativo docente, pedra de toque para um ensino e aprendizagens mais individualizados;
- Criação de três tempos letivos semanais no horário dos alunos do ensino básico e dois



tempos no ensino secundário para recuperação e desenvolvimento de aprendizagens;

- Atribuição de tempos letivos ao Diretor de Turma para coordenação do Projeto de Promoção do Sucesso Escolar e para o trabalho a desenvolver com as famílias e outras instituições sociais para o acompanhamento individual aos alunos com problemas de integração familiar, escolar e social;

- Crédito horário para professores que, em regime de tutoria, fazem a articulação da escola com a família dos alunos mais vulneráveis;

- Possibilidade de as escolas recrutarem até 15% dos professores para alocarem aos projetos de promoção do sucesso escolar e permitir a sua continuidade pedagógica.

- Lecionação em algumas disciplinas por mais do que um professor (coadjuvação), agora potenciada pelos normativos regional do currículo e da educação inclusiva – Decreto Legislativo Regional n.º 11/2020/M, de 29 de julho;

- Mobilização de apoios pedagógicos individualizados com estratégias para todos os alunos, quer os que precisam de recuperar aprendizagens, quer os que pretendem desenvolvê-las;

- Estabelecimento de parcerias nas áreas de saúde, com instituições universitárias, intersectoriais governativas, culturais, sociais,

científicas, desportivas, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, entre outras;

- Integração de Projetos de Cidadania, Expressões Artísticas, Projetos de Leitura, Literacia Científica e Desporto Escolar nestes Projetos de Sucesso Escolar.

Impacto dos projetos de promoção do sucesso escolar e inovação pedagógica

A avaliação dos projetos e os resultados espelhados no Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira permitem-nos concluir que o seu impacto tem sido muito significativo na elevação das taxas de sucesso escolar da RAM, colocando a Região alinhada com as taxas homólogas a nível nacional.

A SRE continuará a proporcionar às escolas e aos docentes as condições necessárias para a operacionalização de práticas pedagógicas diferenciadas e inovadoras que permitem o recurso a estratégias de ensino e aprendizagem de qualidade baseadas na flexibilização curricular e nas medidas de acesso ao currículo e à inclusão, direcionadas para a promoção do sucesso escolar de todos os alunos, onde cada um tenha as oportunidades para construir o seu caminho de sucesso e de participação ativa e comprometida na transformação da sociedade.

Designing Inclusive Learning Environments to Support all Students

Dina Aveiro

Divisão de Acompanhamento
Educativo Especializado | DRE

“Enriquecendo vidas,
abrindo horizontes.”

A Direção Regional de Educação, fez-se representar, entre os dias 12 a 16 de junho, em Florença, no curso intitulado “Designing Inclusive Learning Environments to Support all Students”. A presença dos oito elementos da Madeira integra-se no projeto “Educação 4.0 - Colabor@ para Envolver, Incluir e Potenciar”, um consórcio cuja coordenação é da responsabilidade da DRE, através da Divisão de Formação Contínua, da Direção de Serviços de Investigação, Formação e Inovação Educacional.

O curso, que decorreu na “Teacher Academy”, teve como conteúdos temáticos, questões atuais ligadas à educação inclusiva e à aprendizagem. A educação inclusiva pode ser vista como um processo de fortalecimento da capacidade de um sistema educacional, de modo a alcançar todos os alunos da sua comunidade educativa. Assim, neste curso, e de forma ativa e participada, os participantes tiveram a oportunidade de discutir e refletir sobre aspetos ligados à aprendizagem e à educação, adquirindo e aperfeiçoando os seus conhecimentos acerca de assuntos específicos ligados a estas temáticas, designadamente, acerca da definição de educação inclusiva, princípios-chave e valores; compreensão do processo de inclusão e barreiras à participação e à aprendizagem; recursos e estratégias para apoiar



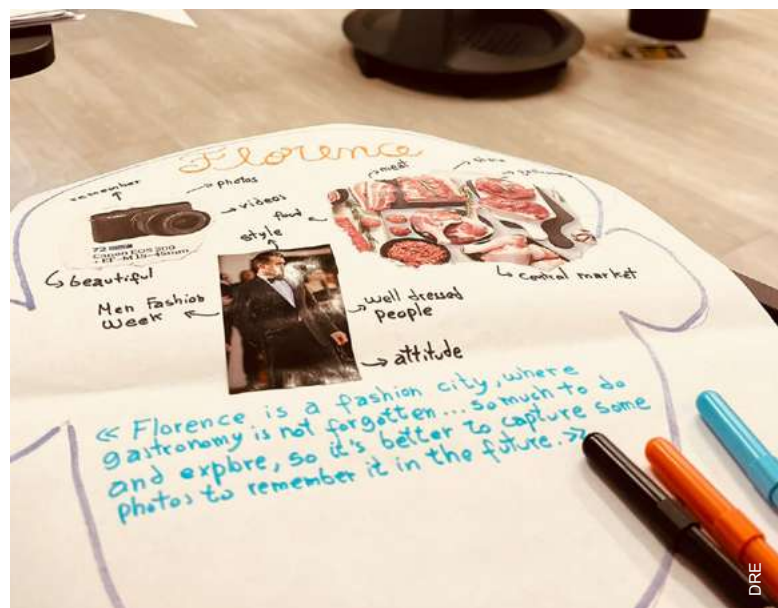


todos os alunos nas escolas, tornando-as espaços inclusivos e motivadores da aprendizagem; uso de ferramentas TIC para apoiar todos os alunos em ambientes cada vez mais inclusivos e respondendo à necessidade de cada um e de todos; e colaboração nas comunidades escolares (Pessoal docente e não docentes, alunos e pais/ encarregados de educação) de forma a estabelecer um quadro de valores e práticas inclusivas e colaborativas, envolvendo todos os intervenientes no processo educativo do aluno.

A experiência em contexto de Erasmus, e recordando o lema deste programa “Enriquecendo vidas, abrindo horizontes”, permitiu aos participantes expandir os seus conhecimentos, contactar com culturas diferentes e conhecer de forma direta, e na primeira pessoa, realidades educativas distintas, no entanto com práticas pedagógicas idênticas e com dificuldades semelhantes àquelas que o nosso sistema educativo também enfrenta.

Terminada a viagem, cheia de experiências, conhecimentos e bons momentos, cabe aos participantes disseminar as aprendizagens adquiridas, através de partilhas e ações formativas nos seus contextos de ação profissional, contribuindo para a renovação de práticas pedagógicas, valorização do trabalho colaborativo e disseminação de boas práticas.

Concluindo, citando Antoine de Saint-Exupéry, autor do livro “O Príncipezinho” muitas vezes mencionado durante o curso, “Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”



A Festa das Artes na cidade do Funchal

Francisco Caldeira

Direção de Serviços de Educação Artística | DRE

Pinceladas de cor, música
no ar, teatro no ouvido e
dança no olhar.



A arte nascida no ventre das escolas da Região Autónoma da Madeira instalou-se, entre 12 e 18 de junho de 2023, na baixa funchalense e deixou pinceladas de cor, música no ar, teatro no ouvido e dança no olhar. A alegria das crianças e dos jovens contagiou residentes, visitantes e familiares que acompanharam as manifestações de talento e criatividade que “explodiam” ora num lado, ora noutro.

Como prelúdio desta 12.ª Semana Regional das Artes (SRA), o “Escolartes” levou à sala de Congressos da Madeira, no dia 7 de junho, um espetáculo de grande beleza, dividido em duas partes. Na primeira parte, alunos de várias escolas do 1.º ciclo do concelho de Santa Cruz contaram-nos “Os segredos do mar”, uma história passada à beira-mar, onde duas crianças encontram uma arca do tesouro e nos deixam um recado quanto ao cuidado que a natureza merece. Na segunda parte, o espetáculo “As Vozes que nos marca(RAM)” contou com a participação de alunos das escolas do concelho de Câmara de Lobos e apelou à memória, destacando as vozes que contavam histórias, enchem os sonhos daqueles que as ouviam cantar, traziam notícias ou apresentavam os mais diversos programas. Foram lembrados alguns dos programas que, na sua época, fizeram furor, tais como o Festival da Canção da RTP e os Jogos Sem Fronteiras, e ainda artistas, apresentadores e a emigração. No “Escolartes” participaram cerca de 300 alunos, envolvendo o público presente e cativando,



igualmente, a audiência da RTP-Madeira, aquando da sua transmissão neste canal regional ou na visualização online, na RTP Play.

Na manhã do dia 12 de junho, foram os mais pequeninos que trouxeram ao Jardim Municipal do Funchal cor, beleza e ritmo com a apresentação de 17 pequenas coreografias na animada “Festa no Jardim”. Tratou-se de um momento de partilha e de uma nova experiência de palco para as crianças do pré-escolar. À tarde, teve lugar a abertura oficial da SRA, no auditório do Jardim Municipal, com o espetáculo “Jogar, aprender e ser feliz”. Este evento contou com a presença do Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, Jorge Carvalho. Brincadeiras e os jogos foram sorteados pela roda gigante e representados por alunos de diversas escolas do Funchal, designadamente, do Colégio de Santa Teresinha, da Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar do Areeiro e Lombada, da Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar e Creche da Nazaré e da Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar de São Martinho, que fizeram as delícias do público. As fabulosas vozes de Vânia Fernandes, Pedro Garcia, Ana Carlota Teixeira e Maria Teixeira, acompanhados pelo coro do Colégio Salesianos dirigido pela professora Olívia Caldeira, contribuíram ainda para a beleza do espetáculo.

No dia 13, a Exposição “LOL Y POP” foi inaugurada pelo Presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, que se deslocou à placa central, na Avenida Arriaga, para apreciar os trabalhos de expressão plástica, todos resultantes da criatividade de cerca de 4 mil alunos, sob a orientação de 120 professores, e inspirados na Pop Art, pequena corrente artística acessível aos mais novos e simultaneamente ao público.

No dia 14, durante a manhã, a dança foi rainha e provocou uma grande azáfama ao Jardim Municipal do Funchal. À tarde, decorreu a 2.ª edição do Concurso Internacional de Artes Visuais. Trata-se de um concurso no âmbito do desenho/pintura, direcionado a crianças do ensino



pré-escolar e ensino básico, tendo por objetivo principal a valorização das Artes Visuais na componente artística do currículo e na formação integral da criança. Participaram 1065 alunos que fizeram nascer a exposição coletiva TESOUROS DA MINHA TERRA - Paisagem / TREASURES OF MY HOMELAND – Landscape, no centro comercial MadeiraShopping, patente entre os dias 12 e 19 de junho. O tema apresentado visou celebrar o que é único e próprio de cada património natural e cultural, promovendo, através da expressão plástica, as particularidades de cada localidade.

No dia 15 de junho, dois momentos prenderam as atenções: o Espetáculo da Modalidade Artística de Canto Coral, no auditório do Jardim Municipal, e o Espetáculo Multimédia - “Perder + Ganhar = Crescer”, na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia, que, de forma lúdica, demonstrou que a construção da personalidade



se realiza com o controlo das emoções. A ação girou em torno de um jogo de tabuleiro, com o qual se procurou mostrar que lidar com as emoções pode ser difícil. Este evento registou o desempenho artístico de 100 alunos, oriundos de 4 estabelecimentos de educação e ensino da RAM.

No dia 16 de junho, teve lugar o Festival Audiovisual e Cinema Escolar - FACE, no salão Nobre da Assembleia Legislativa da Madeira. Os prémios FACE têm como intuito reconhecer o trabalho realizado por professores e outros profissionais com ligação à vertente educativa que se tenham destacado ao longo de cada ano ou que tenham apresentado um trabalho consolidado ao longo dos anos. O resto do dia ficou marcado por diversos espetáculos de música instrumental.

No dia 17 de junho, o Espetáculo da Equipa de Animação, "Um caso picudo", marcou presença no Largo da Restauração. Houve ainda a atuação do Combo Jazz do Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira - Eng. Luiz Peter Clode (CEPAM) e, ao final do dia, a 2.ª Edição do Festival Juvenil Vozes da Nossa Escola, este ano na Praça do Povo, que providenciou um belo cenário de fundo com os barcos na marina, e onde se ouviram as excelentes vozes dos 12 representantes de diferentes estabelecimentos de ensino.

No dia 18 de junho, no encerramento da SRA, o Festival Infantil Vozes da Nossa Escola, revelou um conjunto de vozes magníficas que brilharam junto da Orquestra DSEA, formada por professores das áreas artísticas que também contribuíram para uma tarde memorável.

A Semana Regional das Artes 2023 assume-se, portanto, como uma oportunidade para a comunidade ver, sentir, escutar e vivenciar, em vários palcos do Funchal, os contributos de crianças e jovens das escolas da Região, nas mais diversas áreas de expressão artística e performativa, nomeadamente, música, canto, teatro, dança, cinema e multimédia. A 12.ª Edição da Semana Regional das Artes teve por palcos diversos cenários do Funchal, nomeadamente, a Avenida Arriaga, o Museu de Eletricidade - Casa da Luz, o Auditório do Jardim Municipal, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, o Largo da Restauração, a Praça do Povo, o auditório da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia e o centro comercial Madeira Shopping.



FACE

Festival de Audiovisual e Cinema Escolar



Vasco Cunha

Divisão de Recursos Educativos Digitais | DRE

Aproximar as escolas, a população mais jovem, e não só, ao mundo do audiovisual e do cinema, nas suas variadas formas de expressão.

O Festival de Audiovisual e Cinema Escolar (FACE) é um projeto organizado pela Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, operacionalizado pela Direção de Serviços de Tecnologias e Ambientes Inovadores de Aprendizagem da Direção Regional de Educação, integrado no Programa EDUCAmédia.

O **Programa EDUCAmédia** assenta na vertente "Educação para os media" e apresenta-se como veículo de promoção da inclusão social e exercício da cidadania. Visa introduzir novos métodos pedagógicos na sala de aula, promover novas técnicas de ensino e formas alternativas de aprendizagem ativa, através do contacto com as TIC, com os media e com o audiovisual.

Neste âmbito, o FACE pretende desenvolver uma dinâmica com as escolas e outras entidades, relativamente ao cinema e ao audiovisual, dando a conhecer filmes e curtas-metragens escolares e proporcionar situações de aprendizagem, através de workshops de formação para alunos, professores e público geral assim como reconhecer e premiar o que de melhor se faz nessa área. Tem como principal desígnio aproximar as escolas, a população mais jovem, e não só, ao mundo do audiovisual e do cinema, nas suas variadas formas de expressão. Orienta-se, segundo os seguintes objetivos:

- Desenvolver, através da projeção dos filmes, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em áreas de conhecimento específico;



- Desenvolver nos alunos a noção de jovens artistas;
- Potenciar o audiovisual e o cinema junto das escolas da Região e outras entidades;
- Propiciar um ambiente colaborativo entre entidades, relacionando o audiovisual, a educação e o cinema.

IX edição do Festival de Audiovisual e Cinema Escolar

A IX edição do FACE decorreu nos dias 13, 14 e 16 de junho de 2023, na Escola Básica com Pré-escolar e Creche dos Louros, na Escola Básica



com Pré-escolar Dr. Eduardo Brazão de Castro e no Salão Nobre da Assembleia Legislativa Regional, no âmbito da "Semana Regional das Artes 2023".

O festival dinamizou várias atividades nas escolas, nomeadamente, o workshop “Cinema e Audiovisual”, em que os alunos tiveram a oportunidade de participar em atividades, individuais e em grupo, que promovem a criatividade e a imaginação e estimulam para aspetos técnicos do cinema e da comunicação; a sessão de cinema “Cinema vai à escola”, onde os alunos assistiram a uma série de filmes de animação de licença livre e produções regionais, havendo, posteriormente, um diálogo sobre os mesmos; a mesa-redonda “Cinema Escolar em Núcleos de Animação”, que promoveu uma conversa em torno da temática do cinema de animação e da sua importância pedagógica na exploração de temáticas e problemáticas da sociedade e como forma alternativa de aprendizagem. Foram ainda apresentadas curtas-metragens de animação, realizadas pelas escolas, selecionadas para diversos festivais nacionais e internacionais, no âmbito do projeto CENA do EDUCAMedia.

O momento apoteótico do festival culminou na Cerimónia de Entrega de Prémios, na qual foram entregues os prémios aos vencedores da 12.ª edição do Madeira Curtas (MC), os prémios EDUCAMedia Escolas e os Prémios FACE (homenagem Professor e Projeto Escolar).

O Madeira Curtas visa reconhecer e premiar o trabalho realizado na área do vídeo de curta duração e assume-se como um instrumento relevante na promoção da criação de conteúdos audiovisuais, com enfoque na comunidade escolar, mas cuja participação é extensível a qualquer pessoa, independentemente da sua profissão, experiência, nacionalidade e local de residência. Esta edição, subjacente ao tema “O Planeta que nos Alimenta”, de interpretação livre, contabilizou, no total, 850 curtas-metragens, provenientes de 102 países.

Na vertente nacional, esta edição contou com 8 categorias a concurso, sendo que os vencedores foram:

- **Melhor Guarda-roupa e Adereços** | “O levadeiro” - Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Caniço
- **Melhor Som** | “Dá-me tempo para da tua água beber” - Escola Básica com Pré-escolar e Creche dos Louros
- **Melhor Imagem** | “Crescer Aqui” - Catarina Valada
- **Melhor Representação** | “Pão e Circo” - Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira - Eng. Luiz Peter Clode
- **Melhor Curta-metragem de Animação** | “O mundo que nos alimenta” - Escola Secundária Francisco Franco, Pedro José Leitão



- **Melhor Curta-metragem Escolar** | “A água nos alimentos” - Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar do Areeiro e Lombada
- **Escolha do Público** | “À mão de semear” - Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar e Creche Eng. Luís Santos Costa
- **Melhor Curta-metragem 2023** | “Pão e Circo” - Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira – Eng. Luiz Peter Clode

Cada categoria foi galardoada com o troféu do concurso, bem como com um conjunto de prémios

patrocinados pelas seguintes entidades: Plátano Editora; NOS Madeira; Club Sport Marítimo; Museu de Eletricidade - Casa da Luz; Teatro Municipal Baltazar Dias e Direção Regional da Cultura.

Quanto aos **prémios EDUCAmédia**, anualmente, a organização destaca o trabalho desenvolvido em quatro dos onze projetos do Programa. Nesta edição, foi reconhecido o trabalho realizado pelas escolas no âmbito dos projetos “Aprender com o Cinema”, “TICultura”, “TV Escola” e “Webradio”. Dessa forma, os premiados EDUCAmédia foram:

- **Aprender com o Cinema** | Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar e Creche de São Vicente
- **Webradio** | Escola Básica com Pré-escolar e Creche dos Louros
- **TV Escola** | Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar do Ribeiro de Alforra
- **TICultura** | Colégio do Marítimo

Finalmente, o FACE homenageou um professor que incrementou com a comunidade escolar um trabalho marcante em prol do desenvolvimento de capacidades e competências essenciais na área das tecnologias, media e audiovisuais, assim como um projeto escolar que se destacou em termos de comunicação, exploração de temáticas importantes e dinâmica escolar, envolvendo a comunidade local e não só.

Desta forma, os premiados FACE foram:

- **Prémio “Homenagem”** | Professor Bruno Monterroso
- **Prémio “Projeto Escolar”** | Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-escolar Cruz de Carvalho.

Importa referir que, de modo a aproximar as escolas, e não só, ao mundo do audiovisual e do cinema, nas suas variadas formas de expressão, o FACE facultou o acesso ao festival e às suas respetivas atividades nas redes sociais, sendo que os mesmos podem ser visualizados através das seguintes hiperligações:

- [Madeira Curtas 2023](#)
- [Mesa-Redonda "CENA"](#)
- [Cerimónia da IX Edição do FACE 2023](#)

XXVIII Encontro Regional

Coordenação do Ensino Recorrente
Direção Regional de Educação

Ensino Básico Recorrente do 1.º Ciclo

Possibilitar a alfabetização de discentes adultos e garantir o aperfeiçoamento das competências de literacia e numeracia.



No passado dia 21 de junho, realizou-se, no Parque Temático da Madeira, o XXVIII Encontro Regional do Ensino Básico Recorrente do 1.º Ciclo. Alunos e professores celebraram o culminar de mais um ano letivo no ensino recorrente. Para além da confraternização, os participantes tiveram a oportunidade de assistir a um vasto programa de atividades composto por diversas atuações culturais e recreativas, a cerimónia de entrega de Certificados de Conclusão do 4.º ano de escolaridade, a distinção dos melhores classificados nos concursos “Ortografadas” e

“Matematicando” com troféus e medalhas, oferta do jogo “Memorizando” a todas as turmas do Ensino Recorrente e, ainda, a inauguração oficial de uma exposição.

A Exposição Coletiva, constituída pelos desenhos que foram a concurso para integrarem o jogo “Memorizando” e os trabalhos mais significativos do ano letivo, realizados pelos alunos dos cursos do 1.º ciclo do ensino básico recorrente, lecionados em escolas e instituições de solidariedade social, nos diversos concelhos da Região Autónoma da Madeira (RAM), esteve patente ao público, no Parque Temático da Madeira, até ao dia 29 de junho.

Paralelamente ao Encontro Regional, alguns alunos e professores aproveitaram para usufruir da diversidade de atividades oferecidas pelo parque temático, enquanto outros, realizaram visitas aos locais mais emblemáticos de Santana e ficaram a conhecer melhor o meio e a cultura local.

Os cursos do 1.º ciclo do Ensino Básico Recorrente (EBR), na RAM, têm sido fundamentais para que adultos de todas as idades adquiram competências básicas de leitura, escrita e cálculo. Esta oferta educativa tem possibilitado, por um lado, a alfabetização de alguns discentes adultos e, por outro, tem garantido o aperfeiçoamento das competências de literacia e numeracia.

Apraz referir que os 40 cursos do 1.º ciclo do EBR são lecionados em 19 escolas, num total de 480 alunos, e em 11 instituições de solidariedade social, casas do povo, casas de saúde e centros comunitários, perfazendo um total de 250 discentes, nos diversos concelhos da Madeira. Os 730 discentes destes cursos são essencialmente adultos que não frequentaram a escolaridade obrigatória ou a abandonaram precocemente e encontram nos cursos do ensino recorrente uma segunda oportunidade de educação e certificação. Outros há, ainda, com o 1.º ciclo do ensino básico, que frequentam estes cursos com o propósito de atualizarem as competências adquiridas.

A organização, a cargo da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Tecnologia, através da Direção Regional de Educação, contou com o apoio da Câmara Municipal de Santana e da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira e, ainda, com a colaboração de câmaras municipais e instituições de solidariedade social no transporte dos alunos e professores.



Natureza Oculta

I Concurso Internacional de Fotografia

Ricardo Lapa

Direção de Serviços de Educação Artística | DRE

O contacto dos alunos com a arte permite adquirir mais confiança para expressar de forma livre e responsável os seus sentimentos e emoções.

O I Concurso Internacional de Fotografia, promovido pela Direção de Serviços de Educação Artística da Direção Regional de Educação, surgiu da necessidade sentida pelos professores de Artes Visuais de promover uma atividade motivadora para os seus alunos, com recurso aos meios tecnológicos que têm ao seu dispor, trabalhando e desenvolvendo competências associadas à imagem, tais como luz, cor, enquadramento, composição e texturas visuais.

A infinidade de materiais e linguagens leva a que as tecnologias tenham vindo a ganhar espaço na sociedade atual e que sejam cada vez mais utilizadas em todas as áreas do conhecimento. Também nas artes se tem vindo a assistir a uma grande evolução na utilização de meios tecnológicos para produzir e desenvolver competências de educação artística.

Por outro lado, esta iniciativa, tendo em conta a utilização dos telemóveis e redes sociais, procurou motivar os alunos para a observação da natureza e promover, deste modo, uma análise calma e pormenorizada de todos os detalhes que se nos deparam diariamente sem que lhes possamos dar atenção. Portanto, é desejo da organização proporcionar aos alunos e professores uma iniciativa que lhes permita o desenvolvimento estético e criativo e que alie a natureza aos

meios tecnológicos disponíveis, estimulando, simultaneamente, a reflexão acerca de toda a beleza que nos rodeia.

É sobejamente sabido que o contacto dos alunos com a arte, promove o desenvolvimento estético e cognitivo e a acuidade visual, bem como lhes confere mais confiança para expressar de forma livre e responsável os seus sentimentos e emoções. Neste âmbito, este concurso de fotografia assume-se como uma iniciativa de cariz pedagógica dirigida a alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos.

Nesta primeira edição, foram submetidos a concurso 226 trabalhos, na sua maioria, provenientes de escolas portuguesas, registando-se, contudo, um número significativo de trabalhos oriundos de outros 3 países, nomeadamente, Lituânia, Bulgária e Bielorrússia.



Liepa Suikaite - 12 anos - Lituânia

O júri, para além dos 9 vencedores (três premiados por cada categoria), atribuiu 15 menções honrosas e selecionou, ainda, 26 trabalhos que integraram uma exposição pública, de acesso livre, que esteve patente no Centro Comercial Madeira Shopping entre os dias 26 de junho e 2 de julho. De salientar a qualidade estética das fotografias e dos pormenores captados pelas lentes de observadores tão jovens que dificultou em muito a tarefa do júri. O primeiro classificado de cada categoria recebeu um troféu e um prémio por parte do parceiro desta iniciativa. Todos os alunos premiados receberam um certificado.



Carolina Marinho - 18 Anos - Viseu - Portugal 1



Bruna Lucas - 12 anos - Castelo Branco - Portugal 1

| Alunos premiados | | | | |
|------------------|----------------|------------------|---------------------|--------------|
| Escalão | Classificação | Nome | Cidade/País | |
| 1.º | 1.º | Carolina Marinho | Viseu | |
| | 2.º | Ivan Yungin | Bielorrússia | |
| | 3.º | Érica Gouveia | Funchal | |
| | Menção Honrosa | | Victoria Krasteva | Bulgária |
| | | | Andreia Velosa | Funchal |
| | | | Mariya Shcherbo | Bielorrússia |
| | | | Bianca Rodrigues | Leiria |
| | | | Petra Teixeira | Funchal |
| 2.º | 1.º | Luna Coelho | Funchal | |
| | 2.º | Ilya Shevtsov | Bielorrússia | |
| | 3.º | David Sredko | Bulgária | |
| | Menção Honrosa | | Vanessa Camacho | Funchal |
| | | | Inês Gomes | Barcelos |
| | | | Jenifer de Sousa | Funchal |
| | | | Sofija Valanciute | Lituânia |
| | | | Santiago Gama | Funchal |
| 3.º | 1.º | Leonor Camacho | Funchal | |
| | 2.º | Liepa Suikaite | Lituânia | |
| | 3.º | Bruna Lucas | Castelo Branco | |
| | Menção Honrosa | | Inês Tereso | Ericeira |
| | | | Lara Freitas | Barcelos |
| | | | Rugile Naroznyte | Lituânia |
| | | | Leonardo Gomes | Barcelos |
| | | | Vakare Petrauskaite | Lituânia |

Celebrar a Inovação e o Conhecimento

Feira Tecnológica 2023

Lúis Gaspar

Direção de Serviços de Tecnologias e Ambientes Inovadores de Aprendizagem | DRE



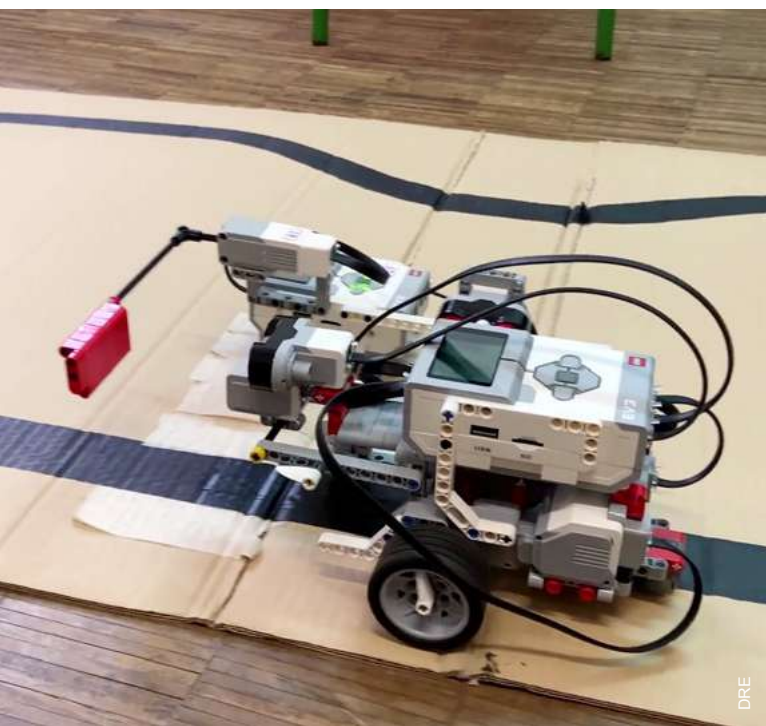
**A Tecnologia muda
o futuro,
não o extingue.**

A Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Direção Regional de Educação, promoveu a Cerimónia de Entrega de Prémios da Feira Tecnológica 2023, no dia 26 de junho, na Escola Básica com Pré-escolar Dr. Eduardo Brazão de Castro.

A Feira Tecnológica tem como objetivo primordial fomentar o interesse pela ciência, tecnologia e informática nos jovens, estimulando o pensamento crítico, a resolução de problemas e a colaboração, além de evidenciar os benefícios da sala de Ambientes Inovadores de Aprendizagem, também conhecida como "sala do futuro". Ao proporcionar um ambiente propício à experimentação e à criatividade, o evento contribui significativamente para o desenvolvimento de competências essenciais para o futuro.

Na edição do ano 2023, a Feira Tecnológica, apresentou uma seleção de 50 projetos representativos de todos os níveis de ensino, repletos de inovação e ideias revolucionárias que envolveram perto de 1044 alunos. Este evento anual, que assinalou o seu 5.º aniversário, teve





como propósito a promoção do desenvolvimento tecnológico e a disseminação do conhecimento e decorre em duas etapas distintas.

A primeira etapa da Feira Tecnológica foi realizada no formato online, mantendo a tradição dos anos anteriores. Essa abordagem permitiu uma maior divulgação dos projetos apresentados, atingindo um público mais amplo e aumentando o impacto das descobertas. Os participantes tiveram a oportunidade de compartilhar as suas ideias e inovações por meio de apresentações digitais, vídeos e demonstrações interativas, o que proporcionou uma experiência envolvente e acessível aos participantes. Além disso, realizou-se um processo de votação para eleger o melhor projeto da feira.

A segunda etapa decorreu no dia 26 de junho, presencialmente, na Escola Básica com Pré-escolar Dr. Eduardo Brazão de Castro, e contou com a presença do Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, Jorge Carvalho, e do Diretor Regional de Educação, Marco Gomes, entre outras entidades. Neste evento, os participantes vencedores, cujos projetos se destacaram pelo seu impacto, criatividade e relevância, foram premiados. Foram ainda entregues 55 selos Escola Tecnológica, designadamente, 53 “Selo Escola Inovadora” e 2 “Selo Escola Standard”, assim como 32 “Selo Escola de Referência” às escolas que receberam o “Selo Escola Inovadora” pelo 3.º ano consecutivo.



GRUPO **HP**SAUDE



ATENDIMENTO URGENTE ADULTO

24H

24/7 MEDICAL CARE



Av. Mário Soares nº143, 9000-783 Funchal



+351 291 003 300

www.grupohpa.com